



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**



ARTHUR SCHNEIDER ALMEIDA

**SUBSÍDIOS AO DESENVOLVIMENTO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
(M&A) DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

VITÓRIA - ES
2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

A447s Almeida, Arthur Schneider, 1991-
Subsídios ao desenvolvimento de monitoramento e avaliação (M&A) da política pública de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras / Arthur Schneider Almeida. - 2023.
196 f. : il.

Orientador: Marison Luiz Soares.
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Administração pública. 2. Avaliação. 3. Política pública. 4. Assistência social. 5. Estudantes. I. Soares, Marison Luiz. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**



ARTHUR SCHNEIDER ALMEIDA

**SUBSÍDIOS AO DESENVOLVIMENTO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
(M&A) DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como um dos requisitos parciais para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Marison Luiz Soares

VITÓRIA - ES
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



ARTHUR SCHNEIDER ALMEIDA

**SUBSÍDIOS AO DESENVOLVIMENTO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
(M&A) DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em 22 de março de 2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marison Luiz Soares
Orientador

Prof. Dr. Rogério Zanon da Silveira
Membro Interno

Prof. Dr. Daniel Nascimento-e-Silva
Membro Externo

Profa. Dra. Ana Carolina Giuberti
Membro Externo Convidado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

No dia vinte e dois de março do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas, reuniu-se na sala oitocentos e dezoito do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, a banca examinadora composta pelos professores doutores Marison Luiz Soares, orientador e presidente da banca, Rogério Zanon da Silveira (membro interno – PPGGP), Daniel Nascimento e Silva (membro externo-PPGET/IFAM) e Ana Carolina Giuberti (membro convidado - PPGEco/Ufes) para a sessão pública de defesa de dissertação do mestrando **Arthur Schneider Almeida**, com o título: **SUBSÍDIOS AO DESENVOLVIMENTO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (M&A) DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS..** Com a palavra, o(a) presidente da banca deu início à sessão, passando a palavra ao aluno, que procedeu à exposição da dissertação. Na sequência, os membros da banca formularam as suas arguições, as quais foram respondidas pelo mestrando. Logo após, o presidente da sessão convidou a permanecer na sala somente a Comissão Examinadora para deliberação. Concluída a avaliação, o presidente da sessão convocou o mestrando e os interessados para ingressarem na sala e comunicou o resultado da avaliação da banca, que decidiu pela **aprovação** da dissertação. Por fim, o presidente da sessão informou que o aprovado fará jus ao diploma depois da entrega da versão final da dissertação com os ajustes indicados pela banca, além do cumprimento dos demais requisitos do programa para a conclusão do curso. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata, assinada digitalmente pelos membros da banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARISON LUIZ SOARES
Data: 22/03/2023 15:44:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marison Luiz Soares

Documento assinado digitalmente
gov.br ROGERIO ZANON DA SILVEIRA
Data: 23/03/2023 08:49:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador Prof. Dr. Rogério Zanon da Silveira
PPgGP/Ufes

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIEL NASCIMENTO E SILVA
Data: 22/03/2023 16:14:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Daniel Nascimento e Silva
PPGET/IFAM

Documento assinado digitalmente
gov.br ARTHUR SCHNEIDER ALMEIDA
Data: 24/03/2023 11:34:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Arthur Schneider Almeida
Mestrando

RESUMO

ALMEIDA, Arthur Schneider. **Subsídios ao Desenvolvimento de Monitoramento e Avaliação (M&A) da Política Pública de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras**. 196 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

As políticas públicas, por excelência, devem ser apoiadas nas melhores práticas e baseadas em evidências robustas e científicas, o que significa a destinação de recursos públicos para o que se aponta como tendo o melhor resultado dentro do que se espera. Práticas de Monitoramento e Avaliação (M&A) caminham neste sentido: subsidiam a gestão pública de dados e informações para a tomada de decisão mais acertada. Na política pública de Assistência Estudantil (AE) não poderia ser diferente, em que ações com objetivo de contribuir para a permanência qualificada de estudantes em seus cursos, no combate à retenção e à evasão devem ser baseadas nas melhores práticas e conhecimentos. Programas de AE devem ser monitorados e avaliados para entender onde se está errando e acertando, e apontar para corrigir rotas ou reforçar decisões. O Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, PNAES, e define as diretrizes dos programas de assistência ao estudante nas instituições federais de ensino superior. Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a assistência ao estudante se estrutura por meio do Programa de Assistência Estudantil (PROAES – UFES). Neste contexto, a pesquisa teve como base o seguinte **problema**: o PROAES – UFES não passa por monitoramento e avaliação de maneira sistemática, questão que se mostra comum em outras universidades, como apontado pela literatura do tema. O **objetivo** principal foi identificar subsídios ao desenvolvimento de monitoramento e avaliação contínuo e sistemático para programas de assistência estudantil de universidades federais brasileiras. A pesquisa teve como **base teórica** para investigar o M&A de programas de AE em universidades federais a análise de políticas públicas, utilizando o modelo que considera as políticas como um ciclo, no qual o Monitoramento e Avaliação é uma das etapas. Quanto aos **métodos e procedimentos**, a pesquisa foi do tipo exploratória-descritiva, com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados por meio de questionários, com perguntas fechadas, enviados a todas as 69 universidades federais e respondido por servidor público responsável pela AE e/ou responsável pelo M&A da AE na instituição, obtendo 58 respostas (84,1%). Os dados foram tabulados, apresentados em forma de gráficos e analisados à luz de pesquisa bibliográfica de estudos de M&A da assistência estudantil no Brasil. Como **resultados** foi possível observar que a grande maioria das universidades respondentes realiza algum nível de M&A da AE (92,8%), porém identificaram-se várias possíveis lacunas nas práticas, que podem ser aprimoradas. Ao final da pesquisa, foi possível listar uma série de subsídios ao desenvolvimento do M&A da AE em Universidades Federais. A partir dos resultados foi construído como **produto técnico** uma proposta de normativa do monitoramento e avaliação de política pública de assistência estudantil para Universidades Federais.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Assistência ao Estudante; Monitoramento e Avaliação; M&A; Monitoramento; Avaliação; Política Pública; Gestão Pública.

ABSTRACT

ALMEIDA, Arthur Schneider. **Subsidies for the Development of Monitoring and Evaluation (M&E) of the Student Assistance Public Policy in Brazilian Federal Universities**. 196 p. Dissertation (Public Management Professional Master) – Federal University of Espírito Santo, Vitória, 2023.

Public policies, par excellence, must be supported by best practices and based on robust and scientific evidence, which means the allocation of public resources to what is seen as having the best result within what is expected. Monitoring and Evaluation (M&E) practices move in this direction: they support the public management of data and information for better decision-making. In the public policy of Student Assistance (SA) it could not be different, in which actions aimed at contributing to the qualified retention of students in their courses, combating retention and evasion must be based on best practices and knowledge. SA programs must be monitored and evaluated to understand where things are going wrong and where they are right, and aim to correct routes or reinforce decisions. Decree No. 7,234, of July 19, 2010, provides for the National Student Assistance Program, PNAES, and defines the guidelines for student assistance programs in federal higher education institutions. At the Federal University of Espírito Santo (UFES), student assistance is structured through the Student Assistance Program (PROAES – UFES). In this context, the research was based on the following **problem**: PROAES – UFES does not undergo systematic monitoring and evaluation, an issue that is common in other universities, as pointed out in the literature on the subject. The main **objective** was to identify subsidies for the development of continuous and systematic monitoring and evaluation for student assistance programs at Brazilian federal universities. The research had as a **theoretical basis** to investigate the M&E of SA programs at federal universities and the analysis of public policies, using the model that considers policies as a cycle, in which Monitoring and Evaluation is one of the stages. Regarding **methods and procedures**, the research was exploratory-descriptive, with a quantitative approach. Data were collected through questionnaires, with closed questions, sent to all 69 federal universities and answered by a public servant responsible for SA and/or responsible for SA M&E at the institution, obtaining 58 responses (84.1%). The data were tabulated, presented in graph form and analyzed in the light of bibliographical research on M&E studies of student assistance in Brazil. As a **result**, it was possible to observe that the vast majority of responding universities carry out some level of AE M&A (92.8%), however, several possible gaps in practices were observed, which can be improved. At the end of the research, it was possible to list a series of subsidies for the development of AE M&A in Federal Universities. Based on the results, a proposal for normative monitoring and evaluation of public policy on student assistance for Federal Universities was constructed as a technical product.

Palavras-chave: Student Assistance; Financial Aid; Monitoring and Evaluation; M&E; Monitoring; Evaluation; Public policy; Public Management.

LISTA DE ABREVIATURAS

AE - Assistência Estudantil

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

Ceunes - Centro Universitário Norte

CAV - Campus Acadêmico Vitória

CGU - Controladoria Geral da União

CUn - Conselho Universitário

DAE - Diretoria de Assistência Estudantil

Fonaprace - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

Ifes - Instituições Federais de Ensino Superior

IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

M&A - Monitoramento e Avaliação

MEC - Ministério da Educação

PAE - Política de Assistência Estudantil

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PPBB - Políticas Públicas Baseadas em Evidências

PPGGP - Programa de Pós-graduação em Gestão Pública

PROAECI - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania

PROAES - Programa de Assistência Estudantil do Espírito Santo

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RC - Restaurante Central

RU - Restaurante Universitário

SIMAPP - Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos	22
Quadro 2 - Objetivos específicos, dados e análise	25
Quadro 3 - Pesquisas: Assistência Estudantil na UFES	44
Quadro 4 - Pesquisas: Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil.....	60
Quadro 5 - Expansão do mapeamento de pesquisas: Avaliações no Brasil.	72
Quadro 6 - Expansão do mapeamento de pesquisas: Avaliações estrangeiras.....	73
Quadro 7 - Resumo dos Subsídios ao desenvolvimento de M&A da AE	129
Quadro 8 - Atendimento dos Objetivos	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de Universidades respondentes.....	88
Gráfico 2 - Respondente responsável por M&A da AE	90
Gráfico 3 - Respondentes em cargo de chefia	91
Gráfico 4 - M&A da AE nas Universidades.....	92
Gráfico 5 - Impedimentos do M&A I	94
Gráfico 6 - Impedimentos do M&A II	95
Gráfico 7 - Impedimentos do M&A III	96
Gráfico 8 - Monitoramento nas Universidades	97
Gráfico 9 - Etapas do Monitoramento.....	98
Gráfico 10 - Etapas do Monitoramento (Grupo 1)	99
Gráfico 11 - Etapas do Monitoramento (Grupo 2)	100
Gráfico 12 - Avaliações nas Universidades.....	101
Gráfico 13 - Avaliações nas Universidades (Grupo 1).....	102
Gráfico 14 - Avaliações nas Universidades (Grupo 2).....	102
Gráfico 15 - Tipos de Avaliações executados	103
Gráfico 16 - Procedência dos Dados.....	104
Gráfico 17 - Envolvimento da Comunidade Acadêmica	106
Gráfico 18 - Envolvimento da Comunidade Acadêmica (Grupo 1)	108
Gráfico 19 - Envolvimento da Comunidade Acadêmica (Grupo 2)	108
Gráfico 20 - Publicização e Transparência.....	109
Gráfico 21 - Publicização e Transparência (Grupo 1)	110
Gráfico 22 - Publicização e Transparência (Grupo 2)	111
Gráfico 23 - Orgãos de Controle	112
Gráfico 24 - Ações de AE e M&A	113
Gráfico 25 - Normativa referente a M&A	114
Gráfico 26 - Normativa referente a M&A (Grupo 1).....	115
Gráfico 27 - Normativa referente a M&A (Grupo 2).....	115
Gráfico 28 - Tomada de Decisão.....	116
Gráfico 29 - Tomada de Decisão (Grupo 1)	117
Gráfico 30 - Tomada de Decisão (Grupo 2)	117
Gráfico 31 - Principais Indicadores Intermediários	119
Gráfico 32 - Principais Indicadores de Resultado.....	120

Gráfico 33 - Notas metodológicas de Indicadores.....	121
Gráfico 34 - Notas metodológicas de Indicadores (Grupo 1)	122
Gráfico 35 - Notas metodológicas de Indicadores (Grupo 2)	122
Gráfico 36 - Padronização de indicadores	123
Gráfico 37 - Periodicidade de acompanhamento de indicadores I	124
Gráfico 38 - Periodicidade de acompanhamento de indicadores II	125

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
1.1. PERCURSO ACADÊMICO E PROFISSIONAL.....	15
1.2. TEMA.....	15
1.3. O CONTEXTO E O PROBLEMA	16
1.4. OBJETIVOS.....	18
1.5. PRODUTO TÉCNICO ESPERADO.....	19
1.6. DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	19
2. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	22
2.1. ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA.....	22
2.2. FONTE, NATUREZA E INSTRUMENTO DE DADOS, E POPULAÇÃO ...	23
2.3. FORMA DE TRATAMENTO E DE ANÁLISE DOS DADOS	25
3. APORTE TEÓRICO	27
3.1. A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	27
3.1.1. CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	28
3.1.2. O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30
3.1.3. CONCEITO E HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	35
3.1.4. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFES	40
3.2. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ...	48
3.2.1. CONCEITO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	49
3.2.2. A PRÁTICA DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	53
3.2.3. ESTUDOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	58
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	88
4.1. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SETORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	88
4.2. AÇÕES E FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	97
4.3. USO DE INDICADORES NO M&A DA AE	118
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
5.1. COMPÊNDIO DOS RESULTADOS	127

5.2. ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS, PRODUTO TÉCNICO E CONTRIBUIÇÕES.....	130
5.3. LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS	133
6. REFERÊNCIAS	134
7. APÊNDICE.....	148
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO	148
APÊNDICE 2 – TCLE	164
APÊNDICE 3 – PTT – PROPOSTA DE NORMATIVA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROAES-UFES.....	168
APÊNDICE 4 – PTT – PRODUTO TÉCNICO/TECNOLÓGICO: CARACTERÍSTICAS RELEVANTES - CADASTRO PTT SUCUPIRA	182

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. PERCURSO ACADÊMICO E PROFISSIONAL

O pesquisador é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e, desde 2019, é servidor desta universidade, desenvolvendo suas atividades na Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI). Pela duração de um ano, teve a oportunidade de atuar como diretor da DAE, tendo contato profundo com o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo (PROAES-UFES) e com a política pública de Assistência Estudantil (AE). Deixou o cargo de direção em fevereiro de 2021, continuando a trabalhar na DAE, para iniciar seus estudos no Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP) da UFES.

Desde a graduação tem interesse profissional e acadêmico na área de políticas públicas e gestão governamental. Como servidor da UFES e mestrando do PPGGP, percebe a oportunidade de atuar e se especializar na área de interesse, vislumbrando a contribuição teórica e prática para o serviço público.

1.2. TEMA

A proposta de pesquisa está inserida na temática de Monitoramento e Avaliação (M&A) de políticas públicas. A avaliação e o monitoramento são etapas fundamentais da gestão e planejamento estatal, e vêm ocupando espaço nas pesquisas acadêmicas. O M&A pode ser entendido como processo articulado ao longo do tempo a fim de subsidiar o gestor público com informações do decorrer dos programas e dos resultados alcançados (JANNUZZI, 2005, p. 155).

Este tema se insere na necessidade da criação e implementação de políticas públicas baseadas em evidências, ou seja, o emprego do erário público apoiado nas melhores práticas, em programas que trazem resultados concretos e baseados em robustas evidências científicas. Dentro deste cenário, o modelo das

Políticas Públicas Baseadas em Evidências tem ganhado destaque recente no Brasil (ROSA; CLEMENTE; COLVERO; SANTOS, 2022, p. 145).

A Política Pública de Assistência Estudantil é o alvo desta pesquisa, e em específico, o monitoramento e avaliação da política pública de assistência estudantil. A assistência estudantil tem por objetivo, segundo Barbosa (2009, p. 39), contribuir para a permanência de estudantes nas instituições de ensino superior por meio de ações que melhorem a vida e o desempenho nos estudos.

Quanto à delimitação, esta pesquisa se insere no tema do monitoramento e avaliação da política pública de assistência estudantil de cursos de graduação presencial das Universidades Federais brasileiras, em específico, a política de assistência estudantil em vigor na UFES.

1.3. O CONTEXTO E O PROBLEMA

O Programa de Assistência Estudantil da UFES não possui, a rigor, monitoramento e avaliação da política pública. Este oferece auxílios de assistência estudantil para estudantes de baixa renda¹ de cursos de graduação presencial tendo como principais objetivos auxiliar a permanência na universidade e que se formem dentro do tempo sugerido. O alcance destes objetivos deve ser observado no acompanhamento de indicadores finais de permanência e evasão, além de vários outros indicadores e índices intermediários para compreender e acompanhar o andamento e sucesso do programa. Definindo indicador, Bahia (2021) diz que

Na gestão pública, os indicadores são instrumentos que contribuem para identificar e medir aspectos relacionados a um determinado fenômeno decorrente da ação ou da omissão do Estado. Sua principal finalidade é traduzir, de forma mensurável, um aspecto da realidade dada ou construída, de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação (BAHIA, 2021, p. 5).

¹ Estudantes com renda per capita bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio, conforme Decreto n.º 7.234 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Pode-se dizer que o monitoramento e a avaliação, com medição e acompanhamento contínuo, que apresente métodos para análise dos dados e indicadores, ainda não é realizado no Programa.

O Decreto nº 7.234 da Presidência da República, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em seu artigo 5º, parágrafo único, inciso II, é claro ao determina que as instituições federais de Ensino Superior devam construir “mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES” (BRASIL, 2010), apesar de não especificar quais ações e ferramentas devem ser adotadas.

Auditorias internas² e externas³ já apontaram a falta de índices e indicadores do PROAES com o intuito de acompanhar o cumprimento dos objetivos do PNAES, até então aplicando medidas pontuais, não efetivando um acompanhamento constante e profundo. As respostas da Diretoria de Assistência Estudantil registradas nas auditorias internas aponta para a não aplicação rigorosa do monitoramento e avaliação da política. Atualmente, a DAE possui ações dispersas e não sistemática de acompanhamento e avaliação da política, com relatórios de perfil do estudante, de indicadores de evasão (abandonos do curso/instituição sem formatura) e de retenção (permanência no curso/instituição para além do tempo sugerido para formatura do curso). Contudo, sem objetivos e metas definidas para serem acompanhadas, e sem rotinas de análise a serem realizadas.

Ações e ferramentas de monitoramento e avaliação inexistentes ou não sistemáticas parece ser um problema comum entre as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do país, como observado em alguns estudos na literatura do tema (ALMEIDA, 2020, p.61) (SOUZA; COSTA, 2020, p. 379) (ALMEIDA; SILVA; RIBEIRO, 2021. P. 30) (LIMA; MENDES, 2020, p. 211).

² <<https://protocolo.ufes.br/#/documentos/4034290/>>

<<https://protocolo.ufes.br/#/documentos/4268724/>>

³ <<https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/860256>> (p. 18)

<<https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/860539>> (p. 2)

Dedutivamente, é patente a importância da assistência estudantil com auxílios pecuniários e não pecuniários, nas suas diversas ações (como moradia estudantil, alimentação, transporte, etc.): estudantes de baixa renda terão mais chances de permanecerem na graduação e concluírem os seus cursos com auxílios que ajudem a suprir as diversas necessidades de qualquer estudante (pagar deslocamento para a universidade, refeições durante o dia, etc.), e que não teriam condições de arcá-las sem os auxílios. Porém, indutivamente, internamente ao PROAES-Ufes não há a produção de evidências robustas de que o programa seja efetivo, ou que faz as melhores escolhas de implementação e de uso do seu orçamento, já que não há o monitoramento e acompanhamento sendo realizado de maneira constante e rigorosa.

Assim, identificando o problema e o contexto, pode-se resumir a problemática em uma questão: Qual o contexto e a efetividade de ações e ferramentas de monitoramento e avaliação em uma política pública de assistência estudantil nas universidades públicas federais?

1.4. OBJETIVOS

Frente ao contexto e ao problema expostos, para a pesquisa com a temática de monitoramento e avaliação de política pública de assistência estudantil, propõe-se como objetivo geral: identificar subsídios ao desenvolvimento de monitoramento e avaliação contínuo e sistemático para programas de assistência estudantil de universidades federais brasileiras.

Para alcançar este objetivo geral, vale-se dos seguintes objetivos específicos:

- a) detectar as ações e ferramentas de monitoramento e avaliação da assistência estudantil utilizadas nas universidades federais brasileiras;
- b) discutir as condicionantes da prática de monitoramento e avaliação de uma política pública de assistência estudantil;
- c) analisar as práticas e evidências produzidas a cerca de ações e ferramentas de avaliação e monitoramento de programas de assistência;

1.5. PRODUTO TÉCNICO ESPERADO

O produto técnico que foi elaborado ao final da pesquisa é uma proposta de normativa para o monitoramento e avaliação do programa de assistência estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo. Com os subsídios ao desenvolvimento de M&A da AE identificados, foi possível consolidar os achados e resultados do estudo através da proposta de normativa.

Um instrumento normativo é a base do agir na esfera pública, conforme o princípio da legalidade. Entende-se a normativa como peça central para definir os parâmetros para efetivar o Monitoramento e Avaliação contínuo e sistemático do PROAES-UFES. Espera-se que a proposta de normativa possa ser capaz também de auxiliar outras Universidades Federais a iniciar ou aprimorar ações e ferramentas de monitoramento e avaliação de programas de assistências estudantil.

1.6. DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O PROAES-UFES é um programa que atende milhares de estudantes de baixa renda da UFES que, por gerações, foram distanciados do ensino superior. Em 01/08/2022, o programa conta com 4325 estudantes cadastrados e em situação regular. Em 2018, 7010 estudantes foram atendidos com auxílios pecuniários diretos, o maior número registrado em um ano, ou seja, neste quantitativo conta-se todos os estudantes que estiveram cadastrados durante o ano, considerando haver estudantes que saem da assistência estudantil (principalmente formados, mas também os que descumprem os critérios de permanência) e haver novos cadastrados ingressantes na assistência estudantil.

Em todo País, o Ministério da Educação (MEC) transfere centenas de milhões de reais para o PNAES, atingindo em 2016 o valor de R\$ 993 milhões para todas as Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (BRASIL, 2017a, p. 83). Em 2022, o registro de dotação atual da execução orçamentária com Assistência ao Estudante de Ensino Superior para todo o País (ação 4002) foi de R\$

1.030.486.213⁴. O PROAES visa qualificar a permanência destes estudantes, diminuindo as taxas de evasão e retenção. O contexto dos últimos anos foi de arrocho do orçamento público para a maior parte das áreas da administração pública. Em 2021 houve uma queda considerável do orçamento global do PNAES: R\$ 849.772.452 de dotação atual, comparado com R\$1.028.270.305 em 2020, queda de 17,36%. Não há registro anterior de uma queda nesta magnitude.

Independente da situação fiscal, faz-se inevitável avaliar e monitorar a política pública de assistência estudantil, com base em fatos e evidências, para se obter o melhor gasto do erário público com o melhor resultado, não só na UFES, como também em outras Instituições Federais de Ensino Superior.

Tendo em vista os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, deve-se buscar entender o que é efetivo e o que não é efetivo na execução desta política pública. Com o conhecimento atingido neste tipo de busca, poderão ser realizados os ajustes necessários dentro dos programas para efetivar o melhor gasto público.

A Assistência Estudantil se apresenta num contexto de inclusão de minorias sociais antes afastadas da realidade universitária, tal como afirma Assis, Sanabio, Magaldi e Machado (2013), a Assistência Estudantil vem

(...) responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público brasileiro, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida (ASSIS; SANABIO; MAGALDI; MACHADO, 2013, p. 128).

Na realidade da UFES, a Assistência Estudantil foi uma das áreas estratégicas incluída no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015/2019 da UFES (UFES, 2015, p. 58), e continua sendo no atual PDI 2021-2030 (UFES, 2021, p.

⁴ Conforme informações disponíveis no Painel do Orçamento Federal (<https://www1.siof.planejamento.gov.br/qlikview/index.htm>), acessado em 03/08/2022 que usa dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Os demais dados de orçamentários do PNAES também tiveram a mesma fonte.

113), expressando dessa forma a sua importância estratégica e central para a Universidade.

Para efetivamente cumprir as diversas estratégias e projetos estratégicos da política pública de assistência estudantil, necessariamente a universidade deve passar pelo entendimento do que melhor funciona nesta área estratégica, baseada em evidências, ou seja, por meio de monitoramento e avaliação constantes e sistemáticos do PROAES.

Entende-se que a linha de pesquisa e o projeto estruturante do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública que melhor se enquadram na temática deste trabalho são os seguintes: Linha 1: Política, Planejamento e Governança Pública; Projeto estruturante 1: Governo, Políticas públicas e Planejamento: O Governo por meio de Políticas Públicas. Processo e Etapas: agenda, elaboração, formulação, planejamento, execução, acompanhamento, avaliação. Impacto de Políticas Públicas. Indicadores de desempenho.

No sítio online do PPGGP, na descrição da linha de pesquisa Política, Planejamento e Governança Pública⁵ tem-se que esta habilita o profissional a atuar na esfera federal “podendo atuar no planejamento, controle, avaliação e monitoramento da condução de políticas públicas que visam à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos”. É exatamente neste trilho que a presente pesquisa objetiva percorrer: no acompanhamento, na avaliação e elaborando indicadores de desempenho, como descrito no projeto estruturante 1 da linha de pesquisa citada.

⁵ Disponível em: <<https://gestaopublica.ufes.br/pt-br/projetos-de-pesquisa>>

2. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Nesta etapa, serão abordados os métodos e procedimentos que foram parte do desenvolvimento da pesquisa ao perseguir os objetivos propostos. Assim, serão trabalhadas aqui a abordagem e o tipo de pesquisa na seção 1; a fonte, a natureza e o instrumentos de coleta de dados, e a população na seção 2; a forma de tratamento e de análise de dados na seção 3.

A seguir, no quadro 1, retomam-se os objetivos desta pesquisa, que guiaram os métodos e os procedimentos adotados. Os métodos e os procedimentos escolhidos foram o meio para buscar efetivar o cumprimento destes objetivos.

Quadro 1 - Objetivos

Objetivo Geral	Objetivos específicos
Identificar subsídios ao desenvolvimento de monitoramento e avaliação contínuo e sistemático para programas de assistência estudantil de universidades federais brasileiras.	(a) detectar as ações e ferramentas de monitoramento e avaliação da assistência estudantil utilizadas nas universidades federais brasileiras.
	(b) discutir as condicionantes da prática de monitoramento e avaliação de uma política pública de assistência estudantil.
	(c) analisar as práticas e evidências produzidas acerca de ações e ferramentas de avaliação e monitoramento de programas de assistência.

Fonte: Elaboração Própria

À luz do que já foi apresentado nas considerações iniciais deste projeto, e dos objetivos acima, nas seções seguintes são delineados os métodos para alcance das metas.

2.1. ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi do tipo exploratório-descritiva, sendo realizada utilizando de abordagem quantitativa ao buscar alcançar os objetivos delimitados.

A respeito da abordagem quantitativa, de acordo com Manzato e Santos (2012),

Os métodos de pesquisa quantitativa, de modo geral, são utilizados quando se quer medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes etc. de um universo (público-alvo) (...). Isto não quer dizer que ela não possa ter indicadores qualitativos. Desde que o estudo permita, isso sempre é possível (MANZATO; SANTOS, 2012, p. 7).

A ênfase quantitativa da pesquisa se justifica pela necessidade de obter informações quantificáveis das universidades federais quanto a prática das ações e ferramentas de monitoramento e avaliação da assistência estudantil por meio dos servidores responsáveis e/ou gestores, entendendo a predominância de cada situação no cenário: quantas instituições fazem o quê.

As pesquisas exploratórias têm por finalidade “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 188). O tipo de pesquisa exploratório-descritivo é uma espécie da pesquisa exploratória

que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno (...). Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 188).

Entende-se, então, que a pesquisa exploratória-descritivo se encaixa na necessidade desta pesquisa de examinar e compreender o fenômeno do monitoramento e avaliação da política pública de assistência estudantil nas universidades federais, utilizando para isso de método quantitativo.

2.2. FONTE, NATUREZA E INSTRUMENTO DE DADOS, E POPULAÇÃO

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi aplicado questionário, ou seja, “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (GIL, 2002, p. 114), e “sem a presença do entrevistador” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201) com perguntas fechadas, visando identificar e compreender o cenário do monitoramento e avaliação da assistência estudantil nas universidades federais. São obtidos dados primários pelas respostas de servidores públicos atuantes com

a política de assistência estudantil, e, quando houver, responsáveis pelo monitoramento e avaliação do programa.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), as perguntas fechadas podem ser dicotômicas, de duas opções ou de múltipla-escolha (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 205-206). As respostas das perguntas fechadas do questionário foram a fonte de dados quantitativa da pesquisa.

O questionário foi construído com base na pesquisa bibliográfica sobre estudos de M&A na prática e M&A de programas de assistência estudantil no Brasil que se encontram no aporte teórico deste trabalho. Foram elaboradas questões para identificar as ações e ferramentas de monitoramento e avaliação utilizadas pelos programas de assistência estudantil das universidades federais brasileiras à luz do que se observa de ações e ferramentas pela literatura do tema, além do conhecimento profissional do pesquisador atuante na área. O questionário encontra-se no Apêndice 1 deste trabalho. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do questionário está no Apêndice 2.

A aplicação do questionário se deu na forma de censo ao universo das universidades federais que totalizam 69 instituições. Deixa-se fora do objetivo desta pesquisa a compreensão das especificidades do fenômeno estudado dentro de outros tipos de Instituições Federais de Ensino Superior, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por exemplo. O questionário foi aplicado entre janeiro e março de 2023. Foram enviados múltiplos e-mails durante o período a vários contatos virtuais dos setores de assistência estudantil das universidades encontrados em sítios eletrônicos. Também se valeu da plataforma Fala BR, plataforma do governo federal que agrega as ouvidorias dos órgãos federais, e de redes sociais das universidades e dos setores de AE para convidar as instituições a responderem o questionário. Ao final, quando não houve mais respostas depois do último e-mail enviado, foram obtidas 58 instituições respondentes.

Destaca-se que o questionário respeitou o direito de privacidade, não sendo publicado quem respondeu e a universidade de origem, o que se entende que

permitiu que as respostas expressassem com maior fidedignidade a realidade da instituição. Além, entende-se que esta estratégia possibilitou o alto número de respostas, já que algumas instituições poderiam ter desestímulo em informar a não prática de algumas atividades.

Como a pesquisa se deu na forma censitária, garantindo a não identificação e a voluntariedade das respostas, além de ser caracterizadas por coletar informações objetivas institucionais, não acarretando riscos para além dos existentes na vida cotidiana, não houve o registro nem avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme artigo 1º, parágrafo único, IV, da resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

2.3. FORMA DE TRATAMENTO E DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados nos questionários foram tratados por meio de tabulação em planilhas. Entre os tratamentos dos dados, destacam-se a exclusão de respostas que entravam em contradição, provavelmente por erro ao escolher as respostas, e respostas múltiplas de uma universidade, que foram condensadas em uma só resposta considerando as respostas mais completas de ações e ferramentas de monitoramento e avaliação. Mais de uma resposta de cada universidade foi possível já que o questionário não impedia que novas respostas fossem realizadas e também foram enviados vários e-mails para mais de um endereço eletrônico no mesmo setor responsável pela assistência estudantil. Os resultados são apresentados em forma de gráficos.

O quadro 2 abaixo deixa evidente, para cada objetivo da pretendida pesquisa, como os dados foram analisados na busca da execução destas metas.

Quadro 2 - Objetivos específicos, dados e análise

Objetivos específicos	Análise dos dados
(a) detectar as ações e ferramentas de monitoramento e avaliação da assistência estudantil utilizadas nas universidades federais brasileiras.	Análise dos dados quantitativos coletados pelo questionário.

(b) discutir as condicionantes da prática de monitoramento e avaliação de uma política pública de assistência estudantil.	Discussão entre os autores da pesquisa bibliográfica sobre M&A da AE, frente ao levantamento no aporte teórico.
(c) analisar as práticas e evidências produzidas acerca de ações e ferramentas de avaliação e monitoramento de programas de assistência.	Conectar o que foi encontrado pela pesquisa bibliográfica de M&A da AE com os dados levantados pelo questionário

Fonte: Elaboração Própria

A análise dos dados quantitativos foi realizada à luz da pesquisa bibliográfica realizada no aporte teórico sobre o estado da arte dos estudos de monitoramento e avaliação da assistência estudantil das instituições federais de ensino, e também sobre a temática da assistência estudantil da UFES.

3. APORTE TEÓRICO

Este capítulo de aporte teórico está dividido em duas partes: (1) A Política Pública de Assistência Estudantil; (2) Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil.

Na primeira parte será definido o conceito de políticas públicas, apresentado o modelo teórico de análise do Ciclo de Políticas Públicas e o conceito de assistência estudantil como política pública, bem como seu histórico e normativas no Brasil. Por fim, descreve-se a configuração da assistência estudantil na UFES, e são levantados estudos produzidos com olhar sobre o PROAES-UFES, como uma amostra de um programa de assistência estudantil.

A segunda parte será dedicada ao conceito de Monitoramento e Avaliação, o que se entende por esta prática, qual sua importância para a gestão da coisa pública e para as políticas públicas baseadas em evidências. Também será trabalhado como se dá o Monitoramento e Avaliação na prática. Por fim, a terceira parte se dedicará a uma pesquisa bibliográfica de estudos de M&A com foco na assistência estudantil. Para este fim, foi feito um mapeamento da literatura em várias bases de periódicos com combinação de termos para encontrar as principais produções acadêmicas e científicas sobre a temática.

3.1. A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Apresentar-se-á a Política Pública de Assistência Estudantil em quatro etapas: primeira com foco no conceito de políticas públicas; segunda trazendo o modelo de análise de política pública como um ciclo; terceiro conceituando a assistência estudantil, apresentando seu histórico e suas normativas no Brasil; e a quarta e última, discriminando o caso da assistência estudantil na UFES, como um caso de um programa do PNAES, além de apresentar os principais estudos já produzidos sobre o Programa.

3.1.1. CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para tratar da temática desta pesquisa, se faz necessário conceituar os termos. Quando se trata de Políticas Públicas, podem surgir mais de uma conceituação. Sechi (2013, p. 9) afirma que, independentemente dos diferentes conceitos quanto ao nível de análise e operacionalização de Políticas Públicas, o que é central é que todas as visões estão vinculadas ao enfrentamento de um problema público. Um problema público é simplesmente a diferença entre a situação atual inadequada e uma situação ideal possível para a realidade pública, relevante para a coletividade (SECHI, 2013, p.10).

Souza (2006, p. 40), em pesquisa que buscou sintetizar o estado da arte da área de políticas públicas, apresenta diferentes conceitos de políticas públicas que convergem ao sentido apontado por Sechi (2013), ao concluir que

(...) o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública (SOUZA, 2006, p. 40).

Esta conclusão agrega críticas das definições de políticas públicas como basicamente solucionadora de problemas, entendendo, e agregando, que política pública em essência vem do embate de interesses e ideias, e que assim possui aspectos conflituosos e demanda cooperação entre atores (SOUZA, 2006, p. 25).

Saravia (2006, p. 28) apresenta um conceito de políticas públicas que não foca em um problema, porém pode ser complementar a esta visão. Para Saravia, política pública é "(...) um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade" (SARAVIA, 2006, p. 28). Em uma perspectiva operacional,

(...) é um sistema de decisões públicas que visa a ações e omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, p. 29).

Com outra abordagem, em livro que traz as políticas públicas com enfoque jurídico, Fonte (2021, p. 18) conceitua políticas públicas como o "conjunto de atos

e fatos jurídicos que têm por finalidade a concretização de objetivos estatais pela Administração Pública” (FONTE, 2021, p. 18).

Neste trabalho, partindo dos autores citados, constrói-se o entendimento de que Política Pública é um fluxo de ações ou omissões, de origem governamental por excelência, orientadas a manter um equilíbrio ou introduzir um desequilíbrio, que visa solucionar um problema público, em interação com instituições, sociedade e sistema político.

A partir do conceito de Políticas Públicas, busca-se compreender outro conceito: Políticas Públicas baseadas em evidências (PPBE), um modelo cujo debate do seu uso tem ganhado destaque no Brasil recente, segundo Rosa, Clemente, Colvero, Santos (2022, p. 145). Pinheiro (2020a, p. 7), em trabalho cujo objetivo é realizar uma análise conceitual das evidências em PPBE, ao apresentar revisão da literatura do conceito em questão, aponta não haver consenso e indica vários termos utilizados: movimento, paradigma, corrente, prática. Pinheiro (2020b, p. 7), em posterior trabalho no qual faz uma análise crítica do assunto, entende evidências científicas como

(...) os conhecimentos produzidos a partir de métodos sistematizados e reprodutíveis, podendo abranger os seguintes itens (lista não exaustiva): i) identificação precisa de um problema de pesquisa, com variáveis dependentes e independentes bem delimitadas; ii) revisão da literatura acadêmica sobre o assunto; iii) coleta sistemática de dados e informações; iv) tratamento dos dados e informações com métodos quantitativos ou qualitativos rigorosos; v) discussão detalhada dos resultados; vi) publicação dos resultados em periódicos científicos; e vii) publicação em periódicos de universidades ou institutos de pesquisa (PINHEIRO, 2020b, p. 17).

O autor tece uma crítica à visão tradicional que resumiria as políticas públicas como baseadas em um conjunto de opções e cálculos técnicos de efetividade e custo, isenta de posicionamento político, visto que esta visão, na prática, poderia transformar-se num meio ideológico de elites políticas ou segmentos tecnocráticos imporem sua visão (PINHEIRO, 2020b, p. 25).

Para este trabalho, partindo dos autores citados, constrói-se o entendimento que política pública baseada em evidências é uma prática de uso das evidências científicas, com métodos sistemáticos e reproduzíveis, para fomentar a tomada de

decisões de gestores públicos visando diminuir os erros ao alocar recursos escassos em busca de solucionar um problema.

Tendo em vista o conceito de políticas públicas, como ferramenta a solucionar um problema de caráter público, tem-se que o problema público na política pública da assistência estudantil é a grande vulnerabilidade de jovens universitários de baixa renda, que fatalmente encontrarão várias barreiras na vida acadêmica e correm riscos de não concluírem o curso de graduação devido a sua realidade social.

3.1.2. O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta etapa será apresentado o modelo de análise de Políticas Públicas por meio de um Ciclo, como o Ciclo de Políticas Públicas é tratado pela literatura da área e quais as fases dentro do ciclo que são comumente adotados pelos autores. Também será discorrido acerca de cada etapa, e ao final será posicionado em que fase nesta teoria de análise de Políticas Públicas a atual pesquisa se insere.

Em artigo clássico sobre revisão da literatura de políticas públicas, Souza (2006) pontua que

Dentro do campo específico da política pública, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos (SOUZA, 2006, p. 28).

O modelo de ciclo de políticas públicas é uma dessas formas explicativas dentro deste campo. Saravia (2006, p. 33) enfatiza que neste modo de perceber as políticas públicas, sequenciada em um processo em que se verificam várias etapas, não é nada mais que um exercício de compreensão. Sobre o ciclo como um modelo de análise, Frey afirma que “Ao subdividir o agir público em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, o *policy cycle* acaba se revelando um modelo heurístico bastante interessante para a análise da vida de uma política pública” (2009, p. 226).

Segundo Secchi, Coelho e Pires (2019, p. xiv), a análise das Políticas Públicas pela ótica de um ciclo separa todo o processo de um programa público, da criação a extinção, em fases independentes uma das outras. Os autores enfatizam serem muitas as propostas analíticas do modelo de *Policy Cycle*, e dentro da literatura do tema se destacam autores como Lasswell (1956), Lindbom (1968), May e Wildavsky (1978) e Jones (1984), (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. xiv), sendo Harold D. Lasswell o primeiro a propor o modelo, posteriormente revisto, criticado e aprimorado por vários autores em seguida (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. 55).

Ao tratar sobre esse modelo, Souza diz que “esta tipologia vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado (...)” (2006, p. 29). Secchi, Coelho e Pires (2019), no início de um capítulo dedicado ao ciclo de políticas públicas, assim introduzem e definem esta ótica:

O processo de elaboração de políticas públicas (*policy-making process*) também é conhecido como ciclo de políticas públicas (*policy cycle*). Este é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. 55).

Os autores salientam que o ciclo de políticas públicas tem a sua utilidade heurística, de grande valia para organizar ideias, e ponderam que, como um modelo de análise, em raras situações reflete a dinâmica real do processo de uma política pública. O que acontece na prática são as várias fases propostas ocorrerem de maneira alternada e intercaladas, e as fronteiras entre as etapas podem não ser tão nítidas, com decisões e revisões constantes (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. 55-56).

Quanto às fases ou etapas do ciclo, Frey (2009, p. 226) afirma que as várias propostas do processo se diferenciam apenas gradualmente. As diferentes propostas analíticas deste modelo possuem fases em comum, sendo elas formulação, implementação e avaliação (SARAVIA, 2006, p. 32) (FREY, 2009, p. 226). Neste trabalho serão consideradas 7 etapas, utilizando as visões dos autores de maneira complementar: 1) identificação/definição do problema; 2) formação da agenda; 3) elaboração/formulação de alternativas; 4) tomada de

decisão; 5) implementação / execução; 6) acompanhamento/monitoramento e avaliação; e 7) extinção.

A etapa de identificação/definição do problema (1) se dá com a percepção de um problema público, que pode ser percebido por grupos sociais isolados, por políticos ou grupos de políticos, pela administração pública, frequentemente pela mídia e também por outras formas de comunicação política e social, meios que contribuem para dar relevância ao problema, que a partir daí viram um problema a ser tratado por uma política pública (Frey, 2009, p. 227). Seguindo essa lógica, Secchi, Coelho e Pires afirmam que “Se um problema é identificado por algum ator político, e esse ator tem interesse na sua resolução, este poderá então lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação. Essa lista de prioridades é conhecida como agenda” (2019, p. 58).

A formação de agenda (2), segundo Secchi, Coelho e Pires, pode ser definida como

(...) um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Ela pode tomar forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto partidário ou, ainda, de uma simples lista de assuntos que o comitê editorial de um jornal entende como importantes (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. 58).

Segundo Frey (2009, p. 227), é nesta etapa que se decide se o problema entra na pauta política, se a temática será excluída ou até adiado para outro momento, tendo em vista as prioridades dos agentes envolvidos. Saravia diz que a identificação e inclusão de um problema na agenda, ou seja, na lista de prioridades do poder público, “induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas” (SARAVIA, 2006, p. 33)

A fase de elaboração / formulação de alternativas (3) pode ser entendido como a etapa na qual o problema é delimitado, as possíveis alternativas para sua solução são determinadas e também são mensurados e estimados os efeitos e custos destas alternativas, bem como a priorização delas (SARAVIA, 2006, p. 33). Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 61-62) salientam que no plano ideal, a formulação das soluções deve vir com a definição de objetivos, e que é nesta etapa “em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que

poderão alcançar os objetivos estabelecidos. Um mesmo objetivo pode ser alcançado de várias formas, por diversos caminhos.” (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. 62).

A etapa da tomada de decisão (4) “representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (SECCHI; COELHO; PIRES; 2019; p. 65). Para Saravia “inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro” (SARAVIA, 2006, P. 33). Frey (2009) aponta que é comum, antes do ato de decisão de fato, haver processos de conflitos e de acordos, que envolvem os atores políticos e administrativos mais influentes, e também pondera que as decisões de fato, entre opções variadas de atuação, são raras exceções nesta fase do ciclo (p. 227-228).

A fase da Implementação e da execução (5) é a organização dos recursos e aparelhos administrativos, e conseqüente conjunto de ações destinadas a alcançar os objetivos determinados pela política (SARAVIA, 2006, p. 34). Ou seja, “é pôr em prática efetiva a política, é a sua realização” (SARAVIA, 2006, p. 34). Secchi, Coelho e Pires afirmam que nesta etapa que se efetivam os resultados concretos da política, e também sendo a etapa que antecede os esforços avaliativos (2019, p. 70-71).

Após a política estar em execução, tem-se a etapa de acompanhamento/monitoramento e avaliação (6). Ao tratar do ciclo de políticas públicas, Saravia (2006) define o acompanhamento como

(...) processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos e define a avaliação como a mensuração e análise, a posteriori, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às conseqüências previstas e não previstas (SARAVIA, 2006, p. 34-35).

Secchi, Coelho e Pires (2019) apontam que esta é

(...) a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de feedback sobre as fases antecedentes (2019, p. 79).

Frey (2009, p. 228-229) enfatiza nessa etapa a potencial correção da ação da política pública. O autor aponta que o controle dos impactos da política pode levar a iniciar uma nova fase do ciclo de políticas pública, ou iniciar um novo ciclo, a elaboração de um novo programa ou modificação do programa anterior, bem como a suspensão ou fim do ciclo (FREY, 2009, p. 228-229).

Ao fim, a etapa da extinção (7) da política pública. Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 84) fazem uma comparação metafórica com o ciclo de vida de um organismo: toda política pública pode ter um fim. Os autores apontam as várias motivações para o fim de uma política pública, entre elas: quando o problema público é resolvido, ou não é mais visto como um problema, ou mesmo quando a política pública não consegue resolver o problema; quando se altera o entendimento da causa do problema e, por consequência, da política necessária, ou quando a política é substituída por uma mais atualizada; quando se encerra um prazo ou validade determinado pelas normas; quando há mudança de governos, mudança de ideologia da população, bem como pressão de mídia e opinião pública para alteração; quando há restrições orçamentárias (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. 84).

Com a apresentação do modelo de análise de políticas públicas como ciclo, e de todas as etapas que constituem este processo, pode-se determinar que esta pesquisa se posiciona teoricamente na investigação da fase de monitoramento e avaliação de políticas públicas, bom como o nome já deixava claro. Como discutido, é nessa fase que ocorrem os esforços de reunir informações e transformá-las em evidências sobre os resultados ou não da política, permitindo decisões quanto aos rumos dela. Este trabalho se apoia nesta perspectiva de análise buscar subsídios ao desenvolvimento de M&A da AE que fomentem a tomada de decisão do gestor de maneira menos incerta.

Neste capítulo foi possível expor o modelo analítico do ciclo de políticas públicas, bem como as etapas na visão complementar da literatura, e posicionar teoricamente esta pesquisa dentro da análise da fase específica do monitoramento e avaliação de políticas públicas.

3.1.3. CONCEITO E HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Vale destacar que nesta pesquisa o enfoque será totalmente ao caso específico brasileiro, de como se desenha a assistência estudantil no país, que de fato tem características próprias, considerando o desenho de instituições públicas federais de ensino superior gratuito. Nesta etapa, então, serão trabalhados conceitos conforme bibliografia nacional, bem como o progresso histórico brasileiro da assistência estudantil.

Trazendo definições de assistência estudantil, tem-se que, para Barbosa (2009),

A assistência estudantil é o conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência do estudante nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e, conseqüentemente, seu desempenho acadêmico (BARBOSA, 2009, p. 39).

Já segundo Assis, Sanabio, Magaldi e Machado (2013)

A Assistência Estudantil caracteriza-se como uma ação assistencial, busca atender às necessidades sociais básicas da população e está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. Trata-se de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público brasileiro, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida (ASSIS; SANABIO; MAGALDI; MACHADO, 2013, p. 128).

A assistência estudantil, segundo Vasconcelos (2010, p. 609) perpassa pela totalidade das áreas dos direitos humanos, compreendendo ações, que proporcionem condições e recursos mínimos para a vivência do estudante, na esfera da saúde, pedagógica, de moradia, da alimentação e do transporte. A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, objetiva suprir

obstáculos ao desejável desenvolvimento acadêmico, minimizando o trancamento e o abandono dos estudos (VASCONCELOS, 2021, p. 609).

Sendo assim, neste trabalho entende-se a assistência estudantil como política pública para estudantes de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica com objetivo de possibilitar condições e recursos para vivência, para inclusão social, para transpor os obstáculos econômicos, melhorando a qualidade de vida e desempenho acadêmico, atuando, assim, para diminuir as chances de evasão e retenção universitária.

A construção da assistência estudantil no Brasil remonta a 1928, quando ocorreu o primeiro intuito de apoiar estudantes universitários brasileiros. Na época, a ajuda era destinada especificamente aos brasileiros que estavam estudando em Paris e apresentavam dificuldades financeiras para se manter na capital francesa. Foi neste ano que a Casa do Estudante Brasileiro foi inaugurada para prestar auxílio aos estudantes que necessitavam de suporte para se sustentar na cidade. (COSTA, 2010, p. 54) (KOWALSKI, 2012, p. 85).

Nos anos iniciais da década de 1930, iniciou-se o funcionamento da Casa do Estudante Brasil no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo o auxílio ao estudante mais carente, funcionando neste mesmo espaço um restaurante popular para alunos. Durante o Governo Vargas, a administração federal fez grandes doações à Casa (ARAÚJO, 2007, p. 24).

Em 1931, houve a primeira tentativa de normatizar uma política de assistência estudantil por meio da Reforma Francisco Campos, Lei Orgânica do Ensino Superior instruída pelo Decreto n.º 19.851, promulgado em 11 de abril de 1931, com bolsas para amparar estudantes reconhecidamente pobres. Na Constituição Federal de 1934, esta lei foi incorporada no artigo 157, que definiu que haveria repasses de verbas para assistir alunos em necessidade com fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar e dentária. A assistência estudantil continuou presente na Constituição Federal de 1946, em seu artigo 172, na qual se estabeleceu que serviços de assistência ao estudante

deveriam ser assegurados aos alunos necessitados por cada sistema de ensino (IMPERATORI, 2017, p. 286).

Em 1961, Assistência Social Escolar é apresentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), definindo ações de assistência ao aluno nos âmbitos de assistência social, médico-odontológico, enfermagem, em serviços que atendam casos individuais, em grupo e a comunidade (IMPERATORI, 2017, p. 286).

Na década de 1970, houve a criação do Departamento de Assistência ao Estudante, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Nesta década o departamento implementou programas que consistiam em assistência a estudantes com bolsas de trabalho, que auxiliavam o estudante na inserção laboral, e também bolsas de estudo, que não impunham nenhum tipo de contrapartida. Produziu também programas de alimentação, moradia e assistência médica-odontológica, respaldados pela LDB de 1971. Em 1980, o órgão foi extinto, o que acarretou a fragmentação e pulverização das ações de assistência pelas instituições de ensino (IMPERATORI, 2017, p. 287).

A trajetória recente da assistência estudantil está conectada à política de assistência social, e as duas estão interligadas à luta de movimentos sociais pelo fim do regime ditatorial militar (1964-1985) e pela promulgação da nova constituição (VASCONCELOS, 2021, p. 603). Em 1987, surgem duas frentes de discussões da educação, e, por conseguinte, da assistência estudantil: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Fórum nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, órgão assessor da primeira. Estes dois segmentos defendiam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes de baixa renda das Ifes e proporcionar as condições básicas para permanência e conclusão do curso, prevenindo a retenção e evasão em razão das dificuldades socioeconômicas (VASCONCELOS, 2021, p. 604).

No ano de 1988, tem-se a promulgação da mais recente Constituição Federal, que representou um marco dos direitos sociais. No capítulo da constituição federal

dedicado à educação, em seu artigo 206, são apresentados os princípios-base para o ensino, cujo inciso I é: “igualdade de condições para acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). A palavra permanência neste inciso evoca a intenção dos constituintes em assistir ao estudante em prol de igualar condições e oportunidades. A partir das novas concepções advindas da carta magna, inaugurou-se um novo modelo de proteção social afirmativo de direitos (VASCONCELOS, 2021, p. 604).

A década 1990 é marcada pela precarização das políticas públicas de ensino superior, devido à defasagem salarial, à falta de verbas para manutenção e ao desenvolvimento de pesquisas, ao êxodo de servidores professores para universidades privadas, aos altos números de aposentadoria de servidores técnicos administrativos e docentes sem reposição suficiente, ao mesmo momento em que há ausência de uma política efetiva de assistência estudantil (VASCONCELOS, 2021, p. 606).

No ano de 1999, devido à solicitação do Fonaprace, foi incluída a Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE), que determinou a adoção de programas de assistência ao estudante com bolsas (VASCONCELOS, 2021, p. 612).

Em 2001, O Plano Nacional de Assistência Estudantil foi elaborado pelo Fonaprace, documento que trouxe diretrizes norteadoras para a elaboração de programas, e que também demonstrava e solicitava a órgãos de governo a necessidade de destinar recursos para projetos de assistência estudantil nas Ifes (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 155).

Em 24 de abril de 2007 foi instituído por meio do Decreto n.º 6.096 o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Entre as suas diretrizes estava a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil foi atualizado em 2007, que decorreu em um processo de construção e implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, concretizado na Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 156).

O PNAES é umas das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) anterior, um marco que representou o esforço coletivo de dirigentes da educação, discentes e docentes em torno de garantir a assistência estudantil como direito social que possibilita a igualdade de oportunidades aos estudantes de ensino superior público presencial, promovendo apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica (VASCONCELOS, 2021, p. 608).

Atualmente, a política de assistência estudantil está institucionalizada por meio do Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010) que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, não mais em forma de Portaria Normativa, mas como Decreto, dando maior caráter de política pública ao Programa.

O PNAES tem por objetivos “(...) I - democratizar a permanência na educação superior, II - minimizar efeitos das desigualdades, III - reduzir taxas de retenção e evasão e; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (BRASIL, 2010). Dessa forma, consoante com o § 1º do referido decreto:

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil, II - alimentação, II - transporte, IV - atenção à saúde, V - inclusão digital, VI - cultura, VII - esporte, VIII - creche, IX - apoio pedagógico e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

A política de assistência ao estudante definida no decreto atua na permanência e na mitigação da desigualdade, com ações definidas em várias frentes. De acordo com Imperatori (2017)

Neste Marco legal a assistência estudantil é reconhecida como estratégia de combate às desigualdades sociais, ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público federal, com uma definição bastante ampliada (IMPERTORI, 2017, p. 298).

Vale destacar, neste histórico, a Lei das Cotas, Lei n.º 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012, que prevê 50% das vagas em Ifes para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, e 50% desta reserva de vagas são separadas para estudantes procedentes de famílias com renda per capita bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Tal política afirmativa amplia o ingresso a Ifes de estudantes que são o público alvo da política de assistência estudantil (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 157). O PNAES dá sustentação para a efetividade do REUNI, na expansão de instituições e vagas, e a Política de Cotas, possibilitando condições de novos estudantes de baixa renda permaneçam na universidade e concluam os cursos de graduação.

Nesta etapa, foi possível ter o entendimento do conceito da assistência estudantil. Também foi construído um breve histórico das ações e normativas da assistência estudantil no Brasil, até o Programa Nacional da Assistência Estudantil, que atualmente institucionaliza a política pública de assistência estudantil.

3.1.4. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFES

Nesta etapa será exposta uma apresentação do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo, conhecido pela sigla PROAES-UFES, bem como serão apresentadas as principais produções acadêmicas elaboradas sobre a assistência estudantil da UFES. A construção deste quadro sobre o PROAES-UFES serve como um caso de um programa da política pública da assistência estudantil, possibilitando parâmetros à busca de subsídios ao desenvolvimento de M&A nestes programas.

Segundo Machado (2016, p. 78), a assistência estudantil na UFES tem sua sistematização a partir da Resolução 09/2008 do Conselho Universitário (CUUn), de 28 de fevereiro de 2008, que cria a Secretaria de Inclusão Social vinculada à reitoria. A iniciativa advém no contexto da adesão da UFES ao Reuni, cujo ingresso e cumprimento de metas tem como contrapartida acréscimo de recursos à universidade (MACHADO, 2016, p. 76). A adesão demandou reorganização em várias áreas, sendo uma delas a assistência estudantil.

A primeira normativa no âmbito da UFES que dispõe de fato sobre uma política de Assistência Estudantil é a Resolução n.º 03/2009 do CUn, de 5 de fevereiro de 2009. Esta resolução aprova o Plano de Assistência Estudantil da UFES, e tal plano justifica a necessidade da implementação de uma política de assistência Estudantil, fazendo referência direta ao Plano Nacional de Assistência Estudantil de 2007 do Fonaprace, e aponta caminhos para a concretização de um programa de assistência estudantil na UFES.

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania é responsável por construir e executar a política de assistência estudantil na UFES. A PROAECI foi criada pela Resolução n.º 09-B/2014 do CUn, de 10 de abril de 2014, sendo assim a pró-reitoria mais recente na administração central da universidade. Anterior a essa data, a política de assistência estudantil era dirigida por uma pró-reitoria não específica para tal função, que unia gestão de pessoas e assistência estudantil. Somadas à política de assistência estudantil, atualmente a PROAECI é responsável pelas políticas de ações afirmativas e diversidade, e pela gestão dos restaurantes universitários.

O Programa de Assistência Estudantil da UFES, atualmente, é regido pela Resolução do CUn/UFES n.º 19, de 2 de setembro de 2022. Esta resolução fixa diretrizes e regulamenta o funcionamento do PROAES-UFES, e aponta como objetivos do programa:

I - contribuir para o acesso aos direitos essenciais de alimentação, moradia, transporte, cultura e esporte; II - promover ações de atenção psicológica, de acolhimento/orientação social e apoio pedagógico; III - proporcionar condições de acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; IV - analisar, planejar e promover ações que visem à redução dos índices de evasão e retenção universitária, quando motivadas por fatores socioeconômicos; V - proporcionar condições que possibilitem ao estudante completar o seu curso no tempo médio previsto no respectivo Projeto Pedagógico (BRASIL, 2022).

O desenho vigente do PROAES se resume ao ingresso de novos cadastrados a cada semestre de estudantes regularmente matriculados em curso de graduação presencial que possuam renda per capita bruta familiar mensal de 1,5 salário mínimo e que solicitam o cadastro. A validade do cadastro é de quatro semestres letivos, podendo se inscrever novamente após este prazo.

O estudante assistido cadastrado passa a receber auxílios regulares de caráter não pecuniário, pecuniário direto (conforme a faixa de auxílio que é selecionado) e pecuniário indireto. Os auxílios regulares atualmente se dividem em três faixas de auxílios pecuniários diretos⁶, distribuídos aos cadastrados a depender do grau de vulnerabilidade econômica, ranqueados por critérios de renda e marcadores sociais. Conforme a resolução artigo 7º, §1º,

§ 1º O auxílio pecuniário direto consiste em recurso financeiro pago ao estudante de maneira direta, destinado ao custeio das despesas com moradia, transporte, material didático, atividades culturais e/ou incentivo ao esporte, conforme necessidade identificada pelo estudante (BRASIL, 2022).

Já o auxílio pecuniário indireto ocorre na forma da gratuidade de acesso às refeições do Restaurante Universitário (que funciona para almoço e janta); os auxílios não pecuniários são os auxílios empréstimo estendido de livro, auxílio acesso ao estudo de língua estrangeira (com sorteio de vagas). Além destes auxílios regulares, há os auxílios específicos ao estudante em mobilidade internacional, auxílio educação infantil (também conhecido como auxílio creche) e auxílio material didático de alto custo (para custear matérias de alto custo em disciplina do curso de odontologia).

Após cadastrado, o estudante deve cumprir uma série de critérios de permanência no PROAES, que monitoram o sucesso da vida acadêmica do estudante, tal como definido na Resolução do CUn/UFES n.º 19, e normatizado pela Instrução Normativa n.º 06/2023 - PROAECI. Além disso, os estudantes contam com a atuação em forma de projetos e atendimentos específicos de profissionais das áreas de psicologia, serviço social e acompanhamento acadêmico.

Outra normativa que merece destaque no conjunto que soma na política de assistência estudantil da UFES é a Portaria n.º 1307/2019-R, que constitui o Fórum Permanente de Assistência Estudantil, órgão com objetivo de assessorar a política, e que tem formação paritária entre servidores e alunos.

⁶ Conforme Resolução/Cun/Ufes n.º 20, de 2 de setembro de 2022 < https://proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_20.2022_-_assistencia_estudantil_-_valores.pdf>

No quadro 3 abaixo estão listadas, em ordem de publicação, as principais pesquisas encontradas a respeito da política de assistência estudantil da UFES, bem como um resumo dos trabalhos e os resultados encontrados. As buscas destes trabalhos foram realizadas no Repositório Institucional da UFES⁷ e na listagem de dissertações defendidas do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública⁸, sendo selecionados conforme análise dos resumos e pertinência com a pretensão da pesquisa que se propõe. Sobre as referidas pesquisas, podem-se destacar algumas passagens.

Haddad (2013), ao tratar sobre o Restaurante Central (RC) da UFES, o restaurante universitário (RU) do campus central, enfatiza que o MEC extinguiu verbas destinadas aos RUs em 1992, passando a ser das próprias universidades a responsabilidade de escolher manter os restaurantes, o que acabou por gerar sucateamento e redução da qualidade das refeições. Com a criação do PNAES os subsídios financeiros foram reestabelecidos, a autora enfatiza ainda essencialidade dos RUs para a assistência estudantil, contribuindo para a permanência qualificada dos estudantes na universidade (HADDAD, 2013, p. 43).

Ao final de sua pesquisa, a autora constata que, pela percepção dos estudantes, para além de uma refeição de qualidade e o reflexo na permanência do estudante, o maior impacto informado é a economia financeira: “o benefício gerado pelo RC para a comunidade universitária é proporcionar ao aluno que recebe assistência estudantil uma economia do valor do almoço” (HADDAD, 2013, p. 96).

⁷<<https://repositorio.ufes.br>> acesso em 01 de agosto de 2022.

⁸<<https://gestaopublica.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PGGP/disserta%C3%A7%C3%B5es-defendidas>> acesso em 01 de agosto de 2022.

Quadro 3 - Pesquisas: Assistência Estudantil na UFES

Referência	Título	Resumo	Resultados
(HADDAD, 2013)	O restaurante central como mecanismo de assistência estudantil: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo	O trabalho se propôs a analisar a contribuição do Restaurante Universitário na assistência estudantil, por meio de análise do histórico de dados financeiros e opinião de alunos e servidores usuários, utilizando de questionário, a respeito do serviço prestado entre 1992 e 2012.	A pesquisa de opinião identificou que o Restaurante é considerado pelos estudantes como uma importante ferramenta da assistência estudantil, especialmente para os discentes que moram longe e de mais baixa renda. Também identificou que os custos do PNAES e de arrecadação em 2012 não foram suficientes para cobrir os custos do restaurante universitário.
(PAVAN, 2014)	Definições e rumos na implementação de uma política nacional de assistência ao estudante do ensino superior	O trabalho se propôs a demarcar os princípios teóricos e os interesses que nortearam a implantação da política nacional de assistência estudantil, nos governos FHC e Lula (1995-2010) e, a partir deste entendimento, traçar perfil dos assistidos da UFES, e fornecer elementos para contribuir com a política, utilizando de questionário online, estudo bibliográfico e documental, com base no materialismo histórico dialético.	Evidenciou que se observa na política de assistência estudantil orientação de organismos internacionais que definem critérios e metas de políticas sociais a países em desenvolvimento. O perfil do assistido evidenciou a grande necessidade destes estudantes pela assistência para se manterem no ensino superior.
(MACHADO, 2016)	O financiamento da assistência estudantil na UFES no contexto de contrarreforma da educação superior	O trabalho propôs compreender, através da teoria dialético-crítica, o processo de financiamento e do gasto com a assistência estudantil após a regulação do PNAES na UFES, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, com objetivo de identificar os limites e avanços da política.	Como resultados conseguiu identificar avanços com a ampliação real dos recursos e aumento do quantitativo de estudantes atendidos, e limites na oferta de serviços focalizados e seletivos, e na continuidade de transferências de caráter residual que garantem a remuneração do capital, principalmente na sua forma fictícia.

Referência	Título	Resumo	Resultados
(NEIVA FILHO, 2018)	Programa Nacional de Assistência Estudantil: Análise do Desempenho de Discentes Assistidos e não Assistidos na Universidade Federal Do Espírito Santo	O trabalho se propôs a estudar a influência da assistência estudantil da UFES no desempenho acadêmico de ingressantes em 2013 por meio de análise de variância (ANOVA), comparando assistidos e não assistidos.	Foram encontradas evidências da influência positiva da assistência estudantil quando observado incidência de diplomação, evasão e retenção. No período analisado, constatou que estudantes evadidos e ainda assistidos somavam R\$ 400.000,00 em recebimento de auxílios possivelmente indevidos. Como produto técnico-tecnológico, sugere indicadores ao PROAES;
(COSTA, 2020)	Vivência acadêmica, resiliência pessoal e satisfação: percepção dos alunos cadastrados na assistência estudantil da universidade federal do espírito santo;	O trabalho se propôs a verificar o impacto da Resiliência Pessoal e da Vivência Acadêmica na Satisfação de estudantes assistidos da UFES por meio de abordagem quantitativa, com questionário e Modelagem de Equações Estruturais.	Como resultado foi observado que a resiliência pessoal impacta a vivência acadêmica de forma positiva, e a vivência acadêmica impacta a satisfação do estudante, também de forma positiva, sendo a vivência acadêmica mediador entre a resiliência pessoal e a satisfação do estudante. Foi produzido relatório como produto técnico-tecnológico evidenciando os pontos de possíveis atuação para melhorias da vivência acadêmica, impactando na satisfação do estudante assistido.
(CAMARA, 2021)	Programa de assistência estudantil no centro universitário norte do espírito santo: uma análise de contexto	O trabalho se propôs a analisar o contexto da prática da assistência estudantil no Campus Centro Universitário Norte (Ceunes) da UFES, buscando entender se as demandas estudantis estão sendo atendidas, utilizando de questionário aplicado a alunos ativos e inativos do período de 2006 a 2020 e análise de relatórios do Sistema de Informação para o Ensino.	Resultados mostraram que as principais dificuldades para permanência dos estudantes, conforme a percepção destes, são deslocamento da casa para a instituição de ensino e dificuldades emocionais. Os resultados também apontaram que os assistidos pelo PROAES apresentam melhores índices de evasão e rendimento acadêmico, em comparação a alunos não beneficiários. Como produto técnico-tecnológico, foi produzido relatório projetando ações para a assistência estudantil do Ceunes.

Fonte: Elaboração Própria.

Analisando a política nacional da assistência estudantil por meio do materialismo histórico-dialético, Pavan (2014) trabalhou em cima do perfil do assistido da UFES, e nesse sentido, afirma que

A necessidade de assistência ao estudante de ensino superior ficou evidenciada no momento em que partimos para a busca da identificação do perfil dos estudantes atendidos na UFES, ocasião em que pudemos observar o quanto este público ainda demanda e a grandeza de suas necessidades. Se é senso comum na sociedade a afirmativa de que é a elite que está na universidade pública, também afirmamos que há um público cuja condição socioeconômica é baixa e que precisa ou, em alguma situações, depende de benefícios como os da assistência estudantil para permanecer na instituição. (PAVAN, 2014, p. 167)

A autora aponta ainda que “a insuficiência de recursos para o atendimento das necessidades estudantis também ficou latente nas afirmações dos estudantes bem como a falta de sintonia entre o benefício concedido e os custos para se manter na universidade” (PAVAN, 2014, p. 168-169), principalmente dos estudantes que moram longe de onde estudam.

Machado (2016), em seu estudo do financiamento e gasto do PNAES, em especial na UFES, pode-se destacar as seguintes constatações:

A UFES somente passou a fomentar ações, de forma sistemática, voltadas a permanência dos estudantes pobres quando isso se tornou uma política em nível nacional. Até o ano de 2007 não havia nenhuma legislação que previa esse tipo de atendimento. O que demonstra que até esse momento a universidade não empenhou esforços para tornar a universidade mais democrática e popular (MACHADO, 2016, p. 127-128).

A autora prossegue:

Ainda que saibamos que os recursos direcionados para as políticas não sejam suficientes, há diferença dos valores autorizados nas peças orçamentárias e os valores efetivamente executados. Essa diferença indica a necessidade de aprimorar o processo de planejamento para que todo o recurso disponível seja efetivamente gasto, ampliando o alcance da política (MACHADO, 2016, p. 128).

Estas limitações são apontadas por Machado, mas deixa evidente que a expansão da política de assistência estudantil respondeu aos anseios dos movimentos sociais na área de educação, mesmo que em parte (MACHADO, 2016, p. 124).

Neiva Filho (2018) utiliza de análise quantitativa para buscar evidências da efetividade do PROAES-UFES:

Os resultados das análises pareadas de performances, realizadas neste, entre os grupos amostrais compostos por estudantes assistidos e não assistidos, apresentou evidências robustas que corroboram com a influência positiva exercida pelo Programa de Assistência Estudantil, quando examinada a incidência de estudantes diplomados, evadidos e retidos (NEIVA FILHO, 2018, p. 102).

O autor faz a ressalva que “o fato de ser discente assistido não demonstrou a mesma relevância quando realizado o teste de análise de variância (ANOVA), com base no ritmo acadêmico” (NEIVA FILHO, 2018, p. 102-103).

Costa (2020) verifica o impacto da Resiliência Pessoal e da Vivência Acadêmica na Satisfação dos assistidos pelo PROAES-UFES, e constata

que a resiliência pessoal não impacta diretamente na satisfação do estudante com a Universidade, mas sim indiretamente, através da vivência acadêmica. Assim, o construto Vivência Acadêmica exerce um papel mediador na relação entre os construtos Resiliência Pessoal e Satisfação (COSTA, 2020, p. 67).

Pontua ainda que

evidencia-se que para melhorar a satisfação dos estudantes cadastrados na assistência estudantil, a Universidade deve se atentar tanto a aspectos da resiliência pessoal quanto da vivência acadêmica para proporcionar uma melhor satisfação com a experiência acadêmica para essa população (COSTA, 2020, p. 67).

Costa enfatiza que “A Universidade por si só não conseguirá resolver os problemas sociais, mas, no que estiver ao seu alcance, deverá propor estratégias para modificar as situações que dificultam de alguma forma a vida acadêmica dos estudantes” (COSTA, 2020, p. 97).

Câmara (2021) faz análise do PROAES em específico no Campus Centro Universitário Norte (Ceunes) da UFES. A autora constata que

A análise sobre a relação entre evasão e assistência estudantil, ligada ao quinto objetivo específico, permitiu constatar a existência de alunos evadidos dentre os alunos cadastrados no PROAES-Ufes, que afirmaram que se tivessem recebido, dentre outras opções, mas principalmente mais apoio pedagógico e atendimento psicológico, poderiam ter alcançado a finalização do curso. Já no grupo dos alunos evadidos e que não foram cadastrados no PROAES-Ufes, além do apoio pedagógico e atendimento psicológico, afirmaram que a falta de auxílio financeiro também poderia ter possibilitado, na visão deles, a conclusão do curso superior (CÂMARA, 2021, p. 148).

A autora verificou que na percepção dos discentes a assistência estudantil é um diferencial para o percurso acadêmico, contudo há limitações como apontadas na constatação acima (CÂMARA, 2021, p. 146).

O que une todos os trabalhos e autores citados neste capítulo, além do tema de pesquisa, é a defesa e a constatação do papel central do programa de assistência estudantil na permanência qualificada de estudantes de baixa renda. Seja pelo estudo de percepção dos estudantes, do financiamento da assistência estudantil, ou modelagens quantitativas, os estudos concluem pela importância da política, e preocupam, mesmo quando exercem críticas, em apontar melhorias para o alcance dos objetivos do programa.

Nesta sessão, foi possível apresentar em linhas gerais o Programa de Assistência Estudantil da UFES, como este se posiciona no contexto da Política Nacional de Assistência Estudantil, e apresentar os principais estudos produzidos acerca da assistência na Universidade. Por meio destes estudos, foi possível aprofundar o entendimento de um programa de assistência estudantil em uma Universidade Federal brasileira e a importância dele para os estudantes beneficiários.

3.2. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Neste capítulo será tratado o Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil em três etapas: a primeira buscará o conceito de monitoramento e avaliação de políticas públicas e as ideias que rodeiam a temática; a segunda lidará com ações e ferramentas da prática de Monitoramento e Avaliação; e na terceira, e última, serão expostos e analisados diversos estudos que tratam de Monitoramento e Avaliação da Assistência estudantil, buscando subsídios ao desenvolvimento do M&A.

3.2.1. CONCEITO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nesta sessão será trabalhado o conceito de monitoramento e avaliação de políticas públicas e as ideias que rodeiam a temática, que servirá como base para compreender os condicionantes do monitoramento e avaliação para um programa de assistência estudantil.

Há uma série de caminhos teóricos que podem ser percorridos na temática de avaliação e monitoramento de políticas públicas. Em seu guia de monitoramento e avaliação de políticas públicas, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) (2018c, p.17) afirma que “as práticas de monitoramento e de avaliação produzem evidências sobre a efetividade ou não das políticas públicas”. O guia ainda afirma que

Se pudéssemos resumir todo propósito das práticas de monitoramento e de avaliação em uma frase, ela seria ‘prover informações úteis e bem fundamentadas’ ou ‘fornecer evidências para a tomada de decisão’. Dessa forma, as metodologias de M&A têm o potencial de elevar o padrão de qualidade do serviço e a eficiência do gasto público. Além disso, têm um papel muito importante em fortalecer a prestação de contas das ações do governo (accountability) e aumentar a transparência (IJSN, 2018c, p 17).

Já Jannuzzi (2005), em pesquisa sobre o uso de indicadores, afirma que

Monitoramento e avaliação são processos analíticos organicamente articulados, sucedendo-se no tempo, com o propósito de subsidiar o gestor público com informações acerca do ritmo e da forma de implementação dos programas (indicadores de monitoramento) e dos resultados e efeitos almejados (indicadores de avaliação) (JANNUZZI, 2005, p. 155).

Ramos e Schabbach (2012, p. 1) complementam: “A avaliação e o monitoramento são fases imprescindíveis do planejamento estatal, ocupando também espaço crescente nas pesquisas acadêmicas”.

Segundo Gertler, Martínez, Premand, Rawligns e Vermeersch o monitoramento se apresenta como

(...) um processo contínuo, que acompanha o que está acontecendo com um determinado programa e usa os dados coletados para informar sobre sua implementação e fornecer subsídios para a gestão e tomada de decisões no dia a dia (GERTLER; MARTÍNEZ; PREMAND; RAWLIGNS; VERMEERSCH, 2018b, p. 18).

Este é “instrumento essencial de acompanhamento da política e complemento vital da avaliação” (IJSN, 2018c, p.19). Segundo Torres, Vieira e Jacobovski (2021, p. 234) pode-se compreender monitoramento como ação contínua com coleta de dados de maneira sistemática a respeito de indicadores de interesse para fornecer aos atores envolvidos, em especial aos gestores, informações sobre o emprego do recurso aplicado, do progresso, o cumprimento de metas de uma intervenção.

Já avaliações, segundo Gertler, Martínez, Premand, Rawligns e Vermeersch podem ser compreendidas como

(...) análises periódicas e objetivas de um projeto, política ou programa planejado, em andamento ou concluído. As avaliações são usadas seletivamente para responder perguntas específicas relacionadas ao desenho, à implementação e aos resultados (GERTLER; MARTÍNEZ; PREMAND; RAWLIGNS; VERMEERSCH, 2018, p.8).

No entendimento de Torres, Vieira e Jacobovski (2021, p. 234) as avaliações são processos que buscam determinar se houve alcance de objetivos e metas de um programa ou projeto, a qual normalmente se operacionaliza em testes na fase de análise da política pública no intuito de encontrar respostas causais. Oliveira, Casemiro, Brandão e Pinto (2022) afirmam haver consenso em dizer que avaliação é definida como sendo a “formulação de julgamento de valor a respeito de uma intervenção, a depender dos atores envolvidos nessa dinâmica em tempos estipulados e de critérios determinados” (OLIVEIRA, CASEMIRO, BRANDÃO, PINTO, 2022, p. 632). Almeida, Pimentel, Soares e Nascimento-e-Silva (2022, p. 11), ao fazer balanço da literatura das etapas da avaliação, apontam que avaliação é o processo metodologicamente construído para comparar o que foi planejado do que foi executado.

Em estudo sobre avaliação e monitoramento na realidade brasileira, Ramos e Schabbach (2012, p. 1271) propõem-se a apresentar “o estado da arte dos estudos sobre avaliação”, em estudo analítico e sistemático. As autoras apontam as motivações no Brasil que fomentaram a demanda por avaliação de políticas públicas, para além da preocupação da efetividade, algumas delas são: a limitação de gastos por crise fiscal que gera pressão por maior eficiência, e o aprofundamento da democracia e da participação social, que reivindicam ações do governo (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p. 1276).

Indo além no tema de M&A, Jannuzzi (2013, p. 5) trabalha com o conceito de Sistema de Monitoramento e Avaliação (SM&A), definindo como um conjunto de

(...) atividades - articuladas, sistemáticas e tecnicamente orientadas - de registro, produção, organização, acompanhamento e análise crítica de informações resultantes da Gestão de Políticas Públicas, para identificação de demandas sociais, desenho, seleção, implementação e avaliação de soluções para essas, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão de técnicos e gestores envolvidos nas diferentes etapas do ciclo de vida ou maturação das Políticas e de seus Programas (JANNUZZI, 2013, p. 8).

Em estudo sobre Sistemas de M&A, Jannuzzi (2013, p. 5), traz elementos conceituais, metodológicos e político-institucionais acerca da estruturação de SM&A, elencando na conclusão premissas quanto à estruturação deste sistema. Na visão de Sousa, Noronha, Ribeiro, Teixeira, Fernandes e Venâncio (2010)

O Sistema de M&A é um conjunto de elementos interligados que compõem um modelo avaliativo de forma complementar e interdependente. Isso representa a necessidade do estabelecimento a priori do que será avaliado, segundo quais enfoques, com base em quais indicadores e meios de verificação (SOUSA; NORONHA; RIBEIRO; TEIXEIRA; FERNANDES; VENÂNCIO, 2010, p. 53).

Sellera, Brito, Jovanovic, Rodrigues, Oliveira, Santos e Moraes (2019) conceituam SM&A como um conjunto de atividades de maneira articulada, formalizada e sistemática de registro, acompanhamento e análise de informações dos diversos serviços públicos, qualificando a tomada de decisão (2019, p. 2087).

Trabalhando a ideia de M&A, vale também pontuar o conceito mais amplo de um Sistema Nacional de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas, empenhado por Torres, Vieira e Jacobovski (2021). Para os autores, esse sistema nacional tem como possível definição o conjunto integrado resultante de princípios, processos, procedimentos e práticas visando acompanhar o cumprimento da implementação de programas e políticas ao longo do tempo, por todos os atores da sociedade (TORRES; VIEIRA e JACOBOVSKI, 2021, p. 234).

Como exemplos do serviço público de implantação de sistemas de monitoramento e avaliação, pode-se apontar: a Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal, com ações organizadas, sistêmicas, com base técnico-científica, facilitando gestor, trabalhadores e cidadãos conhecerem a realidade do serviço público oferecido

(SELLERA; BRITO; JOVANOVIC; RODRIGUES; OLIVEIRA; SANTOS, MORAES, 2019, p. 2087); o Governo do Estado do Espírito Santo, que criou o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP), que de maneira sistemática e padronizada, insere as práticas de M&A no planejamento governamental (IJSN, 2018b, p. 18).

Com o exposto nesta seção, partindo dos autores citados, podem-se construir alguns entendimentos dos conceitos para este projeto. Assim, entende-se que Monitoramento e Avaliação são processos de produção de informações e evidências de uma política pública, analisando o programa na totalidade ou em parte, a respeito do alcance do que foi ou será implementado tal como planejado, bem como do alcance, ou não, dos objetivos almejados. Assim sendo, os processos de Monitoramento e Avaliação são capazes de subsidiar a tomada de decisão do gestor, como decisão de implementação, correções de rumos, alterações ou manutenção do programa, e inclusive extinção da política.

Pode-se compreender o Monitoramento como processo contínuo com coleta de dados de maneira sistemática a respeito de indicadores de interesse para fornecer aos atores envolvidos, em especial aos gestores, informações sobre o emprego dos recursos aplicados, o progresso e o cumprimento de metas de um programa.

Quanto à Avaliação, pode-se entender como processo pontual que analisa uma política pública, toda ou parte dela, com diferentes objetivos e produtos a depender do método utilizado, que fornecem informações e evidências para a tomada de decisão quanto à implementação, continuidade, incremento, troca de rumos ou até extinção de um programa.

Um Sistema de Monitoramento e Avaliação é um conjunto de ferramentas articuladas, integradas, tecnicamente orientadas que acompanham a implementação e o resultado de políticas públicas de maneira sistemática, produzindo informações e evidências que objetiva a melhor tomada de decisão do gestor público.

Nesta seção foi possível trabalhar com os conceitos de Monitoramento e Avaliação, bem como de Sistema de M&A, que serão fundamentais para nortear o desenvolvimento da pesquisa que visa discutir a avaliação e o monitoramento na Assistência Estudantil. A próxima sessão trabalhará os conceitos aqui apresentados observando ações e ferramentas práticas na gestão pública.

3.2.2. A PRÁTICA DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Neste subcapítulo serão construídos alguns apontamentos buscando subsídios ao monitoramento e avaliação de políticas públicas de assistência estudantil, na prática. Com este objetivo será usado como base o Guia de Avaliar e Monitorar Políticas Públicas do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2018a), haja vista seu caráter propósito: um roteiro prático ao gestor público interessado em basear a políticas públicas em evidências (IJSN, 2018a , p. 4), além de outras referências da literatura que somam ao mesmo propósito. Serão trabalhadas as etapas para a concretização do monitoramento de políticas públicas e os tipos de avaliações de projetos que ocorrem na gestão pública.

Abordando-se inicialmente o monitoramento, a efetivação deste processo pode ocorrer com o cumprimento de etapas, e o uso de algumas ferramentas nestes estágios. As etapas podem ser separadas como: 1) seleção e criação de indicadores; 2) coleta de dados; 3) definição de metas; 4) Utilização das informações; 5) criação de incentivos para utilização da informação (IJSN, 2018c, p. 8).

A seleção de indicadores (1) é o primeiro passo ao se monitorar uma política pública. Estes indicadores serão acompanhados durante e após a execução do programa, sendo possível identificar sucessos ocorridos e as áreas que precisam melhorar dentro da política (IJSN, 2018c, p. 23). Os indicadores podem ser definidos como “variáveis quantitativas ou qualitativas que fornecem informações diretas e confiáveis para medir dimensões associadas à operação e aos resultados de uma política” (IJSN, 2018c, p. 23).

Uma ferramenta apropriada para a construção de indicadores é o Modelo Lógico (IJSN, 2018c, p. 23). O Modelo Lógico é uma metodologia que materializa o desenho de uma política pública explicitando os fatores necessários para a realização de todas as atividades planejadas pelo programa, encadeadas de sentido lógico, com base na Teoria do Programa (IJSN, 2018b, p. 41). A Teoria do Programa se caracteriza pelas relações de causa e efeito entre as etapas planejadas de uma política pública (IJSN, 2018c, p. 23).

O constructo do Modelo Lógico pode ser sintetizado em uma listagem de componentes dos seguintes passos (IJSN, 2018b):

1) Insumos: são os recursos necessários para que as atividades da política sejam realizadas, incluindo recursos humanos, financeiros, físicos, entre outros; 2) Atividades: são as ações ou serviços oferecidos pela política, em geral, direcionados ao público-alvo; 3) Produtos: são os resultados imediatos gerados por uma atividade, em geral, facilmente quantificáveis. Cada atividade sempre gera ao menos um produto; 4) Resultados: são os resultados intermediários da política, mudanças observadas sobre o público-alvo causadas pela implementação. Seguindo a sequência lógica da Teoria do Programa, os resultados só são alcançados após a geração dos produtos decorrentes da realização das atividades planejadas; 5) Impactos: são os resultados de longo prazo da política, alcançados após a devida maturação dos resultados intermediários. Devem estar alinhados com as metas inicialmente definidas pela política e, portanto, com a resolução do problema diagnosticado (IJSN, 2018b, p. 41-42).

O produto final trará um desenho que será base para a elaboração de indicadores da política. A Implementação dos itens de cada etapa (insumo, atividades, produtos, resultados, impactos) deve ser acompanhada da utilização de indicadores (IJSN, 2018c, p. 23).

Os indicadores são fundamentais para todas as etapas do monitoramento, e também para as avaliações realizadas no programa, sendo assim, espera-se que os indicadores sejam selecionados de acordo com critérios que atestem sua qualidade. Neste sentido, são esperadas as seguintes propriedades dos indicadores: ser específico (simples e objetivo no que quer comunicar); mensurável (calculável na prática e sem ambiguidade); atribuível (uma medida válida do que se quer mensurar); realista (deve ser possível de se mensurar dentro dos recursos disponíveis); tempo (com periodicidade definida consistente com o progresso da política) (IJSN, 2018c, p. 25-26).

A coleta de dados (2) se dá conforme os indicadores estabelecidos. É importante que nesta etapa seja definido todos os procedimentos para coleta e mensuração, como quais serão as fontes, quem são os responsáveis, a frequência de coleta, se há custos associados à coleta de dados (IJSN, 2018c, p. 33).

A definição de metas (3) deve ser estipulada aos principais indicadores, que servem como parâmetro do desempenho da política. A meta deve ser objetiva, nível quantificável de um indicador que deve ser atingido em determinado período (IJSN, 2018c, p. 39).

A utilização da informação (4) é a etapa essencial do monitoramento. É a materialidade do uso das evidências geradas na política pública. A tomada de decisões pela gestão da política pública deve usar como base as informações geradas pelas ferramentas de monitoramento construídas, o contrário abre espaço para decisões arbitrárias e destinação ineficiente de recursos públicos. Neste mesmo sentido, é fundamental a divulgação e transparência das evidências produzidas (IJSN, 2018c, p. 47-48).

A criação de incentivos para a utilização da informação (5) é a garantia que as informações e evidências produzidas serão utilizadas na tomada de decisões do ciclo de vida da política pública. Os incentivos podem ser desde sensibilização das equipes e gestores quanto à importância do uso, também reuniões regulares de apresentação e discussão dos resultados do monitoramento, e se possível premiações e recompensas das metas batidas e melhores práticas do uso de evidências (IJSN, 2018c, p. 57).

Abordando o nível da avaliação, ao buscar como avaliações ocorrem na prática, um caminho é a partir dos tipos ou dos critérios de avaliação observados pela literatura. As avaliações podem ser divididas como a seguir, mas não se limitando a estas classificações: classificando a avaliação por meio do agente que conduz, têm-se avaliações Externas, Internas, Mistas e Participativas; classificando pela natureza da avaliação, têm-se avaliações Formativas e Somativas; classificando quanto ao momento que ocorre a avaliação, têm-se avaliações *Ex ante* e *Ex post*,

considerando a avaliação da estrutura das políticas públicas, têm-se avaliações de Desenho e Processo; já levando em conta o desfecho da política pública, têm-se avaliações de Resultados, de Satisfação do Beneficiário, de Custo-benefício, de Custo-efetividade, e de Impacto.

As avaliações também podem ser divididas entre Avaliações Externas são conduzidas por agentes de fora da instituição avaliada, avaliações Internas, ao contrário, são realizadas por agentes da instituição, que fazem parte da política, já avaliações Mistas combinam estes dois tipos, com avaliadores internos e externos (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p. 1275). As avaliações Participativas, mais comuns em pequenos projetos, utilizam dos beneficiários como partícipes do processo avaliativo (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p. 1275 e 1276). Avaliações Formativas vão analisar a política em formação e terão o objetivo de corrigir procedimentos, já as avaliações Somativas vão analisar o programa já executado a algum tempo, visando observar os alcances da política (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p. 1276).

Entre as formas de classificar os diferentes tipos de avaliação de um programa, pode-se considerar a variável tempo: antes ou depois da execução da política pública. Avaliação *ex ante* é a ocorrida anteriormente à implementação da política, elaborando diagnóstico social do problema público, e passando por planejamento até a prática das transformações escolhidas (IJSN, 2018b, p. 19). A Avaliação *ex post* é a ocorrida após a política pública estar implementada, e diversos tipos de avaliações *ex post* podem ser utilizadas, e de maneiras complementares (IJSN, 2018b, p. 20).

Quando uma política pública falha em alcançar os seus objetivos, pode-se dizer que o erro se encontra no seu desenho ou no seu processo (IJSN, 2018e, p. 25). Avaliações de Desenho analisam as consistências lógicas da política da maneira como ela se propõe em atuar no problema e alcançar os resultados, podendo ser realizada através das avaliações do Modelo Lógico do projeto conforme a Teoria do programa conexa a ele (IJSN, 2018e, p. 25 e 26). Avaliações de Processo tem por objetivo analisar como a política foi implementada e está funcionando, e

identificar quaisquer fatores que atuem obstruindo o alcance dos resultados na execução das etapas da política (IJSN, 2018e, p. 43).

Avaliações de Resultados verificam, de maneira ampla, se o programa alcançou os objetivos, se houve modificação do problema público que iniciou a política (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p. 1278). Avaliações de satisfação do Beneficiário avaliam a percepção de qualidade do programa pelo usuário da política (COSTA; CASTANHAR, 2005, p. 973). Avaliações de Custo-Benefício confrontam impactos e custos gerados, ambos em unidades monetárias, já avaliações de Custo-efetividade confrontam os resultados alcançados e os custos gerados (IJSN, 2018e, p. 103), recomendadas para comparações entre políticas (IJSN, 2018e, p. 112).

Uma das abordagens que respaldam políticas públicas baseadas em evidências é a Avaliação de Impacto (GERTLER; MARTÍNEZ; PREMAND; RAWLIGS; VERMEERSCH, 2018, p. 8). Esse tipo particular de avaliação se propõe a responder qual o impacto de um programa sobre um resultado de interesse (sendo assim uma avaliação *ex post*). Um dos desafios da avaliação de impacto é encontrar os resultados únicos e exclusivamente causados pelo programa. Para isso, é necessário um contrafactual: tendo um programa que afeta uma população, o contrafactual é o que ocorreria com esta mesma população se ela não tivesse sido afetada pelo programa (GERTLER; MARTÍNEZ; PREMAND; RAWLIGS; VERMEERSCH, 2018, p. 9). Assim se poderia comparar a mesma população que passou e não passou por uma política pública e conhecer o real impacto dessa. O contrafactual não é algo possível na prática, mas há várias maneiras de estimá-lo para calcular o impacto. O impacto é a diferença dos valores médios da variável de interesse (o que a política pública visa alterar) entre a população afetada pelo programa e o seu contrafactual estimado. A variável de interesse no caso da assistência estudantil, por exemplo, seriam as taxas de evasão e de retenção.

Nesta sessão foi possível apresentar como ações e ferramentas de monitoramento e avaliação que são utilizadas, através das etapas do monitoramento e dos vários tipos de avaliação, sendo possível identificar subsídios à prática de monitoramento e avaliação. Na próxima seção serão

analisados trabalhos com essa temática específica que trarão fundamentos para a discussão de um sistema de monitoramento e avaliação da Assistência Estudantil de uma universidade pública federal, estudos estes encontrados de busca na literatura em várias bases de periódicos.

3.2.3. ESTUDOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A última seção deste aporte teórico se reserva a apresentação de pesquisa bibliográfica de estudos acerca de monitoramento e/ou avaliação da assistência estudantil. Foi executada busca em diversas bases de periódicos e de produções acadêmicas, sendo elas: Base de Dissertações e Teses, Repositório da UFES, Listagem de Dissertações do PPGGP, Periódico Capes, Scielo, Scopus, Web of Science, Google Acadêmico. Tentou-se mapear parte relevante da literatura do tema, utilizando termos de busca definidos e critérios de seleção, contudo não foi a intenção ser uma revisão sistemática da literatura. O termo básico utilizado para a busca dentro do campo título foi “assistência estudantil’ AND (monitoramento OR avaliação)”, com variações, como “assistência ao estudante” substituindo a primeira parte do termo. Os trabalhos encontrados foram selecionados com análise do título e resumo, conforme a aderência entendida pelo autor desta pesquisa aos objetivos pretendidos. Foram selecionadas inclusive pesquisas com objeto de interesse para além das universidades federais, e dentro do PNAES, como em institutos Federais de Tecnologia, entendendo que somariam a finalidade deste trabalho. Ao final foram selecionadas 21 pesquisas envolvendo monitoramento e/ou avaliação da assistência estudantil.

Além da busca dos termos em português, apesar de o foco da pesquisa ser estudos que tenham como objeto o caso de assistência estudantil brasileiro, também foi realizada a busca com palavras-chave em inglês, nas mesmas bases citadas, objetivando investigar a literatura internacional do tema. Nesta investigação foram utilizadas palavras-chave como “student assistance”, “student aid”, “scholarship”, somados a “monitoring OR evaluation”. Entretanto, neste momento, os estudos encontrados, pela análise de título e resumos, não apresentavam adesão ao tema e objetivos do trabalho. A maioria dos trabalhos

encontrados apresentavam programas de assistência ao estudante em situação de uso de drogas e bolsas de pós-graduação.

No quadro 4 abaixo estão listados, em ordem de publicação, os estudos encontrados pela busca supracitada, bem como um resumo do trabalho e os resultados encontrados. Classificaram-se os trabalhos quanto ao escopo de cada pesquisa: Monitoramento e Avaliação, quando os trabalhos focavam em executar uma pesquisa analisando a dimensão completa deste termo; Revisão bibliográfica, quando a pesquisa produziu um levantamento de trabalhos do tema, podendo ser revisões de avaliações ou de monitoramento e avaliação; Avaliação de um programa, podendo ser avaliação de processos, de resultados, de impacto ou de percepção dos beneficiários; Avaliação da Política Nacional, quando não focava em um programa; e, por fim, Discussão teórica, como o nome diz, traz uma reflexão puramente teórica.

Das 21 pesquisas apresentadas no quadro 4, seis estudos tinham como principal escopo o Monitoramento e Avaliação da Assistência estudantil (Monitoramento e Avaliação). Um estudo tratou de avaliar a política nacional de assistência estudantil, e não um programa focalizado (Avaliação da Política Nacional). Três são revisões bibliográficas de Avaliações da assistência estudantil (Revisão Bibliográfica de avaliações) e um é revisão de estudos de Monitoramento e Avaliação da assistência estudantil (Revisão bibliográfica de monitoramento e avaliação). Nove pesquisas são avaliações de um programa específico de assistência estudantil, de alguma instituição, sendo quatro pesquisas avaliações de algum nível de resultado (Avaliação de um programa – Resultado). Outras três são avaliações de Impacto (Avaliação de um programa – Impacto), um é avaliação de processo (Avaliação de um programa - Processo) e um é avaliação pela percepção dos assistidos (Avaliação de um programa - Percepção dos assistidos). E um estudo é uma discussão unicamente considerando questões teóricas sobre avaliação da assistência estudantil (Discussão teórica).

Quadro 4 - Pesquisas: Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil

Referência	Escopo	Título	Resumo	Resultados
(PINTO, 2015)	Monitoramento e Avaliação	Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora	O estudo analisou os instrumentos de monitoramento e avaliação do programa de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora. Utilizou de entrevistas de diferentes atores associados à assistência estudantil.	Constatou a ausência de normativos internos fixando monitoramento e avaliação e instrumentos na prática deste processo. Propôs séries de ações para efetuar o monitoramento e avaliação do programa de assistência estudantil.
(PENHA, 2015)	Monitoramento e Avaliação	Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE – Campus Vitória de Santo Antão	A pesquisa teve em vista identificar o processo de monitoramento e avaliação do programa de assistência estudantil da Universidade Federal de Pernambuco, em específico o Centro Acadêmico de Vitória, bem como analisar o atendimento dos objetivos da assistência pela ótica do assistido. Utilizaram questionário com assistidos e entrevistas com servidores.	Com base nos dados coletados com os assistidos, identificaram a percepção de que os estudantes tiveram rendimento melhor após receberem auxílio. Observaram haver avanços no monitoramento e avaliação do programa, mas que devem ser feitos esforços na criação e/ou adaptação de indicadores e uso de sistemas da informação. A autora sugeriu uma série de indicadores para o acompanhamento da política.
(LIMA; FERREIRA, 2016)	Avaliação da Política Nacional	Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras	O estudo utiliza de levantamento bibliográfico e documental para mapear e avaliar o Programa Nacional de Assistência Estudantil nas Universidades Federais, identificando as ações realizadas nas instituições.	Encontraram que as ações mais praticadas pelas universidades são nas áreas de alimentação e transporte, e afirmam que a política está sendo realizada com eficácia pelas instituições. Verificaram não haver mecanismos de controle, nem pesquisas que correlacionem evasão ou a permanência.
(SANTOS, 2016)	Revisão bibliográfica de Avaliações	A Avaliação No Contexto Do Programa Nacional De Assistência Estudantil (Pnaes)	Faz uma revisão bibliográfica dos estudos de avaliação de programas de assistência estudantil entre os anos de 2013 e 2015.	Nos estudos analisados, encontraram fragilidades e ausência de instrumentos efetivos de monitoramento e avaliação nas instituições que realizam a política, como uso de indicadores e estabelecimento de metas.

Referência	Escopo	Título	Resumo	Resultados
(PEREIRA; PASSOS, 2017)	Avaliação de um programa - Resultado	Avaliação da Política de Assistência Estudantil na educação profissional de nível técnico: análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central	Avalia a assistência estudantil investigando as taxas de evasão e retenção dos matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, especificamente o Campus Teresina Central, antes (2011 a 2013) e depois (2014) da implementação do programa.	Observaram decréscimo das taxas gerais de retenção e evasão no campus.
(MICHELOTTO; FREIRE, 2017)	Revisão bibliográfica de monitoramento e avaliação	Avaliação De Políticas De Assistência Estudantil Na Educação Superior	O estudo faz uma revisão sistemática da literatura sobre monitoramento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil na educação superior (não limitados ao Brasil).	Os autores consideraram que a quantidade encontrada de pesquisas sobre o tema é pequena, mas observaram uma tendência de crescimento na produção. A maioria dos artigos encontrada é em língua inglesa, de avaliações não brasileiras, com métodos quantitativos, via modelo de regressão.
(MACHADO; OLIVEIRA; FREITAS, 2017)	Avaliação de um programa - Impacto	Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande	Executa uma avaliação de impacto com pareamento por <i>Propensity Score Matching</i> da assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande com estudantes que receberam e não receberam auxílio, observando o desempenho acadêmico, sendo o corte tempo o 2º semestre de 2015.	Encontraram impactos positivos da política: comparando o grupo que passou pela assistência com o controle, olhando para a média do coeficiente de rendimento, assistidos por auxílio moradia tiveram entre 0,62 e 0,83 a mais, para o auxílio transporte, entre 0,51 e 0,67 a mais, auxílio alimentação, 0,40 e 0,53 a mais, bolsa permanência, 0,28 e 0,38 a mais.

Referência	Escopo	Título	Resumo	Resultados
(ELOI, 2018)	Monitoramento e Avaliação	Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa	Teve em vista desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação do programa de assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa construindo um Modelo Lógico a partir da Teoria do Programa. Também produziu uma avaliação do programa. Utilizou de questionário aplicado com assistidos e entrevistas com servidores.	Construiu um Modelo Lógico a partir da Teoria do Problema com os dados coletados, e por meio da estrutura do Modelo Lógico construiu série de indicadores para todas as etapas do programa de assistência estudantil.
(ALMEIDA, 2018)	Monitoramento e Avaliação	Monitoramento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma análise do IFPE Campus Belo Jardim	A pesquisa investigou se o programa de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, especificamente o campus Belo Jardim, possui efetivas ações de monitoramento. Utilizou de pesquisas semiestruturadas, com servidores e estudantes, e pesquisa documental.	Constatou que há poucos mecanismos de monitoramento e avaliação do programa de assistência estudantil, quando não a ausência em certos níveis, apesar de a importância desses mecanismos ser identificadas pelos servidores da área. Propôs sugestões de adoção de mecanismos de monitoramento da política.
(TERENCIANO; SALIAO; PEDRO, 2018)	Discussão teórica	Uso da gestão da informação e do conhecimento na avaliação da política pública de assistência estudantil: algumas questões teóricas e empíricas	No estudo foi realizada uma discussão sobre o uso de gestão da informação e do conhecimento no intuito de ser um ferramental para avaliar programas de assistência estudantil, utilizando de revisão da bibliografia sobre o tema.	O estudo afirma que são possíveis estudos mais profundos que tomem a gestão da informação e do conhecimento como variável independente ao tentar explicar a efetividade e eficácia em avaliações de programas de assistência estudantil.

Referência	Escopo	Título	Resumo	Resultados
(TEOTONIO; MAIA; COSTA; ARAÚJO, 2018)	Avaliação de um programa - Processo	Avaliação do programa de moradia da política de assistência estudantil no IFPB – campus Picuí	O trabalho desenvolveu uma avaliação do processo de execução do programa de assistência estudantil, especificamente o programa de moradia, no Campus Picuí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, utilizando pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com os servidores.	Foi observado haver fragilidades no programa, que a implementação não se efetiva conforme as normativas, e ainda que não há sistema de monitoramento e avaliação sendo executado.
(SILVA, 2019)	Avaliação de um programa - Impacto	Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018	O estudo realiza avaliação de impacto do programa de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, utilizando Diferenças em Diferenças, observando o indicador de desempenho acadêmico, comparando cotistas de renda assistidos e não assistidos, com dados administrativos secundário entre 2013 e 2018.	Como resultado, foi verificado que os estudantes assistidos apresentaram maior desempenho, embora uma variação pequena.
(SOUZA; COSTA, 2020)	Monitoramento e Avaliação	Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco	O artigo analisou o programa de residência universitária da assistência estudantil da Universidade Federal Rural de Pernambuco buscando identificar mecanismos de monitoramento e avaliação. Foram aplicados questionários, realizadas entrevistas semiestruturadas, além de análise de documentos.	Foi identificada a ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação, como indicadores e parâmetros de acompanhamento, inexistente banco de dados e informações concretas do programa.

Referência	Escopo	Título	Resumo	Resultados
(LIMA; MENDES, 2020)	Revisão bibliográfica de avaliações	Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas	A pesquisa realiza revisão bibliográfica de trabalhos sobre avaliações do Programa Nacional de Assistência Estudantil, com interesse nas abordagens metodológicas adotadas. Além, faz análise documental de relatórios do MEC dos últimos 10 anos.	Encontrou que a maioria dos trabalhos investigam uma realidade local, e que inexistem pesquisas de avaliação com múltiplas abordagens teórico-metodológicas, que combinem perspectivas positivista-experimentais e construtivistas, quantitativas e qualitativas, e no âmbito da implantação nacional do PNAES. Também identificou que não há um sistema de avaliação do programa nacional por parte do governo.
(MACEDO; SOARES, 2020)	Avaliação de um programa - Resultado	Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba	O trabalho avaliou o programa de assistência estudantil da Universidade Federal da Paraíba entre 2012 e 2016 utilizando de pesquisa documental e dados administrativos, comparando cotistas que receberam ou não receberam assistência, para verificar o alcance de objetivos e metas.	Observaram taxas de coeficiente de rendimento e taxas de matrículas maiores nos estudantes assistidos. Encontraram eficácia no programa quanto a diminuição na concessão dos recursos e distribuição de auxílios, e fragilidades na ausência de transparência e mecanismos de planejamento e avaliação.
(BARBOSA; FERREIRA; REZENDE, 2020)	Avaliação de um programa - Resultado	Indicadores para avaliação do Programa Nacional De Assistência Estudantil (PNAES)	Faz avaliação do programa de assistência estudantil da Universidade Federal de Alfenas, especificamente dos ingressantes em 2014, por meio de indicadores construídos no estudo com base nas taxas de retenção e evasão.	Comparando estudantes assistidos e não assistidos, com o índice de evasão relativa o estudo observou que os assistidos evadiram em proporção igual ou menor em todos os cursos nos semestre de 2014. Ao analisarem índice de reprovação relativa o estudo observou que os assistidos tiveram melhores resultados na maioria dos cursos, mas não em todos.

Referência	Escopo	Título	Resumo	Resultados
(LIMA, 2020)	Monitoramento e Avaliação	Monitoramento e avaliação de políticas públicas: análise da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	Foi realizada análise da reformulação do programa de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba que ocorreu entre os anos de 2016 e 2018, identificando a existência de instrumentos de monitoramento e avaliação, por meio de entrevistas semiestruturada com servidores e pesquisa documental. Elaborou uma matriz SWOT do programa.	Constatou a ausência de instrumentos de monitoramento e avaliação. Sugeriu instrumento de monitoramento para avaliação permanente da política reformulada, com a definição de indicadores para o programa.
(ALMEIDA; SILVA; RIBEIRO, 2021)	Avaliação de um programa - Percepção dos assistidos	<i>Evaluation of Student Assistance Programs of the University of Brasília (UnB)</i> ⁹	Avaliou o programa de assistência estudantil da Universidade de Brasília por meio de percepção dos beneficiários utilizando de questionários e análise de cluster.	Identificam que os auxílios mais importantes são os auxílios pecuniários, o auxílio alimentação, na forma de acesso ao restaurante universitário e a moradia estudantil. Foram observadas a percepção de sugestões para aumento do valor dos auxílios e críticas aos atrasos dos pagamentos que se repetem. Os auxílios não pecuniários não demonstram alcançar os objetivos.
(CESPEDES; MINHOTO; OLIVEIRA; ROSA, 2021)	Avaliação de um programa - Resultado	Avaliação De Impacto Do Programa De Permanência Estudantil Da Universidade Federal De São Paulo	Avaliou o programa de assistência estudantil da Universidade Federal de São Paulo comparando evasão e coeficiente de rendimento de estudantes assistidos e não assistidos com mesmo perfil de renda.	Com a comparação dos grupos selecionados, e observaram melhores taxas de evasão e rendimento acadêmicos nos estudantes assistidos. Concluíram pela importância do programa e pela necessidade de ampliação dos recursos para preservar a eficácia da política.

⁹ Tradução do autor: Avaliação dos Programas de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília.

Referência	Escopo	Título	Resumo	Resultados
(SILVA, 2021)	Avaliação de um programa - Impacto	Avaliação do impacto da política pública de assistência estudantil nos campi fora da sede da Universidade Federal do Rio Grande – FURG	Realizou uma avaliação de Impacto do programa de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande, especificamente nos Campi fora da sede da instituição, comparando assistidos e não assistidos no período de 2014 a 2019 utilizando pareamento com <i>Propensity Score Matching</i> , observando o desempenho acadêmico.	Foram encontrados impactos positivos no desempenho dos estudantes assistidos: em média 2,01 superior no coeficiente de rendimento, significando 20,73 p.p superior ao grupo de controle.
(CÂMARA; GOMES; FREITAS; NUNES, 2022)	Revisão Bibliográfica de avaliações	Assistência Estudantil No Ensino Superior Brasileiro: Métodos Para Avaliação E Monitoramento	É feita revisão bibliográfica de avaliações da assistência estudantil com artigos da base de dados SciELO, Web of Science e Google Acadêmico, com seleção conforme critérios definidos pelas autoras.	Encontraram em maioria avaliações do tipo qualitativa e documentais, revisões bibliográficas, pesquisas em bancos de dados, avaliações com questionários, com entrevistas semiestruturadas, buscando percepções de beneficiados pela política e servidores. Encontraram também que muitos autores apontam falhas ou inexistência de ações de Monitoramento e Avaliação em programas de assistência estudantil.

Fonte: Elaboração Própria.

Além do resumo e resultados dos trabalhos revisados, se faz pertinente destacar algumas passagens dos trabalhos. Boa parte dos estudos analisados aponta a limitações nas ações e ferramentas de M&A da AE nas instituições federais de ensino. Ao analisar a política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Almeida (2018) observa que

(...) os sites institucionais apresentam insuficiência de informações relativas aos programas, sobretudo no tocante às ações de monitoramento, uma vez que não há indicações detalhadas acerca de quais estratégias e mecanismos estão previstos nos regulamentos internos e, conseqüentemente, são utilizados no dia a dia durante a execução do PNAES na instituição. A ausência de relatórios de ações anuais, semestrais ou mensais é um aspecto que chama bastante atenção, uma vez que vai de encontro ao princípio da publicidade e da transparência institucional na administração pública (ALMEIDA, 2018, p. 61).

Sobre o mesmo tema, Souza e Costa (2020) complementam e fazem um comentário sobre a importância dos procedimentos:

As restrições do processo de monitoramento e de avaliação da área de assistência estudantil da UFRPE, principalmente as encontradas no contexto do Programa de Residência, revelam que a universidade ignora a importância desses procedimentos não só para o desempenho congruente da instituição, no aspecto em análise, mas também para o papel que tais ações representam para a redução das desigualdades no ensino superior público do país (SOUZA; COSTA, 2020, p. 379).

No mesmo sentido, Almeida, Silva e Ribeiro (2021) afirmam que

Although it is possible to highlight UnB's commitment to the implementation of student assistance policies, little has been done to evaluate the effectiveness of the actions adopted, and this justifies the evaluation of UnB's student assistance programs (ALMEIDA; SILVA; RIBEIRO, 2021. p. 30).¹⁰

Inclusive, os autores fazem referência à pesquisa de Souza e Costa (2020) nesta constatação, em consonância com a afirmação. Macedo e Soares (2020), ao avaliarem a assistência estudantil da Universidade Federal da Paraíba, também afirmam que “as fragilidades apareceram nas ações (ou ausências) de transparência do Programa e na não inclusão dos usuários nos mecanismos de planejamento e avaliação” (MACEDO; SOARES, 2020, p. 454).

¹⁰ Tradução do autor: Embora seja possível destacar o comprometimento da UnB com a implementação das políticas de assistência estudantil, pouco se tem feito para avaliar a efetividade das ações adotadas, o que justifica a avaliação dos programas de assistência estudantil da UnB.

Câmara, Gomes, Freitas e Nunes (2022), por meio de revisão bibliográfica, constataram que diversos autores apontam haver o reconhecimento que as ferramentas de Monitoramento e Avaliação são fundamentais para a execução contínua da política de assistência estudantil e correção de rumos quando necessárias, porém, na prática, observam-se muitas falhas no uso e inexistência de mecanismos para acompanhar e medir os resultados dos programas (CÂMARA; GOMES; FREITAS; NUNES, 2022, p. 133).

Lima e Mendes (2020) também realizam revisão da literatura, especificamente em avaliações da assistência estudantil, e pontuam que

Nas buscas em sites e relatórios do MEC e de das IFES, assim como nos artigos, dissertações e teses, embora se perceba que haja um monitoramento quantificado das ações locais das instituições, sobretudo em relação ao orçamento e número de discentes atendidos por bolsas, não foi verificado a uniformização avaliativa do Programa já que este é universalmente implementado nos Institutos e Universidades Federais (LIMA; MENDES, 2020, p. 211).

Os autores afirmam não haver modelo uniforme de M&A dos programas nas Universidades, mas percebem ações de monitoramento quando procuram em sites e relatórios. Continuando nesta ideia, os autores ainda concluem que

Os documentos acessados colaboraram para reforçar o argumento que inexistente um sistema de avaliação do PNAES por parte do governo no que diz respeito ao acompanhamento e monitoramento das ações implementadas pelas IFES na execução do Programa. Os dados apresentados demonstram a necessidade de tornar a avaliação factível, principalmente para parametrizar de forma pluralista os reais impactos dessa política nacional (LIMA; MENDES, 2020, p. 214).

Lima e Mendes destacam a responsabilidade negligenciada do governo federal no monitoramento e avaliação da política. Também na esfera do governo Federal, Santos (2016) faz o seguinte destaque:

Neste trabalho, demos enfoque ao contexto institucional de avaliação. Entretanto, cabe destacar que essa não é uma responsabilidade exclusiva dos gestores locais, tendo em vista que a formulação da política e do seu desenho foi articulada em âmbito federal, culminando no decreto que a instituiu. Nesse sentido, torna-se necessária também a integração dessas experiências, discutindo a responsabilidade do órgão central (Ministério da Educação) no acompanhamento e avaliação dos resultados do PNAES, de forma a verificar se seus objetivos estão sendo alcançados e produzindo os efeitos esperados na sociedade (SANTOS, 2016, p. 12).

Também considerando o âmbito da política nacional, Souza e Costa (2020) fazem um apontamento pertinente sobre o decreto PNAES:

[..] observa-se que o Pnaes não previu indicadores, parâmetros e critérios de avaliação. O silêncio do citado instrumento normativo pode significar a não interferência na autonomia das Ifes, mas também pode representar a falta de prioridade do formulador da política frente aos instrumentos de monitoramento, avaliação e controle, desconsiderando o papel que esses mecanismos possuem no combate às desigualdades no âmbito do Ensino Superior público (SOUZA; COSTA, 2020, p. 371).

Almeida (2018), ao analisar entrevistas de servidores da assistência estudantil, faz comentário no mesmo sentido:

A maioria dos entrevistados possui conhecimento sobre a necessidade legal das IFES fixarem mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, no entanto, um aspecto que chama bastante a atenção foi apresentado pelo Entrevistado 1, quando o mesmo afirma que os IFs fazem parte do PNAES, através do Decreto, como uma espécie de “apêndice” do programa, considerando que eles foram incluídos na legislação que até então atendia apenas as universidades, bem como destaca que o próprio Decreto é muito vago em relação aos dispositivos legais que devem embasar a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação dos programas (ALMEIDA, 2018, p. 79).

Vale destacar relatórios de auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) que corroboram o que foi apresentado. Em relatório consolidado de auditoria do PNAES entre os anos 2015 e 2016 em 58 universidades federais, a CGU (BRASIL, 2017b, p. 21) constatou que apenas seis universidades na época avaliavam o programa de assistência estudantil. Em outro relatório, a CGU (BRASIL, 2019, p. 11 e 12) apontou a capacidade limitada do MEC de acompanhar o PNAES executado pelas Ifes.

Unindo estes autores e destaques estão as insuficientes ações de monitoramento e avaliação, seja em uma instituição ou na esfera federal. Pontualmente também se observou críticas à falta de normativa local que regulariza como se dará o acompanhamento e avaliação do programa, bem como a falta de transparência e publicidade das ações. Alguns estudos fazem questão de enfatizar que há esforços no objetivo de monitorar e avaliar a política, bem como que há o entendimento da importância destas ações, porém, na prática, o que mais se tem

se observado pelos estudos são as limitações de nível local e federal de avaliar e monitorar a assistência estudantil.

Alguns dos trabalhos analisados apontaram que há poucas pesquisas realizadas sobre a temática do monitoramento e avaliações da assistência estudantil. Penha (2015) afirma que há “ausência de trabalhos acadêmicos que relatem modelos ou experiências no monitoramento e avaliação do PNAES em outras universidades” (PENHA, 2015, p. 142).

Lima (2020), neste mesmo sentido, também aponta que

Vale salientar que, foram localizadas poucas pesquisas relacionadas ao monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil que, por conseguinte, nos desafiou a elaborar uma proposta inédita a nível local de monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil reformulada do IFPB (LIMA, 2020, p. 80).

Focando especificamente sobre a ausência de avaliações da política de assistência estudantil, Lima e Ferreira (2016), comentam a falta de controle interno da política e de pesquisas que correlacionem com seus principais objetivos:

Em contato com diversas Universidades e Instituições Federais, a fim de identificar a questão da evasão, foi verificado que não há um controle ou pesquisa específica que correlacionem a evasão ou a permanência do estudante diante das políticas públicas existentes de maneira mais pontual (LIMA; FERREIRA, 2016, p. 142).

Michelotto e Freire (2017) comentam sobre essa lacuna na literatura:

Os estudos sobre os impactos da assistência estudantil no desempenho acadêmico e/ou nas taxas de evasão são recentes. Verificou-se que o tema avaliação da assistência estudantil na educação superior ainda é uma lacuna na literatura, apesar de existir uma ascendência discreta nas últimas duas décadas (MICHELOTTO; FREIRE, 2017, p. 9).

Neste quadro, Lima e Mendes (2020) são enfáticos ao apontarem a necessidade de avaliações: “Os documentos analisados foram reveladores quanto a questão da emergência da avaliação do PNAES, justamente por não apresentarem dados reveladores quanto a efetividade desta política” (LIMA; MENDES, 2020, p. 211)

Michelotto e Freire (2017) ainda fazem uma ressalva: “no Brasil, em específico, é uma área recentemente explorada, sobretudo após a implementação do PNAES

em 2008, fortalecendo a ideia da necessidade de pesquisas nesta direção” (MICHELOTTO; FREIRE, 2017, p. 15).

Durante a leitura e análise do mapeamento da literatura de M&A da AE realizado neste trabalho para a pesquisa bibliográfica deste capítulo, foi observado no conjunto de estudos que havia várias avaliações sendo referenciadas e que não apareceram nas buscas que originaram o mapeamento. Também foram observados trabalhos estrangeiros sobre avaliação dos resultados e impactos de experiências de assistência ao estudante de ensino superior, com características comparáveis às experiências brasileiras, que não apareceram no mapeamento inicial. Constatou-se que alguns dos termos utilizados nos estudos estrangeiros de língua inglesa em referência a assistência estudantil diferiam dos utilizados na busca inicial realizada aqui, sendo o mais comum “*financial aid*”, mas também sendo utilizados termos como “*student support*”, “*financial assistance*” e “*student grant*”.

Entende-se importante registrar e listar estes estudos neste trabalho, expandindo o mapeamento e apontando a existência destes trabalhos e esforços na produção de evidências dos impactos da assistência estudantil, mesmo que estes não foram analisados nesta pesquisa bibliográfica. Inclusive, entende-se importante o registro das avaliações estrangeiras, apesar de não ser o foco deste trabalho, evidenciando a literatura internacional encontrada. O mapeamento expandido estão listados nos quadros 5 e 6. O quadro 5 são avaliações brasileiras e o quadro 6 são avaliações estrangeiras. Os trabalhos foram encontrados referenciados no conteúdo das pesquisas analisadas no quadro 4, e foram selecionadas a partir de leitura do resumo localizando a pertinência com o tema desta pesquisa. Foi realizada a mesma classificação de escopo executada para o quadro 4 e estão listados em ordem de publicação.

Quadro 5 - Expansão do mapeamento de pesquisas: Avaliações no Brasil.

Referência	Escopo	Título
(GIÚDICE; LORETO; AZEVEDO, 2013)	Avaliação de um programa - Percepção dos assistidos	Avaliação de impactos do programa de assistência estudantil: um estudo com egressos
(ALMEIDA, 2013)	Avaliação de um programa - Percepção dos assistidos	Avaliação da Implementação do PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: Impactos e Resultados para Graduandos com Fragilidade Socioeconômica
(CARVALHO, 2013)	Avaliação de um programa - Resultado	Avaliação da eficácia da política pública de assistência estudantil na Universidade Federal de Lavras
(BETZEK, 2015)	Avaliação de um programa - Resultado	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira
(QUEIROZ, 2016)	Avaliação de um programa - Resultado	Assistência estudantil: uma avaliação com foco no campus avançado Pedro Afonso do Instituto Federal do Tocantins
(SACCARO; FRANÇA; JACINTO, 2016)	Avaliação de um programa - Impacto	Retenção e Evasão no Ensino Superior Brasileiro: Uma Análise dos Efeitos da Bolsa Permanência do PNAES
(PAIXÃO; TOREZANI; GONÇALVES; BOZETTI, 2016)	Avaliação de um programa - Percepção dos assistidos	A percepção de discentes do IFES – Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil
(ESTRADA; RADAELLI, 2017)	Avaliação de um programa - Percepção dos assistidos	A política de assistência estudantil em uma universidade pública; a perspectiva estudantil
(PINHO, 2017)	Avaliação de um programa - Resultado	Análise do programa de assistência estudantil sobre o rendimento escolar dos alunos do Instituto Federal do Ceará - Campus Fortaleza
(BRAGA, 2017)	Avaliação de um programa - Resultado	A política de assistência estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um estudo comparativo da eficácia na aplicação da verba do Programa Nacional de Assistência Estudantil através do desempenho acadêmico dos estudantes
(MARINHO, 2017)	Avaliação de um programa - Percepção dos assistidos e atores	O PNAES na UFC - Campus Fortaleza: uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil ofertado na PRAE, no período de 2013-2017
(BRAND, 2017)	Avaliação de um programa - Impacto	Análise do impacto dos benefícios PNAES no desempenho acadêmico dos estudantes nos cursos noturnos das áreas sociais e aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande
(MACEDO, 2017)	Avaliação de um programa - Resultado	A eficácia do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) para permanência dos ingressantes do sistema de cotas na UFPB
(CRUZ, 2018)	Avaliação de um programa - Impacto	Acesso a programas institucionais e desempenho acadêmico : uma análise para Universidade Federal do Rio Grande- FURG
(CAVALCANTI; RASOTO, 2018)	Avaliação de um programa - Resultado	Avaliação da Eficácia do Programa de Auxílio Estudantil em um Câmpus de Universidade Federal Brasileira
(SANTOS, 2018)	Avaliação de um programa - Impacto	Políticas de Permanência no Ensino Superior: estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande nas Áreas da Educação
(MAURICIO, 2019)	Avaliação de um programa - Resultado	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins

(ELOI; SILVA; SILVEIRA; BAËTA, 2019)	Avaliação de um programa - Percepção dos assistidos	O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV): uma avaliação na percepção dos beneficiários
(FERREIRA, 2020)	Avaliação de um programa - Resultado	Assistência estudantil : uma avaliação a partir do desempenho acadêmico dos discentes da UnB
(COLARES; PONTES; FREITAS, 2020)	Avaliação de um programa - Impacto	O efeito do Programa de Acompanhamento e Apoio Pedagógico no desempenho acadêmico dos estudantes de ensino superior
(BRITO; PINHEIRO; TAMEIRÃO, 2022)	Avaliação de um programa - Resultado	A Assistência Estudantil No Ifpr (2015-2019): Avaliação Da Efetividade Do Pnaes, Entre Os Estudantes Em Situação De Vulnerabilidade Socioeconômica No Campus Palmas – Pr. 2020

Fonte: elaboração própria.

Quadro 6 - Expansão do mapeamento de pesquisas: Avaliações estrangeiras.

Referência	Escopo	Título
(DYNARSKY, 2001)	Avaliação de um programa - Impacto	<i>Does Aid Matter? Measuring the Effect of Student Aid on College Attendance and Completion</i> ¹¹
(BETTINGER, 2004)	Avaliação de um programa - Impacto	<i>How Financial Aid Affects Persistence</i> ¹²
(ARAUJO, 2011)	Avaliação de um programa - Percepção dos assistidos	<i>The College Assistance Migrant Program: A Valuable Resource for Migrant Farmworker Students</i> ¹³
(ARENDRT, 2013)	Avaliação de um programa - Impacto	<i>The effect of public financial aid on dropout from and completion of university education: evidence from a student grant reform</i> ¹⁴
(AVDIC; GARTELL, 2015)	Avaliação de um programa - Impacto	<i>Working while studying? Student aid design and socioeconomic achievement disparities in higher education</i> ¹⁵
(BOATMAN; LONG, 2016)	Avaliação de um programa - Impacto	<i>Does Financial Aid Impact College Student Engagement?</i> ¹⁶
(GOLDRICK-RAB; KELCHEN; HARRIS; BENSON, 2016)	Avaliação de um programa - Impacto	<i>Reducing Income Inequality in Educational Attainment: Experimental Evidence on the Impact of Financial Aid on College Completion</i> ¹⁷

¹¹ Tradução do autor: Ajuda importa? Medindo o efeito do auxílio estudantil na frequência e conclusão da faculdade

¹² Tradução do autor: Como a ajuda financeira afeta a permanência

¹³ Tradução do autor: O Programa de Migração de Assistência Universitária: um recurso valioso para estudantes trabalhadores rurais migrantes

¹⁴ Tradução do autor: O efeito da ajuda financeira pública na evasão e conclusão do ensino universitário: evidências de uma reforma de bolsa de estudos

¹⁵ Tradução do autor: Trabalhando enquanto estuda? Projeto de auxílio estudantil e disparidades de desempenho socioeconômico no ensino superior

¹⁶ Tradução do autor: A ajuda financeira afeta o envolvimento dos estudantes universitários?

¹⁷ Tradução do autor: Reduzindo a desigualdade de renda no desempenho educacional: evidências experimentais sobre o impacto da ajuda financeira na conclusão da faculdade

(BROTON; GOLDRICK-RAB; BENSON, 2016)	Avaliação de um programa - Percepção dos assistidos	<i>Working for College: The Causal Impacts of Financial Grants on Undergraduate Employment</i> ¹⁸
(CAPPELLI; WON, 2016)	Avaliação de um programa - Impacto	<i>How You Pay Affects How You Do: Financial Aid Type and Student Performance in College</i> ¹⁹

Fonte: elaboração própria.

Lima e Ferreira (2016) e Michelotto e Freire (2017) apontaram a ausência de avaliações na literatura, e percebe-se que posterior as suas pesquisas, foram realizadas várias avaliações sobre a temática. A grande maioria das avaliações mapeadas é de 2017 até 2022 (últimos 5 anos). Juntando os estudos brasileiros mapeados nos quadros 4 e 5, são pelo menos 31 avaliações nos últimos 5 anos. Isto corrobora o que também foi afirmado por Michelotto e Freire: é um área recentemente explorada (2017, p. 15), e com aparente crescimento do seu interesse pela acadêmica. Porém deve-se afirma já não tão ausente de pesquisas avaliativas como poderiam apontar alguns estudos isolados, como mostra este esforço de expandir o mapeamento no conjunto dos trabalhos.

Na literatura internacional de experiências estrangeiras encontrada observou-se predominância de avaliações de impacto, 7 das 9 pesquisas. Foram percebidas avaliações de impacto experimentais e quase-experimentais. Na literatura brasileira encontrou-se pelo menos 8 avaliações de impacto dos programas de assistência estudantil, todas avaliações quase-experimentais.

No esforço de expandir o mapeamento, não foram encontrados mais estudos sobre o conjunto Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil, corroborando com Penha (2015) e Lima (2020). Foram 7 estudos listados no quadro 4, 5 deles publicados a partir de 2017. Esta atual pesquisa se insere no esforço de expandir os estudos nesta área.

¹⁸ Tradução do autor: Trabalhando e faculdade: os impactos causais de subsídios financeiros no emprego durante a graduação

¹⁹ Tradução do autor: Como você paga afeta como você se forma: tipo de ajuda financeira e desempenho do aluno na faculdade

Partindo para o empenho de buscar especificamente os subsídios para o desenvolvimento ao monitoramento e avaliação na assistência estudantil, pode-se destacar algumas achados da literatura pesquisada e descrita no quadro 4.

Lima e Mendes (2020) fazem um levantamento de trabalhos na área de avaliação na assistência estudantil e observam que

Notou-se, no presente estudo, o quanto é comum o uso exclusivo de uma abordagem teórico-metodológica, seja nas perspectivas experimentais ou quase-experimentais (positivista) ou qualitativa (construtivista). Assim, buscou-se romper esse paradigma dicotômico de escolher uma unicidade na forma de como desenhar uma avaliação de uma política pública, propondo a possibilidade de abordar múltiplos métodos frente a um Programa Nacional (LIMA; MENDES, 2020, p. 213).

Estes autores afirmam que “a pluralidade metodológica, o diálogo entre as múltiplas abordagens, a triangulação de métodos e a articulação de técnicas quantitativas e qualitativas são formas referenciadas no campo de estudo de avaliação” (LIMA; MENDES, 2020, p. 213). Afirmam ainda que

Historicamente, houve uma preponderância dos métodos experimental e quase-experimental, com a abordagem positivista na condução das avaliações. Depois disso, surgiu também as pesquisas de avaliação com métodos qualitativos na abordagem construtivista ou compreensiva. Mais recentemente, principalmente depois da década de 1990, ergueu-se as perspectivas múltiplas (pluralistas) de avaliação de forma que buscou um alinhamento teórico-metodológico diante das tensões sobrepostas (LIMA; MENDES, 2020, p. 201).

Segundo estes autores, o monitoramento e avaliação da assistência estudantil carecem de estudos de uma maneira geral, e em especial, com abordagem múltipla, que apresentaria maior contribuição ao campo (LIMA; MENDES, 2020, p. 213). Depreende-se daí a importância de haver ferramentas de monitoramento e avaliações que combinem métodos quantitativos e qualitativos.

Terenciano, Salião e Pedro (2018), ao discutirem a importância da gestão da informação e do conhecimento na assistência estudantil, afirmam que

(...) a gestão de informação e de conhecimento mostra-se relevante, pois permite o mapeamento dos fluxos formais de informação, a coleta, análise e armazenamento das informações, com objetivo de verificar a efetividade na implantação da política pública da assistência estudantil (TERENCIANO; SALIÃO; PEDRO, 2018, p. 50).

E os autores concluem que:

Em termos gerais, o artigo evidencia que é possível um estudo mais articulado e aprofundado que inclui a gestão de informação e do conhecimento como variável independente na explicação da efetividade e eficácia na implantação da política pública de assistência estudantil como um todo. Com base nas informações disponíveis os atores, neste caso as instituições de gestão da política de assistência estudantil, podem ver os progressos, avanços e retrocessos, o que lhe permitiria análise exaustiva sobre a política pública e seus resultados ou impactos na sociedade (TERENCIANO; SALIÃO; PEDRO, 2018, p. 50).

É senso comum a importância das tecnologias das informações na execução de qualquer tipo de trabalho e projeto. Os autores citados trazem algumas questões teóricas específicas para apontar essa importância, que ficam evidentes nos demais autores e trabalhos analisados aqui.

Almeida, Silva e Ribeiro (2021), analisando a percepção dos estudantes assistidos, captaram a importância das ações de alimentação, e moradia, além do auxílio pecuniário, porém fazem uma ressalva encontrada nas respostas:

In general, UnB's student assistance programs are in line with the provisions of the PNAES, although there is a demand for other programs, such as: digital inclusion (including for the purchase of equipment to student use) and pedagogical support (mainly for basic subjects in the exact area). Digital inclusion initiatives to keep up with disciplines during the coronavirus pandemic (COVID-19) period were developed, but still far from the current needs of students (ALMEIDA; SILVA; RIBEIRO, 2021. p. 48).²⁰

Os autores conseguem captar algumas necessidades e reivindicações dos estudantes que devem ser acompanhadas, e podem variar conforme o contexto, como foi o caso claro na pandemia de COVID-19, mas podem ocorrer novas necessidades em situações menos perceptíveis, que avaliações podem captar e fazer a diferença para a permanência estudantil.

Eloi (2018) teve como principal objetivo construir um modelo lógico segundo a teoria do problema. Sobre os resultados dessa construção, o autor afirma:

²⁰ Tradução do autor: De maneira geral, os programas de assistência estudantil da UnB estão em consonância com o que determina o PNAES, embora haja demanda para outros programas, como: inclusão digital (inclusive para aquisição de equipamentos para uso dos alunos) e apoio pedagógico (principalmente para disciplinas básicas na área de exatas). Iniciativas de inclusão digital para acompanhar as disciplinas durante o período da pandemia do Corona vírus (COVID-19) foram desenvolvidas, mas ainda distantes das atuais necessidades dos alunos

A elaboração do modelo lógico, apresentado nesta pesquisa, pautou-se na combinação de duas propostas metodológicas: o modelo lógico de Mclaughlin e Jordan (2004) e Cassiolato e Guerresi (2010), permitindo uma maior compreensão da política. Ressalta-se a compreensão das referências básicas do PNAES que subsidiou a elaboração dos descritores do problema, os objetivos, critérios de priorização, a árvore do problema, fatores de contexto, entre outros (ELOI, 2018, p. 148-149).

O autor continua:

Pontua-se que a contribuição deste estudo está no estabelecimento do desenho do PNAES no campus Viçosa, bem como na criação de indicadores para monitorar cada uma de suas etapas, tornando-se uma importante ferramenta de gestão e planejamento de futuras avaliações. Espera-se que o modelo lógico possa contribuir para que os gestores do Programa alcancem melhores desempenhos em cada uma das etapas, de modo a evidenciar o nível de eficácia da política pública de assistência estudantil nos seus diversos aspectos (ELOI, 2018, p. 148-149).

Como já indicado nesse trabalho, analisar o desenho da política é uma ferramenta fundamental para o M&A, bem como a seleção de indicadores por meio dela, em especial o Modelo Lógico (IJSN, 2018b), como reafirma Eloi (2018).

Lima (2020) analisou mecanismos de M&A da Política de Assistência Estudantil (PAE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que passou por reformulação com novo instrumento regulatório. Neste contexto, Lima registra que

Outra alteração extremamente apropriada e necessária no processo de reformulação foi a construção de um capítulo que tratasse da Gestão, Acompanhamento e Avaliação da PAE-IFPB, antes inexistente na resolução de nº 40 de 2011. Percebeu-se, que, a ausência de legislação na política local que subsidiasse o acompanhamento e monitoramento, requisitos elencados no PNAES que no seu Art. 5º parágrafo único inciso II, o qual afirma “que as instituições de ensino superior deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES”, gerava problemas quanto à avaliação e monitoramento dos Programas da Assistência Estudantil do IFPB, e essas dificuldades se confirmaram no período da reformulação (LIMA, 2020, p. 55).

A autora continua:

Na PAE-IFPB reformulada, o capítulo VI que trata da Gestão, Acompanhamento e Avaliação prevê, embora ainda não colocados em prática, como objetivo de acompanhamento e avaliação da Política o de monitorar e analisar a implementação e a execução dos programas e ações, bem como, a utilização dos meios e recursos para o alcance dos objetivos propostos (LIMA, 2020,p. 55).

Fica evidente a importância de instrumentos normativos que ordenem o Monitoramento e Avaliação da política, o instrumento básico da administração pública. Ao final do seu estudo, Lima relata que

Nessa proposta, foram elencados indicadores para o Programa de Apoio a Permanência do Estudante, Primeiro programa da PAE-IFPB em processo de implementação em 2020 e o de maior investimento financeiro. Para a construção dos indicadores, se considerou importante contemplar aspectos da execução financeira do programa, as etapas que fazem parte da execução do programa e o alcance das metas de permanência e conclusão com êxito dos beneficiários do programa (LIMA, 2020, p. 80).

Com o trabalho de Lima (2020) soma com o estabelecimento de indicadores, bem como destacando a importância do estabelecimento de metas, contribuindo especialmente com índices de acompanhamento da execução orçamentária e financeira.

Penha (2015) que pesquisou Monitoramento e Avaliação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especificamente o Campus Acadêmico de Vitória (CAV), na conclusão do seu estudo, observa o seguinte:

Vemos a junção de esforços entre as diversas Pró-Reitorias como a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES), a Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROACAD) e a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) como uma solução para o monitoramento adequado e aperfeiçoamento do acompanhamento de um dos objetos finais do PNAES que a melhoria do desempenho acadêmico desses estudantes (PENHA, 2015, p. 143).

A autora continua:

Dessa forma, a PROAES concentraria esforços como responsável pela gestão dos auxílios e geradora / alimentadora dos dados e informações sobre o Programa, a PROACAD no acompanhamento pedagógico e a PROPLAN com a criação e o acompanhamento dos indicadores (PENHA, 2015, p. 143).

Penha diz também que:

Ainda nesse trabalho conjunto, sugerimos a participação da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) de forma a subsidiar a carência de profissionais técnico-administrativos relatadas pela PROAES, bem como de pedagogos, profissionais essenciais para o processo de acompanhamento pedagógico. Além de sua participação na promoção da capacitação desses profissionais para o monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas. Parcerias com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFPE e Centro de Informática (Cin) da UFPE também agregariam resultados neste processo por meio da criação ou ajustes dos sistemas de informação para auxiliar no acompanhamento de todas as ações do Programa e de seus indicadores (PENHA, 2015, p. 143-144).

Sobre indicadores, Penha pontua o seguinte:

Quanto aos indicadores utilizados pela UFPE e pelo CAV, observamos que ainda são poucos, em estágio inicial de implantação, porém já existe a previsão da criação de novos indicadores por meio de um projeto desenvolvido entre setores acadêmicos (desenvolvimento de ensino) e professores da área de ciências administrativas e sociais da Universidade (PENHA, 2015, p. 143).

Nestes trechos da pesquisa de Penha (2015), é possível identificar alguns pontos que subsidiam o M&A em Políticas de Assistência Estudantil Universitária: participação de departamentos e professores em esforços de M&A, como produção de indicadores como relatado, mas é possível vislumbrar outros níveis de contribuição, como pesquisas de avaliação; necessárias parcerias entre diferentes setores da universidade para acelerar a efetividade de ferramentas de M&A, como áreas de tecnologia da Informação e áreas de acompanhamento institucional; integração com a área de gestão de pessoas para providenciar treinamentos e capacitação de servidores em M&A, bem como alocação de servidores capacitados.

Pinto (2015) faz proposta de ações para o Monitoramento e Avaliação da Assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e das suas conclusões, é possível destacar alguns trechos:

Após a fixação dos indicadores a serem utilizados e o estabelecimento das metas a serem alcançadas é necessário interpretar e analisar os dados obtidos por meio dos indicadores de modo a qualificar o processo de tomada de decisões. Sendo assim, propõe-se que a análise e interpretação dos indicadores ocorram em reuniões entre os servidores da Pró-Reitoria de Apoio Estudantil e Educação Inclusiva, devendo ser realizadas ao menos uma vez por semestre. Desse modo, através de reuniões semestrais, será possível verificar a evolução dos indicadores e se estes vêm alcançando as metas estabelecidas e, caso estas não estejam sendo atingidas, a PROAE deverá desenvolver ações a fim de modificar esse cenário, aprimorando a gestão da Política de Assistência Estudantil da UFJ (PINTO, 2015, p. 102).

Destaca-se também:

Com o intuito de consolidar os dados necessários para o acompanhamento e avaliação da Política de Apoio Estudantil da UFJF, uma proposta deste Plano de Ação é a adoção de um sistema informatizado para que a PROAE possa monitorar e avaliar o programa. O sistema informatizado permitirá agilizar e uniformizar o processo avaliativo e de monitoramento, dotando a UFJF de um banco de dados referente à situação e evolução da política de assistência ao estudante executada na instituição (PINTO, 2015, p. 102).

Ainda se evidencia:

Neste sentido, uma proposta deste Plano de Ação refere-se à necessidade de incluir na Resolução CONSU nº 33/2014 dispositivo que assegure a realização do monitoramento e avaliação da Política de Apoio Estudantil da UFJF, pois, desse modo, garantir-se-á a institucionalização dessas ações. Ademais, propõe-se a emissão de normativo interno que fixe os mecanismos de acompanhamento e de avaliação a serem empregados pela Pró-Reitoria de Apoio Estudantil e Educação Inclusiva em relação à Política de Assistência ao Estudante da UFJF, de modo a cumprir o disposto no inciso II, Parágrafo único, art.5º do Decreto nº 7.234/10 (PINTO, 2015, p. 103-104).

Mais um trecho que tem relevo:

Outra proposta com o intuito de institucionalizar a avaliação do Programa de Assistência Estudantil da UFJF consiste em promover a avaliação anual da política, divulgando suas análises e conclusões por meio do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional (PINTO, 2015, p. 104).

Destaca-se um último trecho:

Portanto, com vistas a institucionalizar a avaliação e o monitoramento da Política de Apoio Estudantil da UFJF, faz-se necessário que estes mecanismos estejam formalizados em normativos internos da instituição e que as ações ocorram periodicamente, sendo proposta a avaliação anual (PINTO, 2015, p. 104).

É possível coletar vários subsídios para o M&A da Assistência Estudantil no trabalho de Pinto (2015): necessidade de fixação de indicadores e metas; análise de dados e conexão com a tomada de decisão, com reuniões de apresentação e discussão e definição de ações; uso de sistema informatizado que centraliza o monitoramento e avaliação; uso de sistemas informatizados para coleta de dados, tradução em evidências e centralização do acompanhamento; reforça a necessidade de normativo interno de monitoramento e avaliação; transparência do monitoramento e avaliação, como em relatório anual; periodicidade das medições e ações condizentes com a política.

Souza e Costa (2020), ao criticarem a falta de mecanismos de monitoramento e avaliação na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), apontam que:

As alegações dos sujeitos pesquisados sobre algumas limitações que impossibilitam a execução de um processo avaliativo justo, como, por exemplo, a falta de pessoal especializado na área de estatística, são relevantes, mas não justificam a morosidade na definição dos indicadores de desempenho, a escassez de informações concretas e transparentes, nem a inexistência de um banco de dados apropriado que permita à UFRPE mensurar o desempenho dos discentes atendidos, os procedimentos de gestão e, conseqüentemente, a contribuição dessas ações para a permanência dos discentes na graduação, finalidade precípua do Pnaes (SOUZA; COSTA, 2020, p. 379).

Neste trecho, revela-se a falta de servidores, e especificamente servidores capacitados para desempenhar as atividades de Monitoramento e Avaliação na instituição.

Almeida (2018), ao analisar as ações de Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) propõe sugestões:

Em síntese, as sugestões são: Criação e utilização de indicadores para realização do acompanhamento dos programas do PNAES, dentre eles: retenção, evasão, rendimento acadêmico, reprovação, satisfação, recursos aplicados, recursos por beneficiário, atendimento e benefícios concedidos; Adoção de sistemas informatizados para o monitoramento dos programas; Institucionalização e formalização do processo de monitoramento e de avaliação por meio da inclusão de dispositivos legais na Resolução CONSUP/IFPE nº 021/2012, a qual dispõe sobre a política de assistência estudantil; Elaboração de normativos internos que estabeleça os mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, a serem cumpridos pela Reitoria e campi do IFPE; Realização anual de avaliação da política, de modo a verificar e divulgar os resultados obtidos, bem como promover as eventuais correções necessárias; Inserção de dados dos programas de assistência estudantil do IFPE Campus Belo Jardim no sítio eletrônico da instituição; Atualização do decreto nº 7.234/2010, observando as especificidades dos institutos federais, bem como inserindo dispositivos legais detalhados para a realização do acompanhamento e da avaliação do PNAES; Elaboração dos mapeamentos de processos de todas as unidades organizacionais do campus; Definição de metas que permitam a realização de monitoramento e avaliação do desempenho das diversas atividades realizadas, em todas as áreas de atuação do PNAES no âmbito do IFPE Campus Belo Jardim, em consonância com o disposto no "caput" do art. 4º do Decreto nº 7.234/2010; Apuração e acompanhamento sistemático das taxas de evasão e retenção, de modo a aprimorar os mecanismos de avaliação dos resultados do PNAES, em consonância com o disposto no inciso III do art. 2º do Decreto nº 7.234/2010; Elaboração de instrumentos normativos que, a partir dos mapeamentos dos processos, detalhem as atribuições específicas de cada unidade organizacional do campus e fixem as rotinas de trabalho e responsabilidades de seus agentes nos processos e subprocessos relacionados ao gerenciamento das bolsas/auxílios; e Adequação dos critérios de contrapartida exigidos dos beneficiários dos programas de assistência estudantil aos ditames do Decreto nº 7.234/2010, mediante a adaptação do texto dos instrumentos normativos que regulamentam a concessão das respectivas bolsas/auxílios (ALMEIDA, 2018, p. 98-99).

Nesta síntese reforça alguns pontos importantes dentre ações de monitoramento e avaliação da assistência estudantil: necessidade e importância de indicadores e metas; sistema informatizado para o acompanhamento do programa; instrumento normativo de monitoramento e acompanhamento do programa; Avaliações periódicas e transparência.

Os estudos classificados no quadro 4 com escopo de Monitoramento e Avaliação, em sua maioria, tiveram como um dos resultados de pesquisa seleção de indicadores para o acompanhamento da política de assistência estudantil (ELOI, 2018)(LIMA, 2020)(PENHA, 2015)(PINTO, 2015)(ALMEIDA, 2018). Além, nas pesquisas de Neiva Filho (2018) e Fava (2021) também produziram indicadores para programas de AE. Através da leitura destes trabalhos e dos indicadores sugeridos, foi possível selecionar os que se destacavam e agregar em dois grupos de indicadores: indicadores intermediários e indicadores de resultado.

Entre os indicadores intermediários no processo da política estão: Indicadores que representem a necessidade de auxílio; Indicadores de cadastrados no programa; Indicadores de cobertura do programa; Indicadores de tempo de espera para recebimento do auxílio; Indicadores de valor de auxílio; Indicadores de refeições fornecidas; Indicadores de auxílios fornecidos; Indicadores de atendimentos realizados; Indicadores de melhorias de rendimento acadêmico; Indicadores de desligamento do programa; Indicadores de reprovação; Indicadores de utilização do orçamento.

Já entre os indicadores de resultado estão: Indicadores de satisfação do assistido, Indicadores de evasão, Indicadores de retenção; Indicadores de sucesso (formados); Indicadores de conclusão no tempo regular do curso; Indicadores de coeficiente de rendimento.

Apesar de haver estudos disponíveis com a indicação específica de indicadores para uso dos programas de assistência estudantil desde pelo menos 2015, em estudo recente, Fava e Cintra (2020), em pesquisa em sítios eletrônicos e documentos das universidades federais sobre o uso de indicadores no acompanhamento da AE, afirmou que “no conjunto das 69 instituições pesquisadas, apenas sete apresentam indicadores que podem auxiliar no monitoramento e/ou na avaliação do programa” (FAVA, 2020, p. 11). Em outro estudo (FAVA, HALL, CINTRA, 2022), os autores destacam:

Entre as contribuições da pesquisa, destaca-se principalmente reflexão da pouca quantidade de indicadores específicos para avaliação da AE no

ensino superior do Brasil (desde a fase de seleção até o acompanhamento durante a graduação) ou de informações que possam subsidiar a construção de um artefato para esse fim. Muitos trabalhos apenas fazem a sugestão do uso de indicadores, enquanto poucos apresentam processos iniciais do uso desses instrumentos (FAVA, HALL, CINTRA, 2022, p. 12).

Segundo os autores, uma das principais ferramentas de monitoramento de uma política pública é pouquíssimo utilizado, ou pelo menos não está sendo exposto o seu uso nos sites dos programas. A fala dos autores quanto a sugestões de indicadores e não apresentação do uso nos estudos do tema de fato pôde ser verificada nesta pesquisa bibliográfica.

Quanto a resultados e impactos positivos de assistência estudantil, Machado, Oliveira, Freitas (2017), em avaliação de impacto na Universidade Federal do Rio Grande, alcançam

(...) como resultado um impacto positivo do recebimento dos benefícios – alimentação, moradia, transporte e bolsa permanência – sobre o desempenho dos alunos. Utilizando o coeficiente de rendimento como parâmetro de desempenho, ficou evidenciado que estudantes beneficiados com auxílio moradia ficaram entre 0,62 e 0,83 acima do grupo de controle; os beneficiados com transporte, entre 0,51 e 0,67 acima; os beneficiados com alimentação, entre 0,40 e 0,53 acima; e, por fim, os beneficiados com bolsa permanência ficaram entre 0,28 e 0,38 acima (MACHADO; OLIVEIRA; FREITAS, 2017, p. 55).

Silva (2021), avaliando o impacto também da Universidade Federal de Rio Grande, conclui que

(...) o efeito dos benefícios do PNAES sobre o rendimento dos alunos [não] beneficiários foi positivo, uma vez que, em todo o período o analisado, o coeficiente de rendimento desses estudantes foi, em média, 2,01 superior ao coeficiente dos alunos que não recebiam benefícios. Nesse sentido, os resultados encontrados mediante o pareamento realizado com o coeficiente de rendimento em logaritmo natural ratificam esse resultado encontrando uma diferença média de 20,73 p.p. favoráveis aos alunos beneficiários (SILVA, 2021, p. 71).

Silva (2019), ao avaliar o impacto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul também apresenta resultados positivos:

O efeito capturado da efetividade da assistência pecuniária através da técnica utilizada (o estimador de diferenças em diferenças) sugere que a assistência pecuniária tem associação marginalmente superior para o indicador de desempenho analisado, ou seja, estudantes assistidos apresentaram, em média, variação diferencial positiva, embora pequena (SILVA, 2019, p. 111).

Estas avaliações de impacto são fundamentais para darem evidências da efetividade dos programas de assistência estudantil, mesmo que quando evidenciem efeitos locais, apontam indícios da efetividade em outros programas. Além disso, estes exemplos, pelos desenhos de método apresentados, poderiam ser replicados com algumas adaptações por grande parte das instituições executoras do PNAES.

Macedo e Soares (2020), comparando cotistas com e sem assistência, encontram as maiores taxas de evasão em grupos que não recebem assistência, e afirmam:

Esse dado suscita estudos que aprofundem os motivos para essa evasão, pois indica que a política de cotas é ineficiente quando não é acompanhada por ações e políticas para a permanência desses estudantes na educação superior (MACEDO; SOARES, 2020, p. 451).

Os autores levantam uma possibilidade de maior investigação quando observam dados dos estudantes cotistas que não receberam assistência estudantil:

Os resultados mostram uma discrepância na média geral (CRA) [Coeficiente de Rendimento Acadêmico] dos ingressantes cotistas que não tiveram acesso ao PNAES, em detrimento àqueles que estão inseridos no programa, uma vez que 66% (sessenta e seis por cento) apresentam coeficiente abaixo de sete. Tal dado sugere que o PNAES, enquanto estratégia para permanência na educação superior, está sendo eficaz nessa dimensão, entretanto, são necessários estudos voltados para compreender quais os fatores que têm impactado nesse baixo rendimento acadêmico para esses estudantes cotistas que não participam de programas de assistência estudantil (MACEDO; SOARES, 2020, p. 452).

Este estudo, enquanto indica a importância da política de assistência estudantil em consonância com a política de cotas para ter a sua efetividade, também aponta para questionar a assistência estudantil que não alcança alguns estudantes cotistas.

Cespedes, Minhoto, Oliveira e Rosa (2021), em estudo que busca avaliar os resultados do programa de assistência estudantil na Universidade Federal de São Paulo, caminham para uma conclusão de cunho sistêmico da política nacional da assistência estudantil:

Conclui-se, assim, que é urgente transformá-lo em política de Estado assegurado por lei, bem como, de se ampliar os recursos para permanência estudantil em consonância com a ampliação de todo sistema federal de Ensino Superior e a democratização do acesso às

universidades, concretizando o direito constitucional à Educação aos jovens de todos os estratos sociais e desenvolvimento social, cultural, político, científico e econômico para o país (CESPEDES; MINHOTO; OLIVEIRA; ROSA, 2021. p. 1085).

A afirmação dos autores é pertinente, sendo que a Programa Nacional de Assistência Estudantil está definido em decreto da presidência da República, trazendo a fragilidade de poder ser desfeito também por meio de decreto, e escapa do nível de política de Estado estruturada em lei discutida e aprovada pelo congresso nacional.

Resumindo, é possível sintetizar os subsídios encontrados na literatura aqui levantada. A construção e a avaliação do desenho da política, utilizando de modelo lógico, têm grande valia pontualmente como uma ferramenta para estruturar em partes o programa para a construção de indicadores, o qual são a base para o monitoramento e a avaliação da política. Dessa maneira consegue-se entender as áreas básicas do desenho que precisam ser acompanhadas para o programa funcionar. Cada indicador deve ter sua periodicidade certa, a depender do objetivo e lógica do programa. E de nada adianta indicadores sem metas para nortear as ações dos programas. As metas devem ser realistas e estruturadas em bases de comparação pertinentes nos grupos de estudantes.

A literatura já aponta uma série de indicadores, que, de modo geral, podem se relacionar com a maioria dos programas, mas devem-se ter as particularidades locais em prioridade. Também ficou evidente a necessidade de avaliações e indicadores qualitativos, para captar subjetividades e especificidades que passariam indetectáveis em análises e indicadores puramente quantitativos.

Instrumentos normativos locais que comandem o acompanhamento e avaliações da política são fundamentais, e estes devem resumir toda a materialidade necessária para a efetivação de ferramentas e ações de monitoramento e avaliação da assistência estudantil.

O ambiente universitário é único na capacidade e oportunidade de unir vários profissionais de variadas especialidades, e esta característica pode e deve ser aproveitada, realizando parcerias com departamentos, docentes e discentes,

grupos de pesquisas, com disponibilização da área de assistência estudantil para estudos e pesquisas, e utilização de conhecimento destes apoios na política.

O setor de assistência estudantil deve se valer dos demais setores administrativos da universidade que podem dar apoio à construção de ações e ferramentas de assistência estudantil: setores de acompanhamento institucional, setores de desenvolvimento, capacitação, treinamento e alocação de servidores em setores de tecnologia da informação. Este último tem participação estratégica tendo em vista a fundamental participação de ferramentas de tecnologia da informação nas ações de monitoramento e avaliação, desde a coleta e armazenamento de dados, até a automação na geração de indicadores e acompanhamento, e visualização das informações e evidências produzidas.

O efetivo uso das evidências produzidas não pode ser pensado como algo dado, que será realizado por existirem as informações produzidas, para isso se fazem necessários mecanismos estruturados e incentivos ao uso das evidências. Estes podem ser na forma de reuniões específicas para a apresentação e discussão dos dados e decisão de medidas frente às descobertas, que devem ser institucionalizadas e de periodicidade certa. Uma ação necessária no M&A e na gestão pública é a transparência e a publicização, e aqui também pode servir como incentivo ao uso das evidências, a exposição dos resultados da política desnuda que algumas atitudes e mudanças podem ser necessárias.

Ao se avaliar o programa, deve-se incentivar o uso de métodos variados e múltiplos, que terão a capacidade de captar diferentes ângulos e variáveis dos programas, percepções e necessidades que ficariam nubladas com o uso de ferramentas de avaliação de métodos repetidos. E deve-se valer das experiências já existentes aproveitando os métodos já desenvolvidos.

Retomando os trabalhos que avaliaram impacto, as pesquisas de Machado, Oliveira, Freitas (2017), de Silva (2019) e de Silva (2021) apontam haver uma série de avaliações de impacto em programas de assistência estudantil com uso de dados e estruturas comuns entre as Ifes, que podem ser replicados na

avaliação das políticas de assistência estudantil não só das universidades, mas todas as Instituições Federais de Ensino Superior.

Nesta sessão final do aporte teórico de dissertação foram listados os trabalhos com a temática de monitoramento e avaliação da política pública de assistência estudantil, bem como o procedimento adotado para a busca destas pesquisas e foi apresentada pesquisa bibliográfica destes trabalhos. A análise aprofundada dos estudos propiciou o encontro de vários subsídios ao desenvolvimento do M&A da AE.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

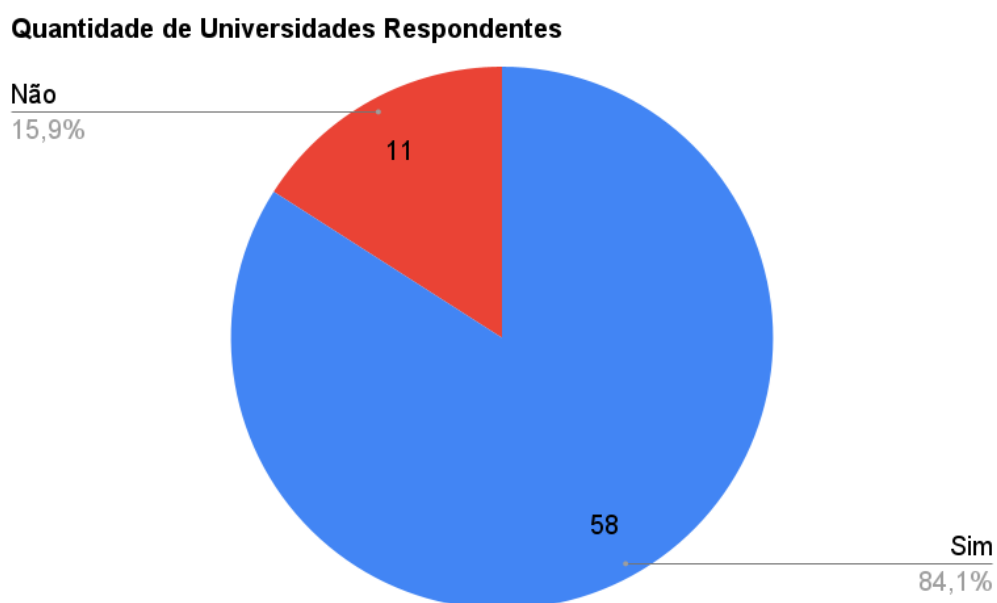
Neste capítulo são expostos, em forma de gráficos, todos os dados coletados pela pesquisa realizada por meio dos questionários aplicados às universidades federais brasileiras sobre as ações de monitoramento e avaliação dos programas de assistência estudantil.

São 38 gráficos, que condensam e ilustram os dados. Os dados são descritos, analisados e discutidos, conforme aporte teórico e pesquisas bibliográficas realizadas neste trabalho. Cada gráfico e seus dados são interpretados e analisados para produção dos resultados e para o alcance dos objetivos.

4.1. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SETORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Nesta etapa são apresentados os dados referentes às perguntas introdutórias, identificando características dos servidores públicos respondentes, representando a instituição, e identificando o nível de ações de M&A realizado pelas universidades que responderam ao questionário.

Gráfico 1 - Quantidade de Universidades respondentes



Fonte: elaboração própria.

O gráfico 1 expressa a quantidade de universidades que responderam ao questionário. Das 69 universidades públicas federais, 58 responderam ao questionário, correspondendo a 84,1% do universo. Esse número pode ser considerado expressivo ao se comparar com outras pesquisas com o mesmo universo, como o trabalho de Fava (2021, p. 5) que ao pesquisar indicadores de assistência estudantil em Universidades federais obteve 24 respondentes (34,78%).

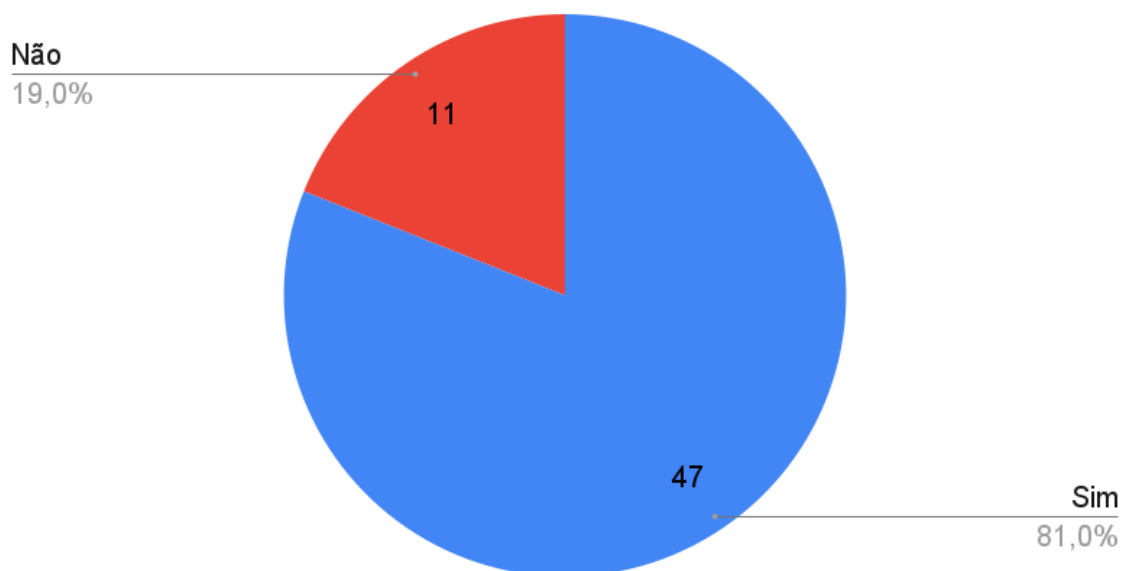
O quantitativo de respostas obtido consegue apresentar um volume de dados significativo para a análise, tendo em vista o objetivo de detectar como as universidades estão realizando ações de M&A e coletar subsídios destas ações. Observa-se que existe a possibilidade de que o número de não respondentes ter algum tipo de viés, tal como universidades que não praticam M&A da assistência estudantil não terem o interesse em responder, apesar da tentativa de minimizar este fato produzindo um questionário que não identificasse a origem das respostas. Ressalta-se que este possível viés não impede o cumprimento dos objetivos.

O questionário perguntou aos respondentes se “A Universidade possui um Programa de Assistência Estudantil, conforme o Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 (dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES)?”. Todas as respostas a esta pergunta foram afirmativas.

Na comunicação enviada junto ao convite de resposta ao questionário, foi incentivado que o servidor a responder fosse o responsável pelas ações de M&A da AE e/ou servidor em cargo de chefia, sendo assim considerado mais apto a responder com fidedignidade as ações da instituição, tendo em vista o maior conhecimento sistêmico do programa e responsabilidade que estas posições apresentam.

Gráfico 2 - Respondente responsável por M&A da AE

A/o Servidor(a) respondente é responsável por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil na Instituição?

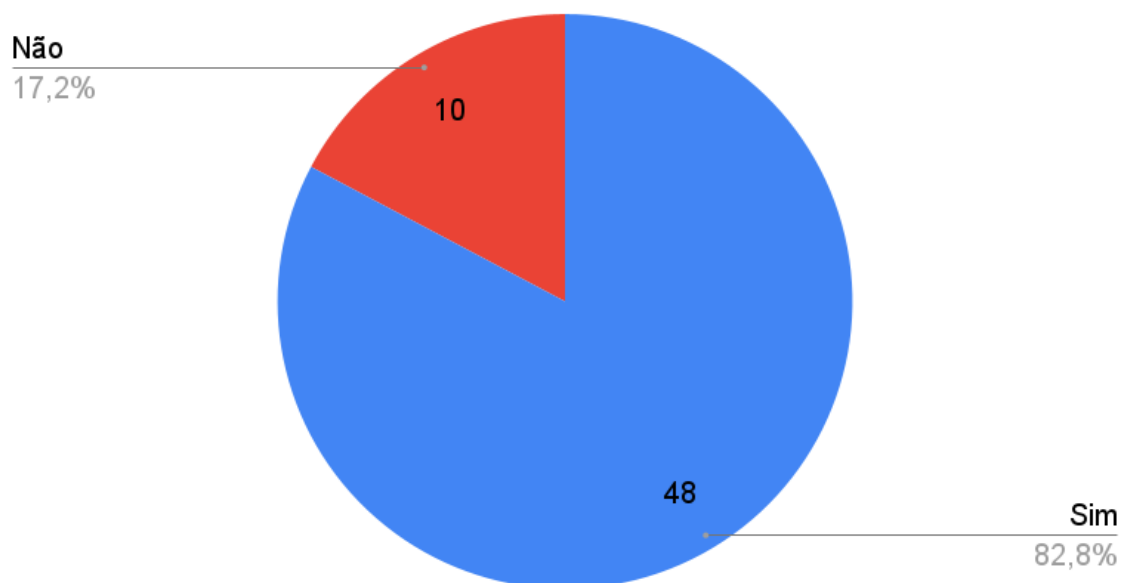


Fonte: elaboração própria.

Assim, o gráfico 2 apresenta a informação sobre o respondente, representando a instituição, ser responsável pelas ações de M&A do programa de assistência estudantil na universidade. Das 58 universidades que responderam o questionário, 47 informaram que o respondente era o responsável pela M&A, 81% das respostas, ante a 11 universidades que responderam “não”, 19%. Dentro neste número de respostas “não”, estão 3 das 4 universidades que responderam que nunca houve M&A da assistência estudantil (gráfico 4). Pode-se refletir que algumas universidades não tenham algum servidor específico designado a ser o responsável pelas ações de M&A. Neste sentido, das 11 respostas “não”, 6 foram respondidas por um servidor em cargo de chefia (gráfico 3).

Gráfico 3 - Respondentes em cargo de chefia

A/o Servidor(a) respondente ocupa cargo de chefia em setor envolvido na Política de Assistência Estudantil na Instituição?

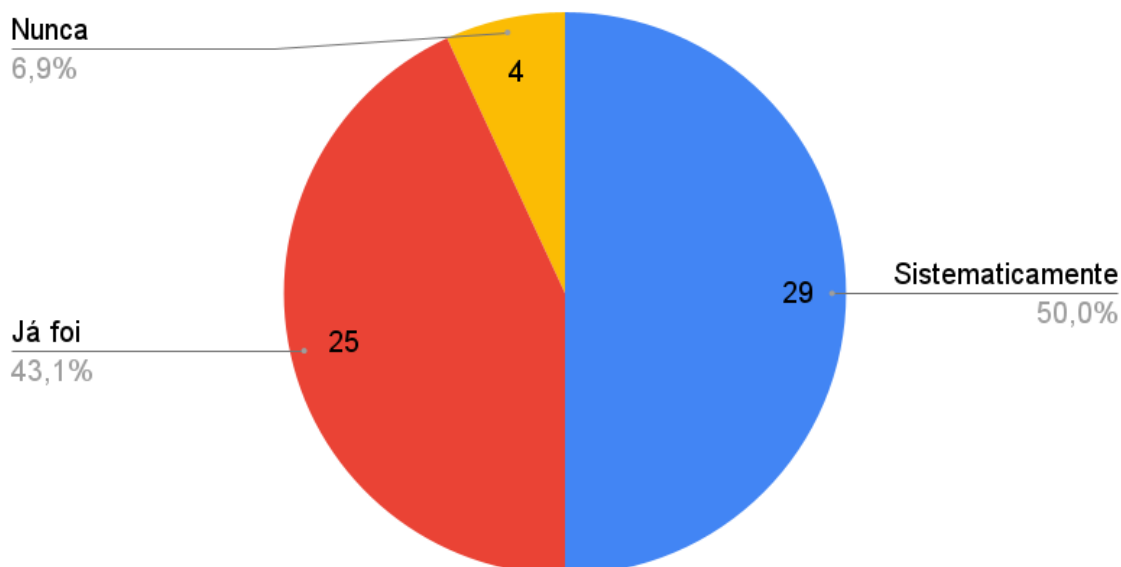


Fonte: elaboração própria.

O gráfico 3 apresenta quantos respondentes ocupam cargo de chefia. Foram 48 respostas afirmativas, 82,8%, e 10 respostas negativas, 17,2%. Levando em consideração as respostas negativas, 5 (8,62%) responderam tanto que não ocupavam cargo de chefia, quanto que não eram responsáveis pelas ações de M&A na instituição. Considera-se que o alto número de servidores respondentes em cargo de chefia e em posição de responsáveis pelas ações de Monitoramento e Avaliação também reforçam a validade das respostas apresentadas.

Gráfico 4 - M&A da AE nas Universidades

A respeito do Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil da Universidade:



Fonte: elaboração própria.

O gráfico 4 apresenta os dados referente à pergunta sobre a situação das ações de M&A da assistência estudantil na universidade. No gráfico as respostas aparecem reduzidas para a melhor visualização: “Sistematicamente” corresponde à resposta “O Programa de Assistência Estudantil é Monitorado e Avaliado constante e sistematicamente”; “Já foi” corresponde à resposta “O Programa de Assistência Estudantil já foi Monitorado e/ou Avaliado de alguma forma, mas não constante e sistematicamente”; e “Nunca” corresponde à resposta “O Programa de Assistência Estudantil nunca teve ações de Monitoramento e Avaliação”.

O objetivo desta pergunta foi diferenciar as universidades que possuem algumas ações dispersas ou parciais de M&A, das universidades que aplicam de maneira permanente, e ainda diferenciar das universidades que nunca experienciaram nenhum tipo de ação de M&A. As 4 instituições respondentes que afirmam que nunca houve ações de M&A, 6,9%, apenas responderam a pergunta do gráfico 5, além das perguntas dos gráficos anteriores, e finalizaram o questionário.

Foram 29 (50%) respostas referentes a ações de M&A contínuas e sistemáticas, e 25 (43,1%) respostas referentes a algum nível de ação de M&A, número

considerado próximo entre as duas respostas, que divide em duas partes de tamanhos parecidos as universidades respondentes. Estes dois grupos somados, 54 respostas (93,1%) responderam ao questionário completo. Este número expressa que, mesmo que de forma parcial, a grande maioria das universidades afirma que realiza ou já realizaram algum nível de ações de M&A da Assistência Estudantil.

Estes números vão contra alguns achados na pesquisa bibliográfica. Pelo questionário, pelo menos 29 das 69 universidades federais afirmam que possuem ações de M&A sistemáticas, 42,02%. Como visto na pesquisa bibliográfica, vários estudos apontaram a falta de ferramentas de M&A nos programas de AE (ALMEIDA, 2020) (SOUZA; COSTA, 2020) (ALMEIDA; SILVA; RIBEIRO, 2021) (MACEDO; SOARES, 2020) (CÂMARA; GOMES; FREITAS; NUNES, 2022). Uma interpretação possível é que estes estudos teriam um viés de selecionar os programas que já apontam indícios de terem a fragilidade na prática de M&A como um problema de pesquisa.

Do gráfico 4 também depreende-se que pelo menos 54 das 69 universidades, 78,26%, afirmam efetuar algum nível de monitoramento e avaliação, e conforme relatório da CGU (BRASIL, 2017b, p. 21), pelo menos 52 universidades não possuíam mecanismos de avaliação do programa. Neste ponto poder-se-ia pensar que algumas universidades iniciaram e implementaram ferramentas de M&A da AE deste então, já que o relatório consolida auditorias realizadas entre 2015 e 2016. A partir das auditorias executadas, a CGU apontou no relatório recomendações para que fossem aperfeiçoados os mecanismos de M&A. O órgão tem como prática de atuação o acompanhamento do cumprimento do que foi recomendado.

As respostas do gráfico 4 produzem dois grupos de análise: as universidades que responderam que já tiveram os seus programas de assistência estudantil avaliados e/ou monitorados de alguma forma, mas não sistematicamente, e as universidades que responderam que fazem monitoramento e avaliação sistemático dos seus programas de assistência estudantil. Em alguns dos gráficos

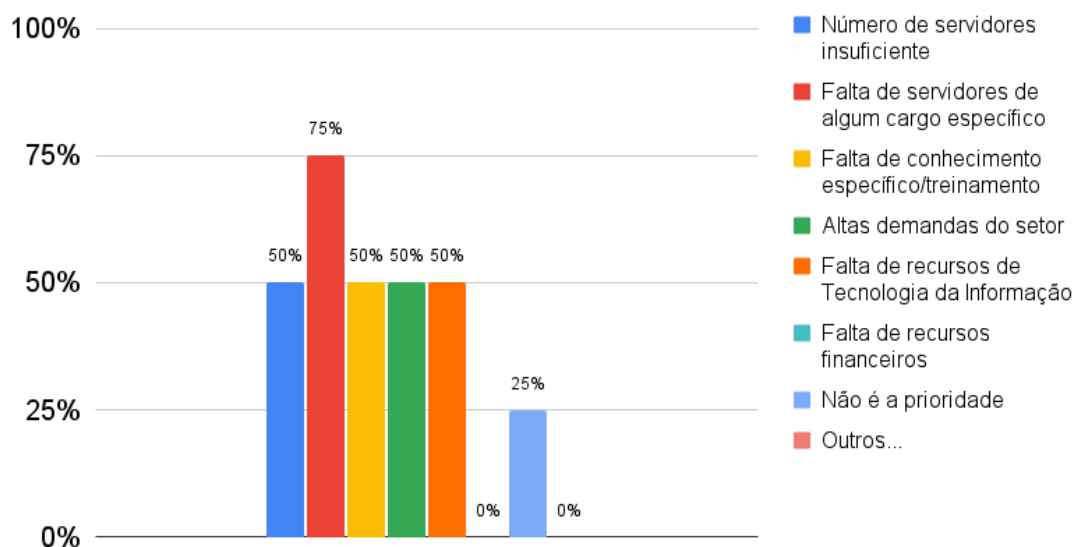
apresentados neste capítulo, haverá um desdobramento em outros dois gráficos que abre para esse nível de análise: qual a diferença entre estes dois grupos.

Nem todas as perguntas do questionário geraram diferenças entre as respostas dos dois grupos consideradas relevantes para análise, não sendo, assim, todos os gráficos que desdobrarão em gráficos separados para os dois grupos. Nas análises destes dados, chamaremos de grupo 1 as universidades que responderam a pergunta do gráfico 4 com “O Programa de Assistência Estudantil é Monitorado e Avaliado constante e sistematicamente” e chamaremos de grupo 2 as universidades que responderam a pergunta do gráfico 4 com “O Programa de Assistência Estudantil já foi Monitorado e/ou Avaliado de alguma forma, mas não constante e sistematicamente”.

Este nível de análise se torna importante para observar os subsídios ao monitoramento e avaliação dos programas de assistência estudantil em universidades públicas federais, em especial identificar possíveis boas práticas de ações e ferramentas que são aplicadas nas universidades que apontam M&A contínuos e sistemáticos.

Gráfico 5 - Impedimentos do M&A I

O que impede que ocorram ações de Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil na instituição? (Programa nunca teve Monitoramento e Avaliação)

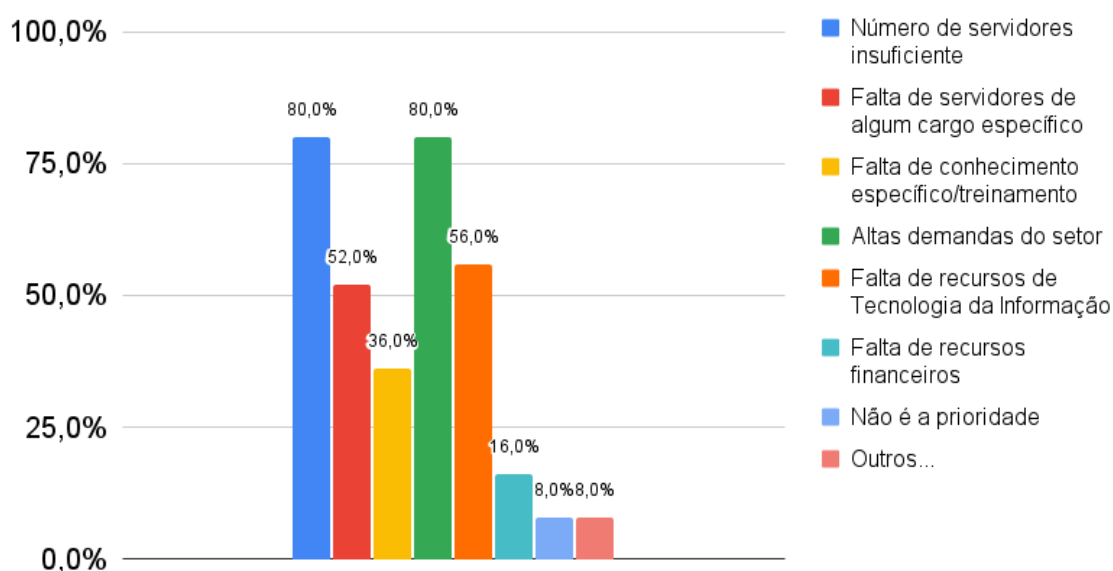


Fonte: elaboração própria.

O gráfico 5 corresponde aos possíveis impedimentos de não haver ações de M&A da AE nas instituições, pergunta respondida pelas 4 instituições que apontaram “nunca” na pergunta do gráfico 4, correspondendo aos 100% neste gráfico. As instituições poderiam escolher mais de uma opção nesta questão. Destaca-se a opção “Falta de servidores de algum cargo específico” com 75% das respostas.

Gráfico 6 - Impedimentos do M&A II

O que impede que ocorram ações de Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil na instituição? (Programa já foi Monitorado e/ou Avaliado)



Fonte: elaboração própria.

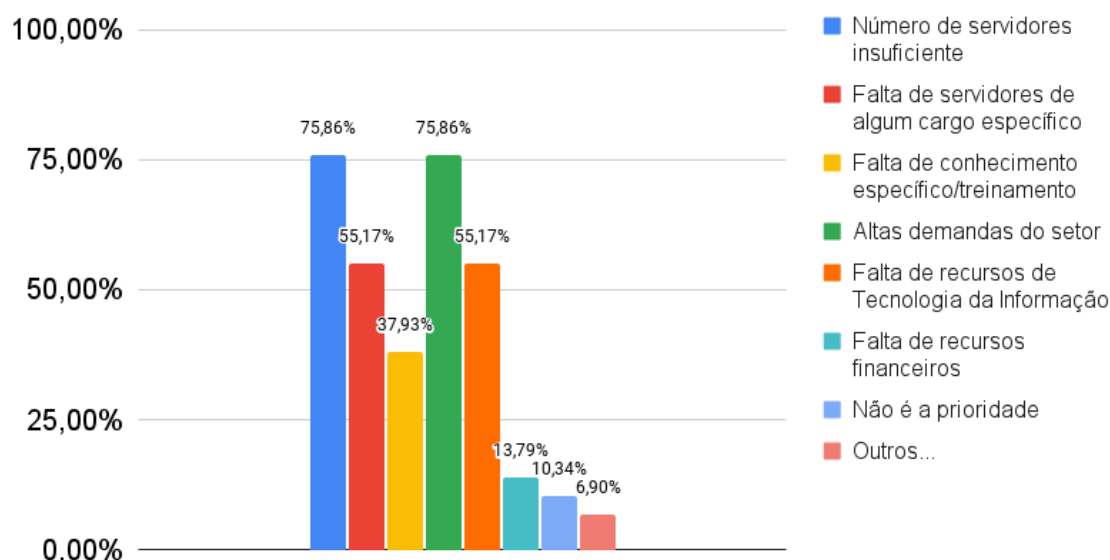
O gráfico 6 ilustra respostas para a mesma pergunta do gráfico 5, contudo direcionado aos respondentes que marcaram que a instituição já foi de alguma forma monitorada e avaliada, mas não sistematicamente, ou seja, 25 instituições, que corresponde ao 100% deste gráfico. Aqui se destacam as respostas “Número de servidores insuficientes” (80%) e “Altas demandas do setor” (80%).

Na opção “Outros...” surgiram as seguintes respostas: (1) “rotatividade nos altos cargos de direção que estabelecem a política, com servidores que demoram um tempo para entender o contexto operacional da assistência estudantil, e quando

há a mudança, muda a política.”; (2) “A partir de 2021 desenvolvemos fluxos e procedimentos para avaliação e monitoramento da política”.

Gráfico 7 - Impedimentos do M&A III

O que impede que ocorram ações de Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil na instituição? (Total)



Fonte: elaboração própria.

No gráfico 7 foram somadas as respostas referentes aos gráficos 5 e 6, sendo assim 29 respondentes que correspondem ao 100%. Este gráfico é muito semelhante ao gráfico 6 tendo em vista que houve muito mais respostas com o grupo das instituições que monitoram e avaliam em algum nível comparado com as instituições que afirmaram nunca houveram ações de M&A. Servidores insuficientes (75,86%) e altas demandas do setor (75,86%) são os problemas que mais aparecem como impeditivos, mas há também outras duas respostas que aparecem com alta frequência: “Falta de servidor de algum cargo específico” e “Falta de recursos de Tecnologia da Informação” (ambas 55,17% das respostas). Ainda surge a resposta “Falta de conhecimento específico/treinamento” (37,93%) como relevante. E com pouca relevância têm-se as respostas “Falta de Recurso financeiros” (13,79%) e “Não é a prioridade” (10,34%).

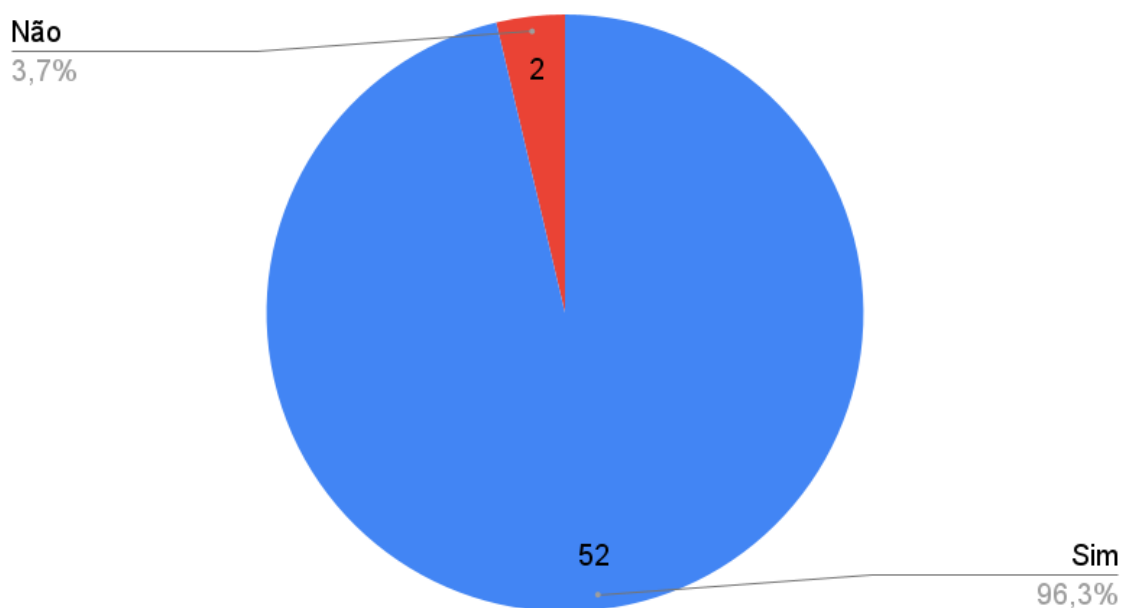
Desta pergunta pode-se depreender que as instituições entendem que há vários impeditivos, mas se destacam os itens que dizem respeito a não ser possível dar vazão a estas tarefas com as equipes atuais, tanto a falta de servidores quanto as altas demandas do setor refletem o mesmo. Reflete-se que a justificativa de haver servidores insuficientes e altas demandas é lugar comum de serviços públicos altamente requisitados pela sociedade, como educação e saúde. O segundo nível de limitantes lembrados, quais sejam, a falta de servidores com alguma especialidade e a falta de ferramentas de tecnologia da informação foi captado também por Penha (2015, p. 143 e 144), como visto na pesquisa bibliográfica.

4.2. AÇÕES E FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nesta sessão são analisados os dados produzidos por meio das perguntas especificamente sobre quais são as ações e ferramentas de M&A adotadas pelas Universidades Federais nos programas de assistência estudantil.

Gráfico 8 - Monitoramento nas Universidades

Há Monitoramento do Programa de Assistência Estudantil na instituição?

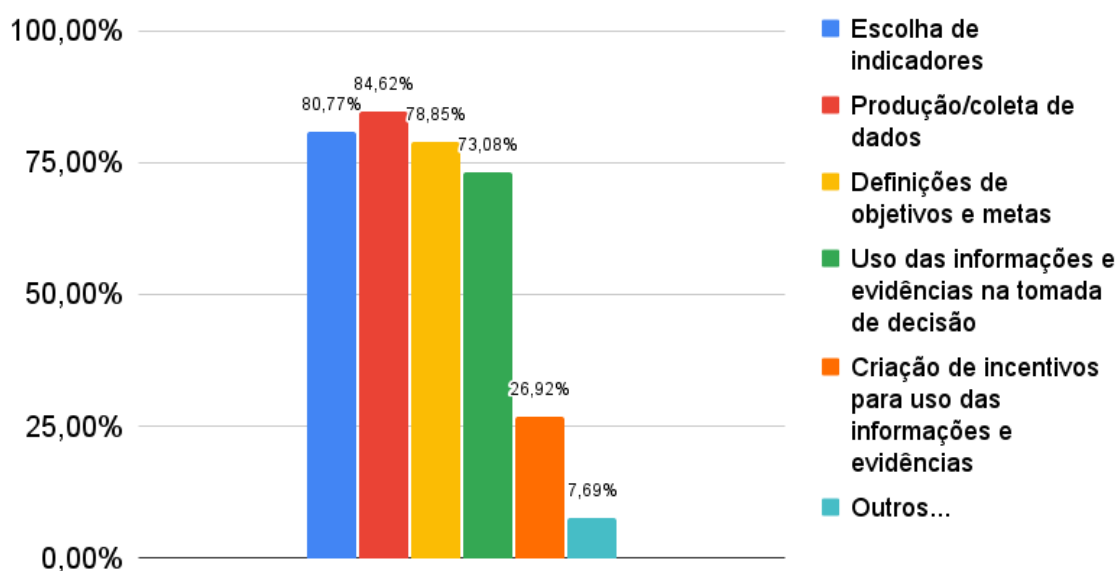


Fonte: elaboração própria.

O Gráfico 8 apresenta quantas instituições respondentes efetuam ações de monitoramento da política de assistência estudantil. Como já informado, a partir desta pergunta não houve participação das 4 instituições que responderam não haver ações de monitoramento e avaliação. Como pode-se observar no gráfico 8, a grande maioria monitora o programa: 52 respostas, 96,3% das que responderam esta pergunta (92,86% se considerar todas as 58 respostas).

Gráfico 9 - Etapas do Monitoramento

A respeito do Monitoramento do Programa de Assistência Estudantil, a instituição passou por algumas das condicionantes/etapas abaixo?



Fonte: elaboração própria.

No gráfico 9 apresenta o questionamento de quais etapas a instituição passou para efetivar o monitoramento do programa de assistência estudantil. As etapas têm como base o Guia do IJSN (2018c, p.8), apresentado no aporte teórico. As 52 respostas afirmativas apresentadas no gráfico 8 corresponde a 100% deste gráfico. Nesta pergunta era possível marcar mais de um item.

Destaca-se no gráfico 9 que quatro etapas das cinco têm altas frequências de resposta: “Escolhas de indicadores”, 80,77%; “Produção/coleta de dados” 84,62%; “Definição de objetivos e metas”, 78,85%; “Uso das informações e evidências na tomada de decisão”, 73,08%. Todas estas quatro respostas acima de 70%, entretanto, não quer dizer que todas concomitantemente realizam as 4 etapas.

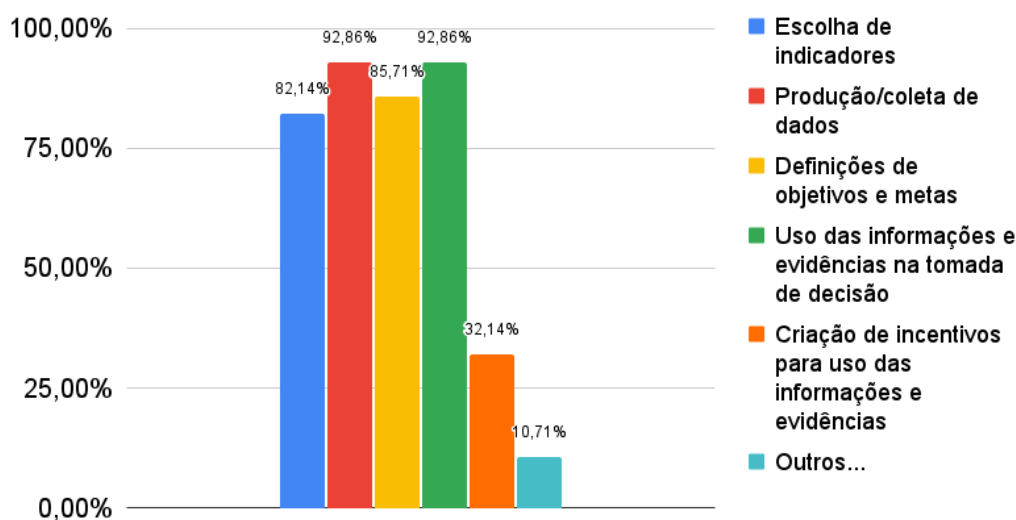
Foram 50% instituições que afirmaram cumprir as 4 primeiras etapas destacadas. Já o cumprimento de todas as 5 etapas ocorreu em apenas 17,86%. Uma informação intrigante destes dados é que há universidades que afirmam fazer monitoramento e não escolheram indicadores para este fim (19,23%), e que não coletam dados para tal (15,38%).

Respostas ao item “Outros...”, corresponderam a 7,69%: (1) “Adequação às subjetividades impostas pelas rotinas do Programa”; (2) “Comissões e Conselho com a participação de estudantes de graduação, de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos”; (3) “Elaboração de questionários”; (4) “Não há um monitoramento sistemático”. A resposta (2) pode ser considerado uma ferramenta de M&A, e a resposta (3) poderia ser enquadrada na produção/coleta de dados.

Criação de incentivos pode ser uma lacuna para aprimorar o M&A da AE das instituições, apesar de que 73,08% afirmam que as evidências estão sendo usadas na tomada de decisão. Como apontado por IJSN (2018c, p. 57), estes incentivos podem ser na forma de sensibilização e reuniões periódicas para discussão dos resultados do monitoramento. Pinto (2015, p. 102) vai neste sentido ao sugerir utilização de reuniões semestrais para análise dos indicadores e metas.

Gráfico 10 - Etapas do Monitoramento (Grupo 1)

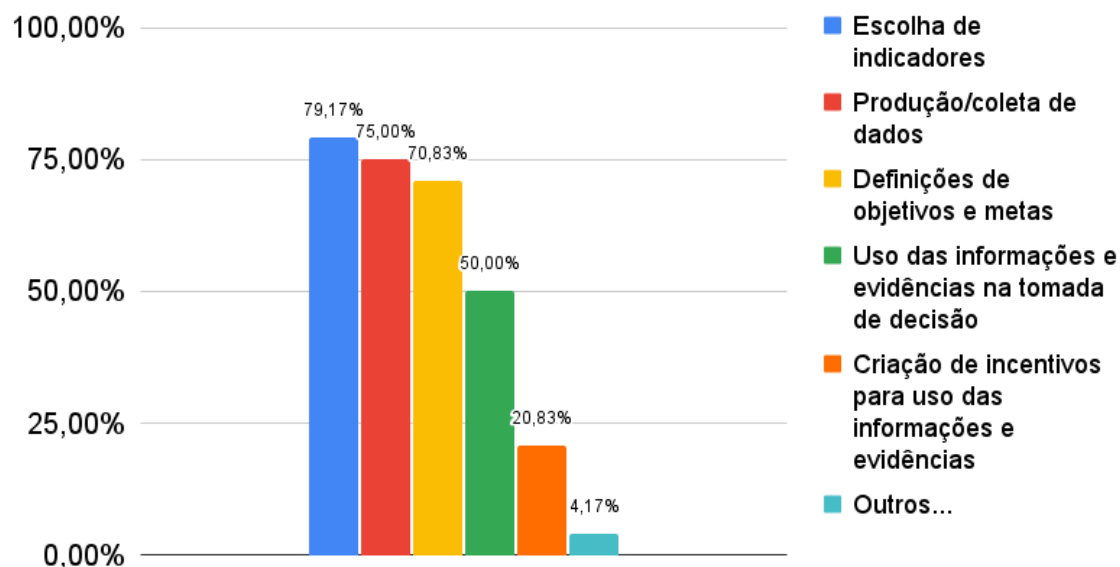
Grupo 1 - A respeito do Monitoramento do Programa de Assistência Estudantil, a instituição passou por algumas das condicionantes/etapas abaixo?



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 11 - Etapas do Monitoramento (Grupo 2)

Grupo 2 - A respeito do Monitoramento do Programa de Assistência Estudantil, a instituição passou por algumas das condicionantes/etapas abaixo?

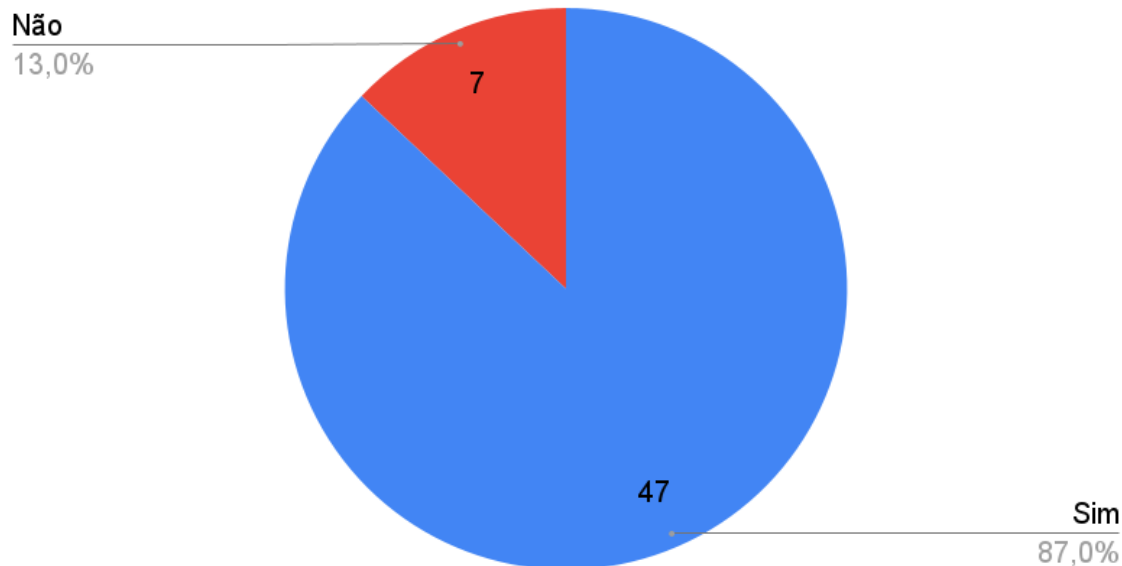


Fonte: elaboração própria.

Os gráficos 10 e 11 são as respostas separadas do gráfico 9 entre o grupo 1 e o grupo 2, respectivamente. Como pode-se observar nestes dois, as universidades que dizem possuir monitoramento e avaliação sistemática afirmam cumprir todas as etapas de monitoramento consistentemente mais que as universidades que não monitoram e avaliam sistematicamente. Destaca-se o uso de evidências na tomada de decisão, 92,86% (grupo 1) ante 50% (grupo 2).

Gráfico 12 - Avaliações nas Universidades

Já foram executadas avaliações do Programa de Assistência Estudantil na instituição?

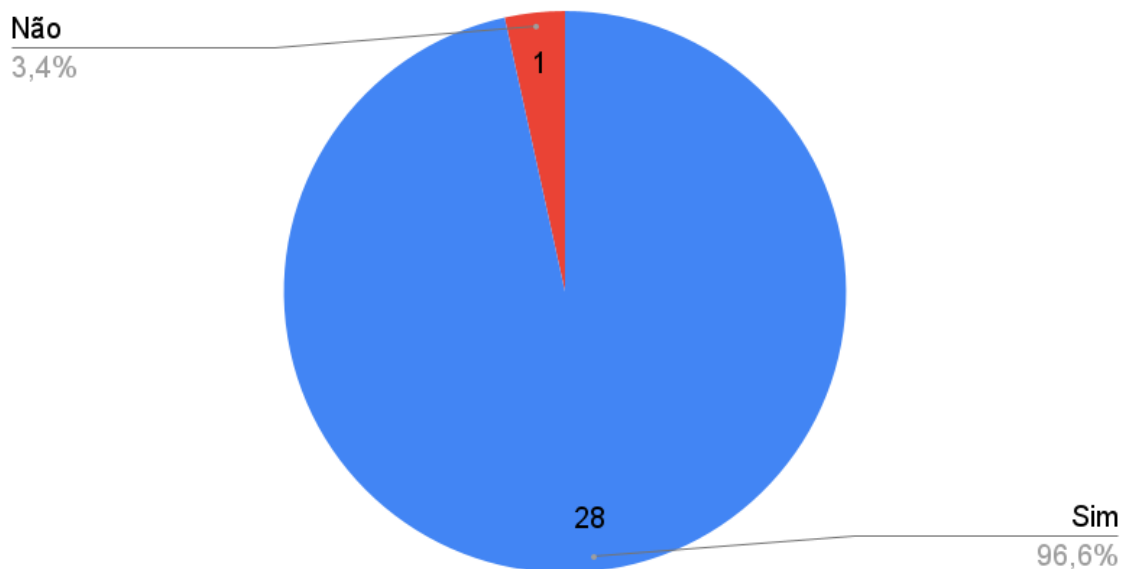


Fonte: elaboração própria.

O gráfico 12 apresenta quantas universidades já tiveram o programa da assistência estudantil avaliados de alguma forma. Das 54 universidades respondentes, 47 afirmam que já houveram avaliações (87%).

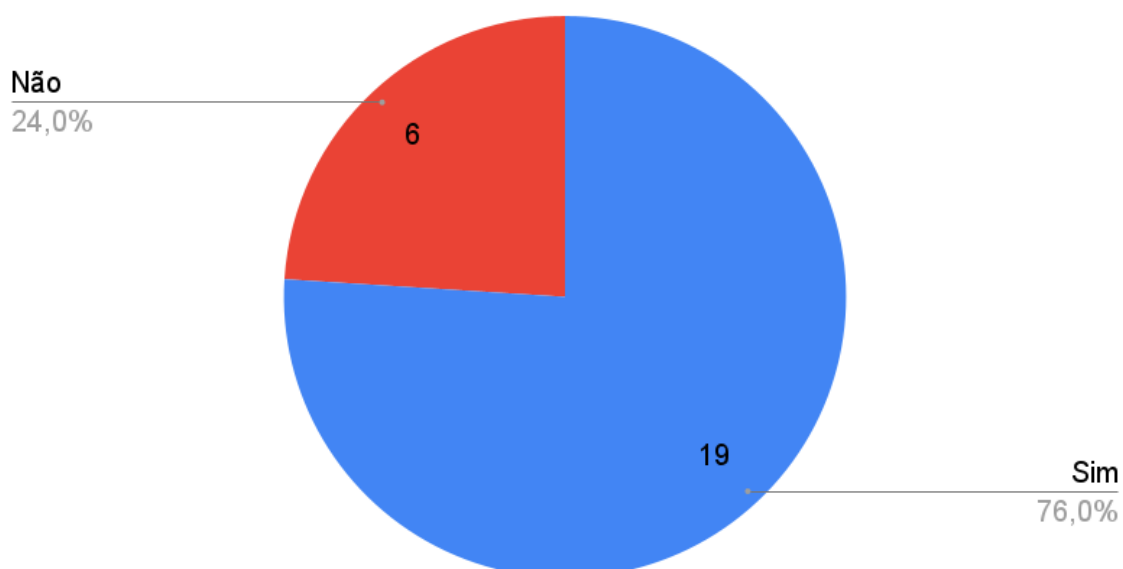
Os gráficos 13 e 14 abaixo são as respostas separadas do gráfico 12 entre o grupo 1 e o grupo 2, respectivamente. Nestes gráficos pode-se observar diferença considerável entre os grupos, sendo que 96,6% das universidades do grupo 1 que afirmam executar monitoramento e avaliação dos programas de assistência estudantil de maneira sistemática apontam já terem passado por alguma avaliação do programa (apenas 1 universidade deste grupo respondeu de maneira contrária), ante 76% do grupo 2.

Gráfico 13 - Avaliações nas Universidades (Grupo 1)

Grupo 1 - Já foram executadas avaliações do Programa de Assistência Estudantil na instituição?

Fonte: elaboração própria.

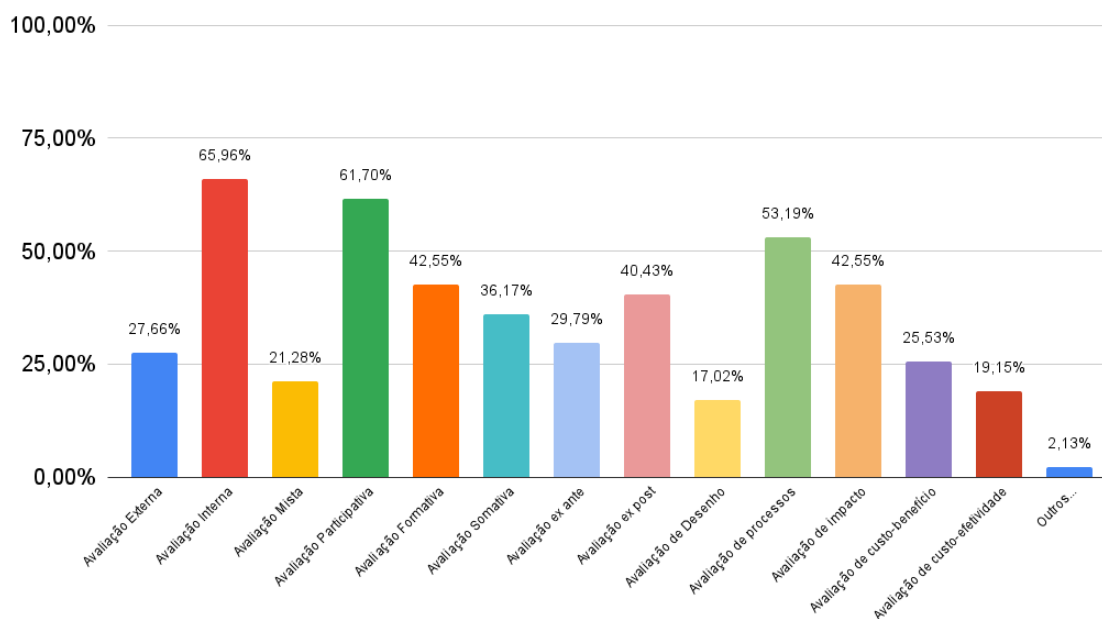
Gráfico 14 - Avaliações nas Universidades (Grupo 2)

Grupo 2 - Já foram executadas avaliações do Programa de Assistência Estudantil na instituição?

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 15 - Tipos de Avaliações executados

Alguns dos métodos de Avaliação abaixo já foram executados no Programa de Assistência Estudantil?



Fonte: elaboração própria.

O gráfico 15 corresponde às respostas sobre os tipos de avaliações já observadas nas instituições. No questionário foi apresentada uma pequena descrição do que corresponde cada tipo de avaliação, para facilitar a resposta. O 100% corresponde as 47 respostas afirmativas expostas no gráfico 12. As instituições poderiam responder mais de um tipo de avaliação.

Estes tipos selecionados tiveram como base diferentes estudos, como apresentado no aporte teórico (Capítulo 3) (RAMOS; SCHABBACH, 2012) (IJSN, 2018b) (IJSN, 2018e) (COSTA; CASTANHAR, 2005) (GERTLER; MARTÍNEZ; PREMAND; RAWLIGS; VERMEERSCH, 2018). Vale lembrar que uma avaliação pode ser de mais de um tipo listado no gráfico, a depender do nível da tipificação, como exemplo uma avaliação pode ser externa, ex-post e de impacto, entre outras combinações.

Podem-se destacar aqui os tipos de avaliação que surgiram com maior frequência: Avaliação Interna, 65,96%; Avaliação Participativa, 61,70%; e Avaliação de processos 53,19%.

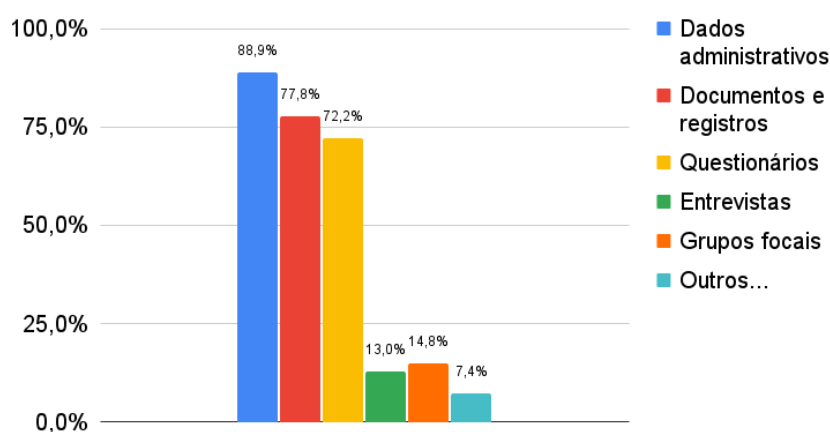
As avaliações internas e participativas parecem ser as mais acessíveis, de fato, sendo executadas pelos próprios agentes da política, e com participação dos beneficiários, que estão sempre em contato com os agentes da política no cenário universitário dos programas, podendo considerar os programas do PNAES locais nas universidades como projetos de nível pequeno, como apontado por Ramos e Schabbach como os mais comuns de ocorrerem avaliações participativas (2012, p. 1275).

Os tipos que menos surgiram foram: Avaliação de Desenho, 17,02%; Avaliação custo-efetividade, 19,15%; e Avaliação Mista, 21,28%. Estes itens podem gerar algumas interpretações e pistas de lacunas. As políticas de assistência estudantil têm como base a distribuição de recursos financeiros, tendo assim a variável custo muito clara, e mesmo assim poucas instituições respondentes afirmam já terem passado por este tipo de avaliação.

O tipo que obteve menos respostas foi a avaliação de desenho. Isso pode refletir uma certeza dos agentes na lógica interna da política, que não haveria dúvidas no encadeamento das atividades do programa leva até os resultados. A falta de respostas em avaliações de desenho também faz questionar a alcance dos indicadores usados para compreender e monitorar os programas.

Gráfico 16 - Procedência dos Dados

Quais as procedências de coleta de dados que são ou já foram utilizadas nas ações e ferramentas de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil?



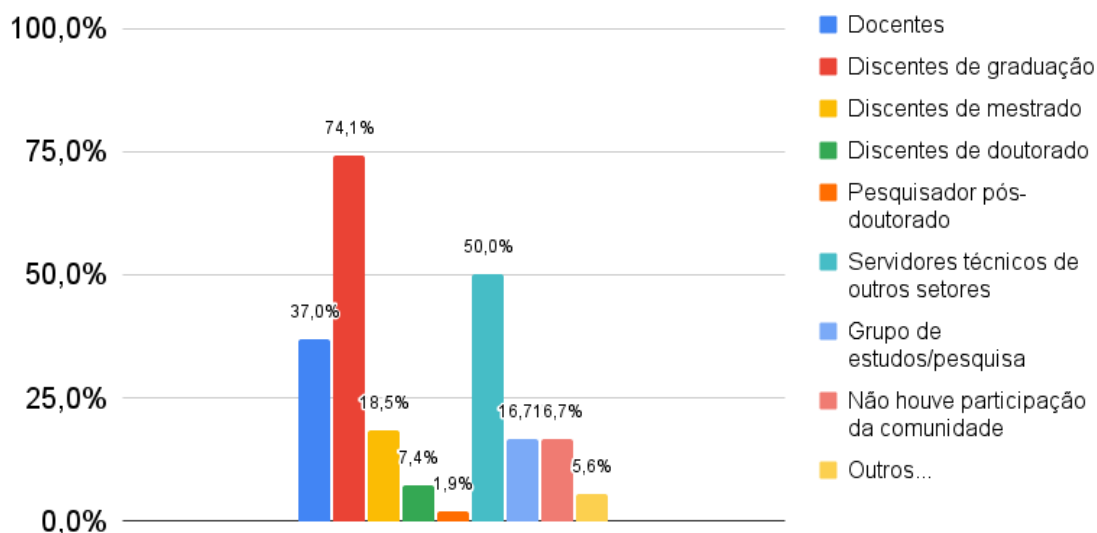
Fonte: elaboração própria.

O gráfico 16 apresenta a procedência dos dados já utilizados em ações de M&A nas instituições. Neste gráfico, e nos demais seguintes, o 100% corresponde às 54 instituições que responderam que há ou houve algum nível de M&A dos programas de assistência estudantil. Nesta questão as instituições poderiam marcar mais de um item. Aqui pode ser destacado o grupo de três itens que aparecem com mais frequência: Dados administrativos, 88,9%; Documentos e registro, 77,8%; Questionários, 72,2%. Os que menos aparecem são Entrevistas, 13,0%, e Grupos Focais, 14,8%. Na opção “Outros...” surgiram as seguintes respostas: (1) “Pautas e encaminhamentos de reuniões de comissões e de conselho.”; (2) “Fórum Permanente de Assistência Estudantil”; (3) “Sistema acadêmico”; e (4) “Comissões de trabalho”.

Pode-se refletir que as respostas mais frequentes apresentadas no gráfico 12 tem a característica de serem associadas a métodos quantitativos de análise, e as menos respondidas com métodos qualitativos de análise, apesar de que os questionários também podem captar dados qualitativos. Lima e Mendes (2020) apontam a importância de avaliações de multi-métodos, que combinem métodos qualitativos e quantitativos. Através dos dados, uma interpretação possível é que poderia haver um desequilíbrio no uso de metodologias, assim, há a possibilidade de corrigir esta assimetria para captar diferentes níveis de informações que podem estar sendo negligenciadas.

Gráfico 17 - Envolvimento da Comunidade Acadêmica

Envolvendo a comunidade acadêmica para além do setor de Assistência Estudantil, há ou já houve alguma das participações abaixo nas ações de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil?



Fonte: elaboração própria.

O gráfico 17 reflete as respostas sobre o envolvimento de atores da comunidade universitária nas ações de monitoramento e avaliação, como por exemplo, um discente pesquisador produzindo uma avaliação sobre o programa de assistência estudantil, ou um professor servidor assessorando na produção de indicadores para monitoramento da política. Nesta pergunta foi possível marcar mais de um item.

A resposta que mais surgiu com larga vantagem foi ações de M&A com participação de alunos da graduação, 74,1%, em seguida servidores técnicos de outros setores, 50%, e logo após professores, com 37%. A participação de professores pode-se ser também observada no trabalho de Penha (2015, p. 143). Apenas 18,5% apontaram a participação de discentes de mestrado, apesar de terem sido observadas várias dissertações na pesquisa bibliográfica (ELOI, 2018) (LIMA, 2020) (PENHA, 2015) (PINTO, 2015) (ALMEIDA, 2018) (SILVA, 2019) (SILVA, 2021) (NEIVA FILHO, 2018) (PAVAN, 2014). Logo abaixo está a indicação de participação de grupos de pesquisa da instituição, com 16,7%.

Poucas instituições expressaram a participação de doutorandos e pesquisadores em pós-doutorado, 7,4% e 1,9% respectivamente. Ainda, 16,7% afirmaram que não houve qualquer tipo de participação nas ações de M&A da AE da comunidade acadêmica para além do setor de assistência estudantil. Entre as respostas ao campo “Outros...”, estão: “está programado (...)”²¹ um evento de avaliação com toda a comunidade”; “O programa é avaliado anualmente e as melhorias são incorporadas nos editais e submetida à aprovação do Conselho Central”; “DCE estadual”.

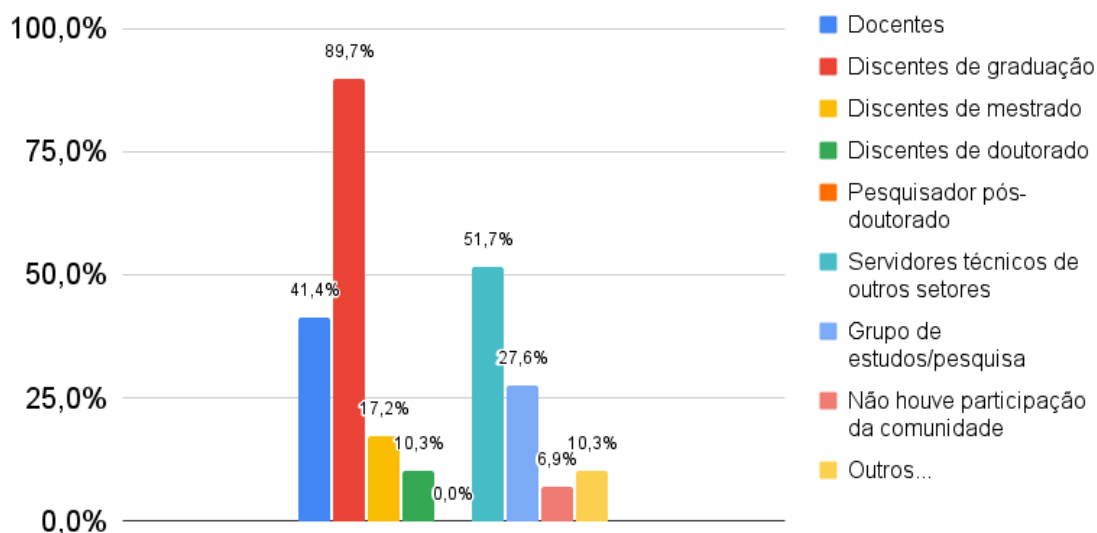
Pode-se ler destas informações que ainda há muito espaço para o apoio da comunidade acadêmica nas ações de M&A da AE. É pertinente a reflexão de que os programas de assistência estudantil estão inseridos dentro das universidades, os ambientes de pesquisa por excelência, e poderiam se esperar mais uso do conhecimento técnico acumulados dos técnicos e pesquisadores, que podem contribuir em todos os níveis das ações de M&A, em especial em avaliações, que podem gerar produções acadêmicas diversas.

Vale o destaque da participação de estudantes de graduação, que podem estar associados tanto a trabalhos diretos como bolsistas/estagiários nos setores, bem como atuando em pesquisas pontuais e de conclusão de curso.

²¹ Suprimido para descaracterizar a instituição respondente.

Gráfico 18 - Envolvimento da Comunidade Acadêmica (Grupo 1)

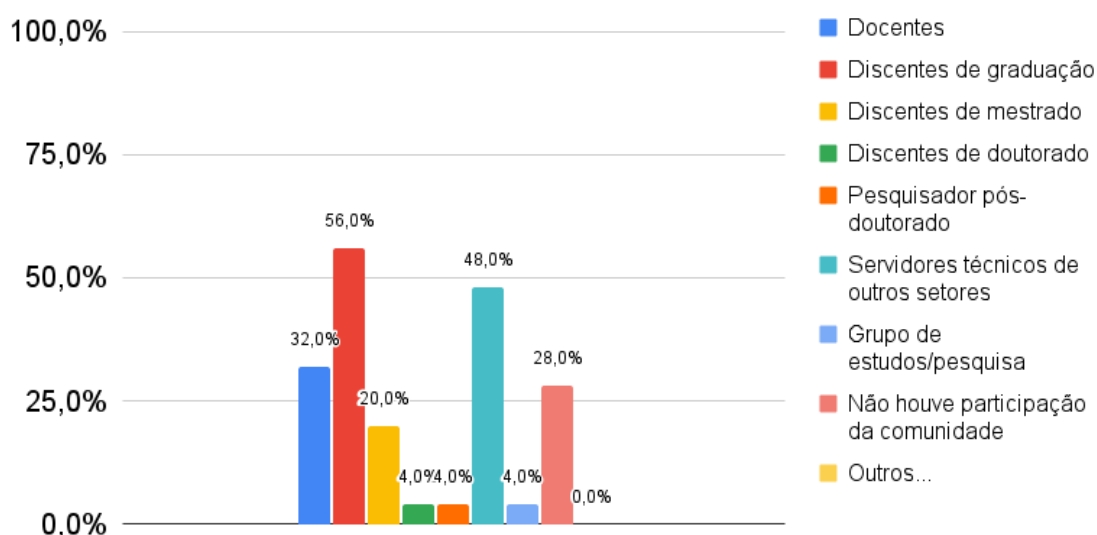
Grupo 1 - Envolvendo a comunidade acadêmica para além do setor de Assistência Estudantil, há ou já houve alguma das participações abaixo nas ações de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil?



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 19 - Envolvimento da Comunidade Acadêmica (Grupo 2)

Grupo 2 - Envolvendo a comunidade acadêmica para além do setor de Assistência Estudantil, há ou já houve alguma das participações abaixo nas ações de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil?



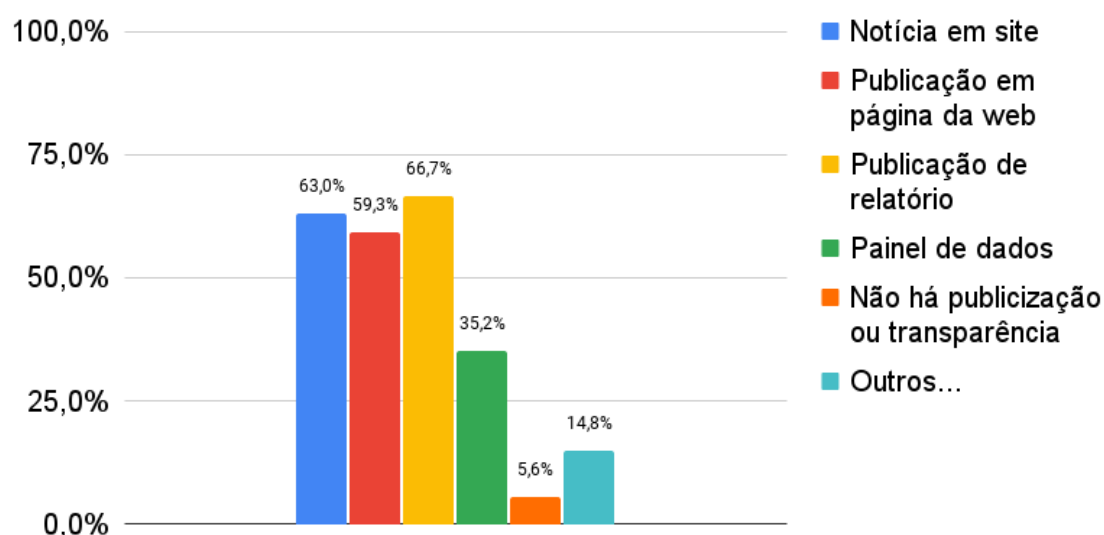
Fonte: elaboração própria.

Os gráficos 18 e 19 são as respostas separadas do gráfico 17 entre o grupo 1 e o grupo 2, respectivamente. Destaca-se aqui a resposta com maior frequência do

Grupo 1 em relação ao Grupo 2 quanto à participação em ações de M&A da AE de alunos de graduação (respectivamente, 89,7% e 56%) e de grupos de pesquisa (respectivamente, 27,6% e 4%). Também nota-se que as universidades que apontam não realizarem monitoramento e avaliação de maneira sistemática responderam expressivamente mais não haver participação da comunidade universitária em ações de avaliação e monitoramento (28% ante 6,9%).

Gráfico 20 - Publicização e Transparência

Como é realizada a publicização e transparência dos produtos das ações e ferramentas de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil?



Fonte: elaboração própria.

O gráfico 20 traz as respostas à questão referente à publicização e à transparência do que foi produzido em ações de M&A. Nesta questão poderia ser marcado mais de um item. Poucas universidades respondentes não fazem nenhum tipo de publicização e transparência das ações de M&A, apenas 5,6%. Nesta questão não houve uma resposta claramente utilizada pela maioria das instituições: 66,7% publicam relatórios; 63% utilizam notícias em sites; 59,3% publicam em páginas da web. Estas três respostas poderiam corresponder a um único ato, uma publicação de um relatório como uma notícia no site do setor. Mais abaixo na frequência surge a utilização de painel de dados, por 35,2% das instituições respondentes. O painel de dados é uma ferramenta interessante e que pode ser mais explorada, pois pode expor informações de maneira rápida, simples

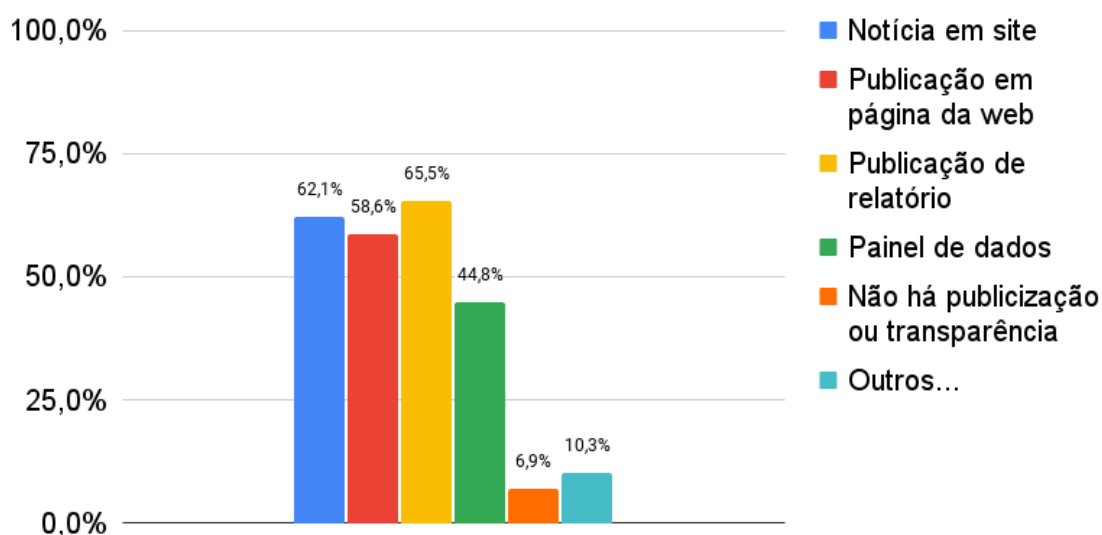
e mais acessíveis, se comparado, por exemplo, a um relatório, que exige leitura e busca das informações dentro do documento.

Como resposta ao item “Outros...”, têm-se: “instagram”; “Informe para os órgãos de controle”; “relatorio no site da pro-reitoria”; “Redes sociais oficiais da instituição”; “Fórum Permanente de Assistência Estudantil”; “Rede Social – Instagram”; e “E-mail institucional”. Aqui se destaca o uso das redes sociais como ferramenta de publicização e transparência.

Os autores Almeida (2018, p. 61), Macedo e Soares (2020, p. 545) apontam a necessidade de transparência, como um princípio da administração pública, e a falta dela nas ações de M&A da AE. Os dados do questionário apontam que 94,4% das respondentes adotam alguma ação de transparência, porém, lendo este dado em conjunto com os autores, pode-se apontar que as instituições deveriam aprimorar o uso de múltiplos meios de publicização.

Gráfico 21 - Publicização e Transparência (Grupo 1)

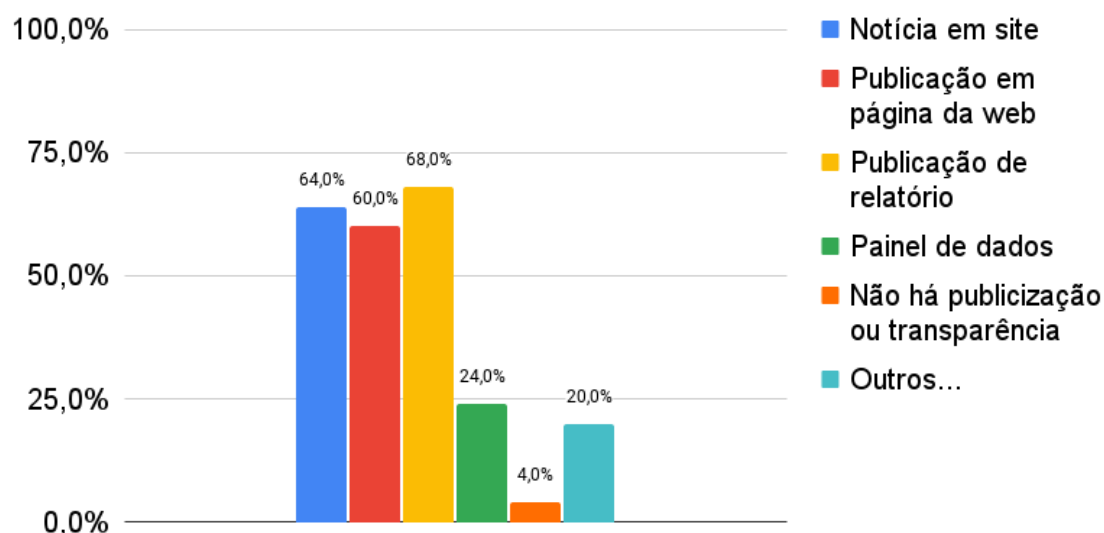
Grupo 1 - Como é realizada a publicização e transparência dos produtos das ações e ferramentas de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil?



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 22 - Publicização e Transparência (Grupo 2)

Grupo 2 - Como é realizada a publicização e transparência dos produtos das ações e ferramentas de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil?

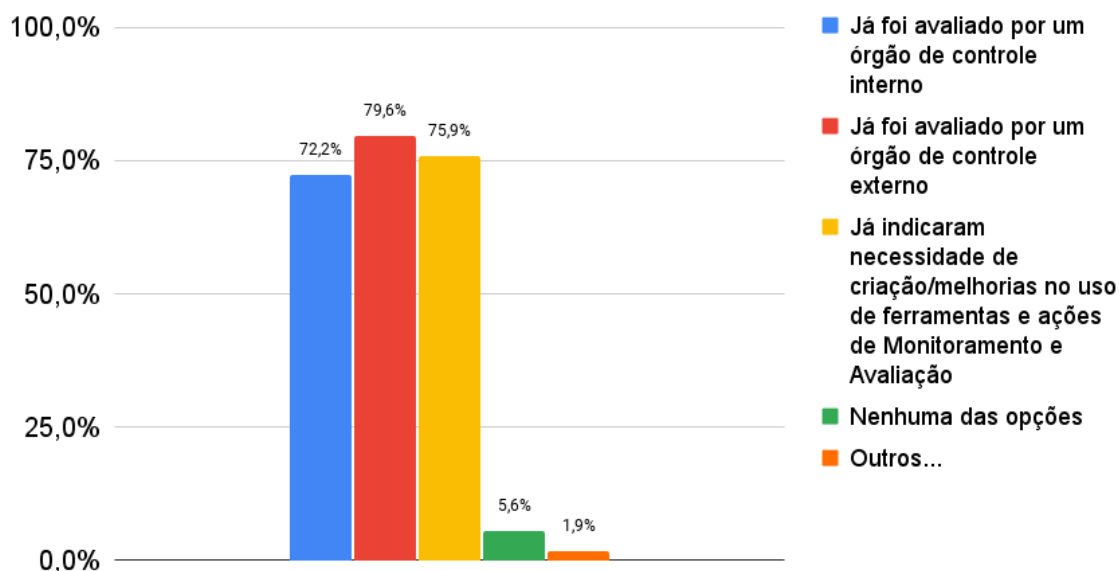


Fonte: elaboração própria.

Os gráficos 21 e 22 são as respostas separadas do gráfico 20 entre o grupo 1 e o grupo 2, respectivamente. Nesta pergunta, os dois grupos são bem parecidos, com exceção de um item: o uso de painel de dados. O grupo 1 de universidades aponta o uso de painel de dados em 44,8% e o grupo 2 em 24%. Esse dado enfatiza o painel de dados como uma ferramenta que pode estar mais conectada com o esforço de fazer o monitoramento e avaliação de maneira sistemática.

Gráfico 23 - Órgãos de Controle

A respeito de órgãos de controle (órgãos de auditoria interna, externa, controladorias, tribunais de contas, etc.), já ocorreram alguns dos casos abaixo?



Fonte: elaboração própria.

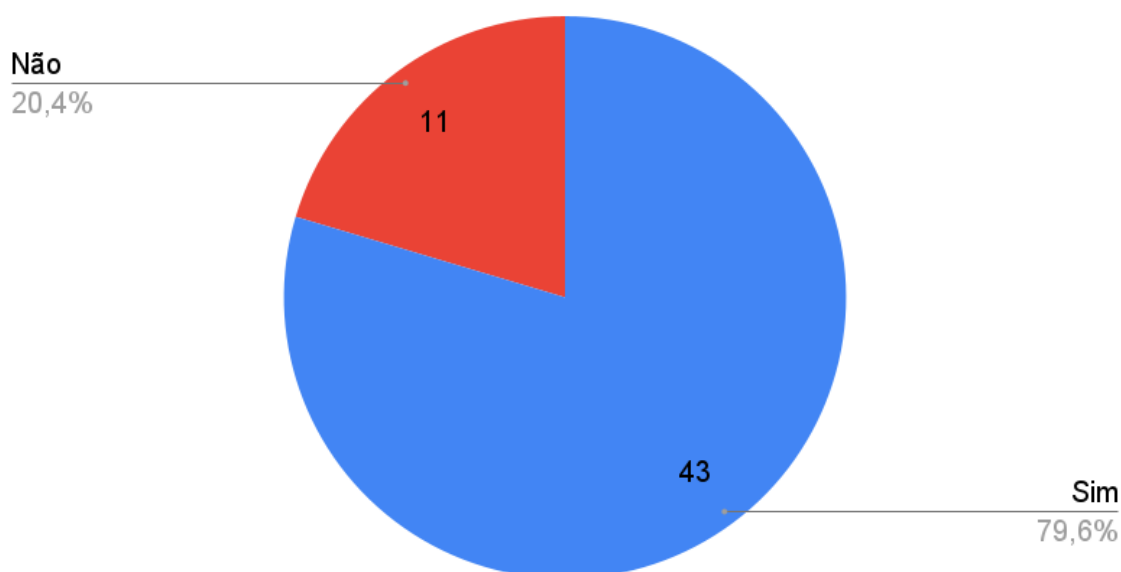
O gráfico 23 apresenta as respostas para a pergunta a respeito de atuação de órgãos de controle, seja avaliando ou indicando a necessidade de ações de M&A. Nesta resposta poderia ser respondido mais de um item. A maioria das instituições aponta atuação de órgãos de controle: 72,2% já foram avaliadas por auditorias internas, 79,6% já foram avaliados por auditorias externas. Houveram 75,9% das universidades respondentes afirmando que órgãos de controle já indicaram a necessidade destas instituições de criarem ou melhorarem ações e ferramentas de M&A. Ainda, 5,6% indicaram nunca terem passado por atuações de órgãos de controle.

No relatório da CGU (BRASIL, 2017b) aponta que 58 universidades foram auditadas na ocasião dos estudos, 84,06% das 69 universidades (número atual), ou seja, 11 universidades não passaram por auditorias externas nessa situação (15,94%). Já o número de universidades que responderam já terem sido avaliadas por auditoria externa foi de 43, dentre as 54 respondentes desta pergunta, ou seja, 11 universidades afirmaram que não passaram por auditorias externas. É possível que entre as universidades que respondeu não terem sido auditadas realmente

estão entre as instituições não auditadas, mas pode-se interpretar que os servidores respondentes não tivessem o conhecimento de uma auditoria de oito anos passados.

Gráfico 24 - Ações de AE e M&A

Todas as ações com destinação de recursos do Programa de Assistência Estudantil são Monitoradas e/ou Avaliadas?

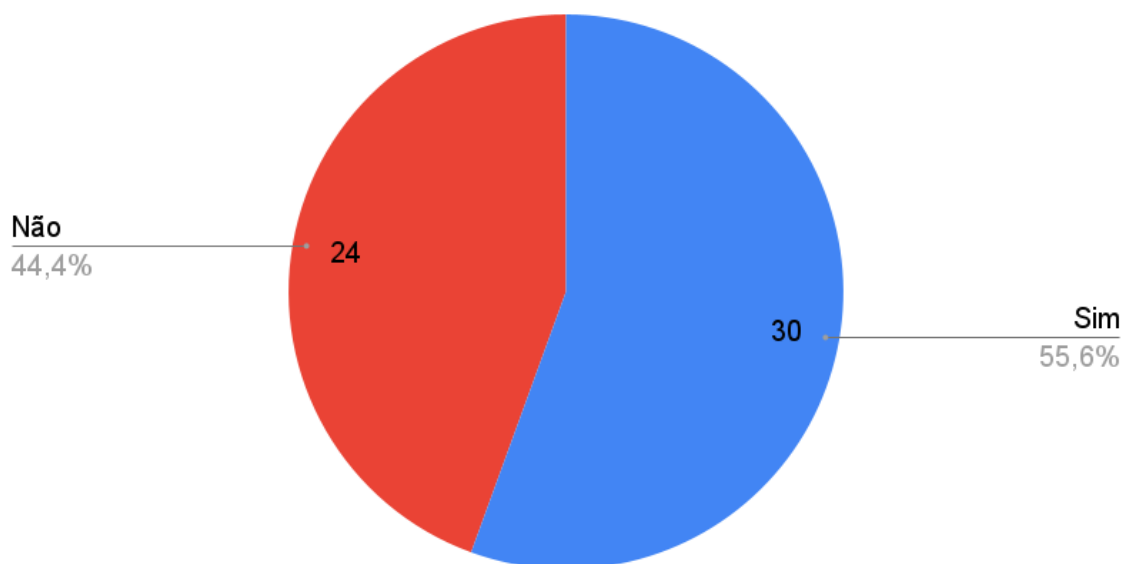


Fonte: elaboração própria.

No gráfico 24 são expostas as respostas a respeito do questionamento sobre a atuação das instituições com ações de M&A em todas as ações com destinação de recursos executadas pela assistência estudantil. Pretendeu captar com essa pergunta se apenas parte ou todo o programa é avaliado e acompanhado. Foram 43 respostas afirmativas, 79,6% informam que todas as ações envolvendo recursos do PNAES são monitoradas e/ou avaliadas. A questão não se aprofunda em entender se todas as ações têm ferramentas contínuas e sistemáticas, mas depreende-se que pelo menos alguma ação já foi aplicada para avaliar e/ou monitorar a maioria das atividades empreendidas pelos programas de assistência estudantil.

Gráfico 25 - Normativa referente a M&A

Há alguma normativa da instituição referente a ferramentas e ações de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil?



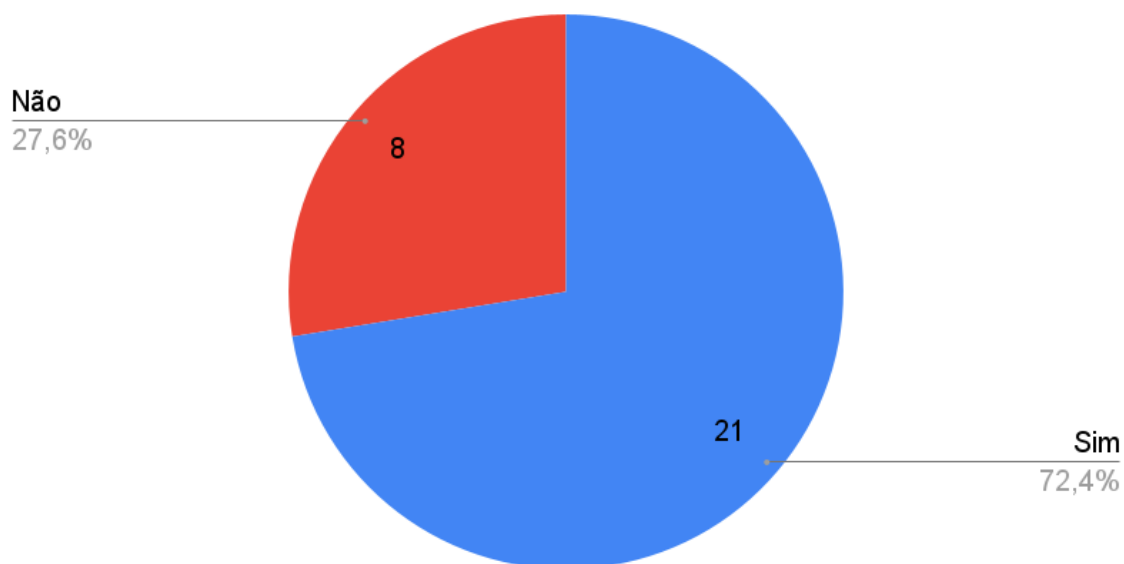
Fonte: elaboração própria.

No gráfico 25 estão expostas as respostas sobre a existência de normativas que fazem referência a ferramentas e ações de M&A na AE. Este questionamento apresenta 24 respostas negativas, 44,4% das instituições respondentes desta questão informam não possuírem nenhum instrumento de norma que envolva questões de acompanhamento e avaliação dos programas de assistência estudantil.

Como apontado no aporte teórico, o instrumento normativo é por excelência a maneira de se colocar para a ação no serviço público. A inexistência de mecanismo, bem como a necessidade de construção, são apontadas na pesquisa bibliográfica (PINTO, 2015) (ALMEIDA, 2018). Considera-se a relação de 24 instituições um número expressivo, demonstrando uma lacuna nas ferramentas de M&A das instituições, o que reforça a importância do produto técnico fruto desta pesquisa.

Gráfico 26 - Normativa referente a M&A (Grupo 1)

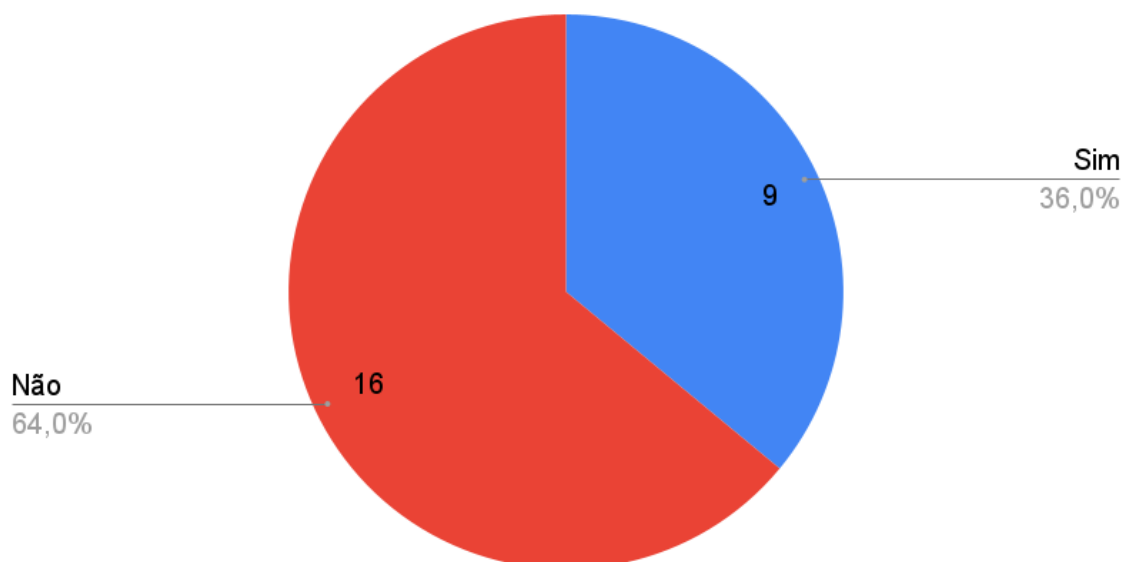
Grupo 1 - Há alguma normativa da instituição referente a ferramentas e ações de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil?



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 27 - Normativa referente a M&A (Grupo 2)

Grupo 2 - Há alguma normativa da instituição referente a ferramentas e ações de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil?



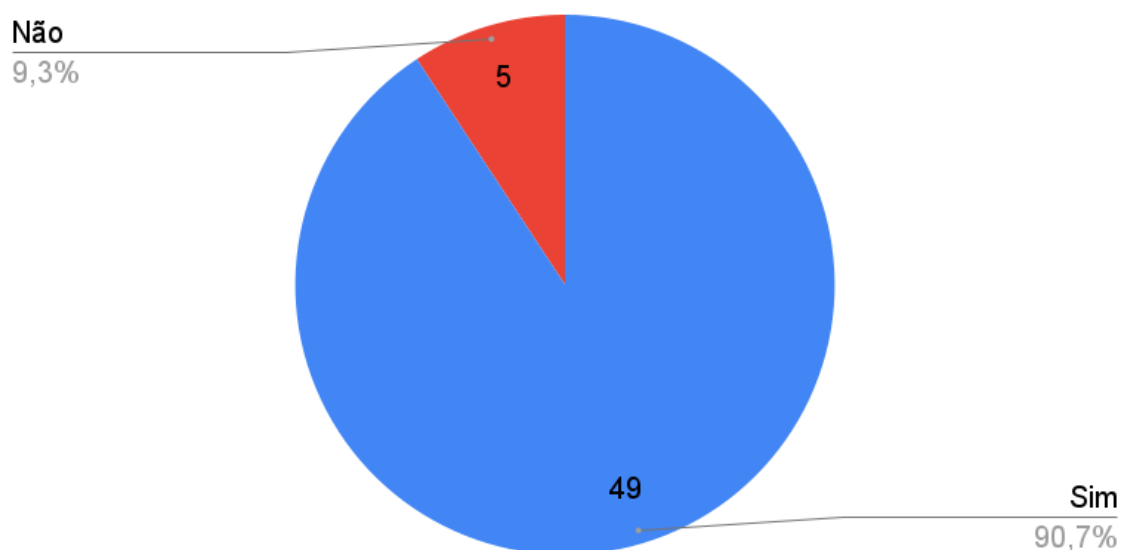
Fonte: elaboração própria.

Os gráficos 26 e 27 são as respostas separadas do gráfico 25 entre o grupo 1 e o grupo 2, respectivamente. Aqui se observa o dobro de pontos percentuais entre os

grupos na resposta afirmativa: grupo 1 com 72,4% e grupo 2 com 36%. As universidades que respondem monitorar e avaliar os programas de assistência estudantil apontam consistentemente refletir em normativas estas ações.

Gráfico 28 - Tomada de Decisão

As informações fornecidas pelas ferramentas e ações de Monitoramento e Avaliação do Programa Assistência Estudantil são utilizadas e influenciam a tomada de decisão da gestão da política na Instituição?

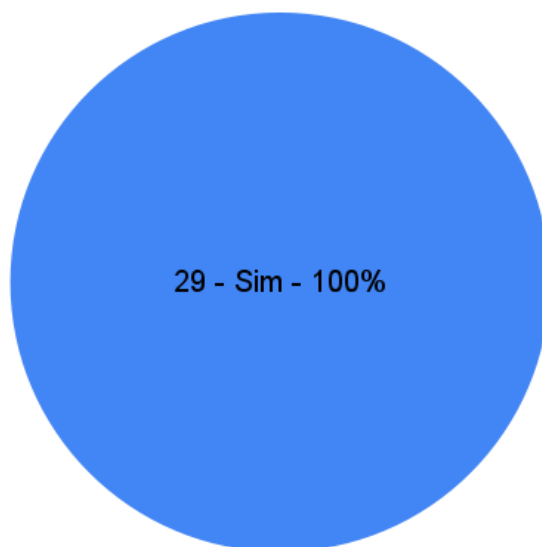


Fonte: elaboração própria.

O gráfico 28 apresenta os dados coletados pelas respostas referentes ao questionamento de se as instituições utilizam as informações produzidas pelas ações de monitoramento e avaliação para influenciar a tomada de decisão na gestão dos programas de assistência estudantil. Aqui há a expressiva maioria das respostas afirmativas, 90,7%, o que está de acordo com as definições e objetivos do uso de ferramentas de M&A (GERTLER; MARTÍNEZ; PREMAND; RAWLIGS; VERMEERSCH, 2018b, p. 18) (JANNUZZI, 2013, p. 8) (IJSN, 2018c, p. 47 e 48). Entretanto, apesar de número pequeno, é estranho haver 9,3% de instituições que afirmam não usar as informações para a tomada de decisão.

Gráfico 29 - Tomada de Decisão (Grupo 1)

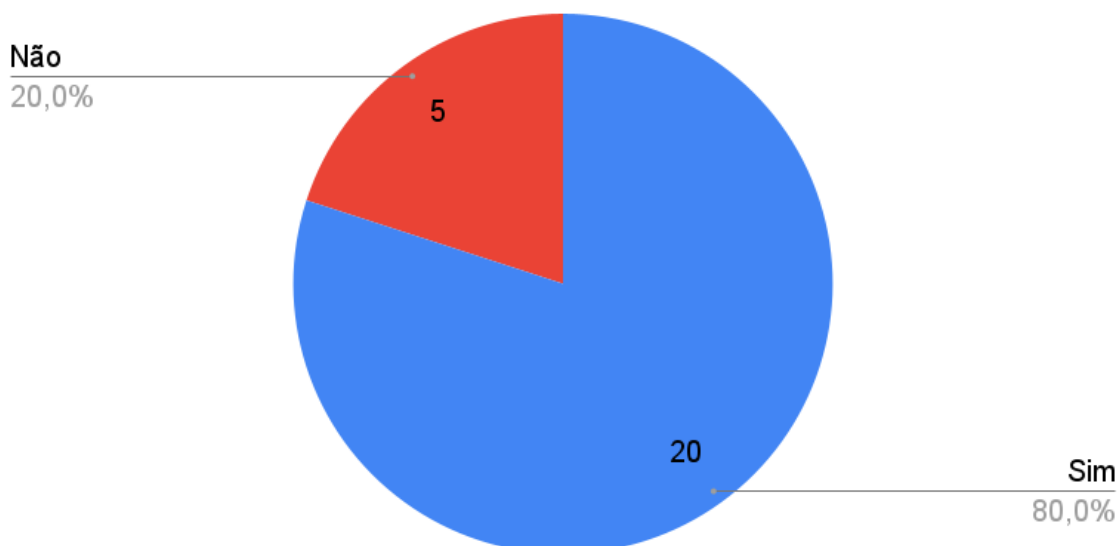
Grupo 1 - As informações fornecidas pelas ferramentas e ações de Monitoramento e Avaliação do Programa Assistência Estudantil são utilizadas e influenciam a tomada de decisão da gestão da política na Instituição?



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 30 - Tomada de Decisão (Grupo 2)

Grupo 2 - As informações fornecidas pelas ferramentas e ações de Monitoramento e Avaliação do Programa Assistência Estudantil são utilizadas e influenciam a tomada de decisão da gestão da política na Instituição?



Fonte: elaboração própria.

Os gráficos 29 e 30 são as respostas separadas do gráfico 28 entre o grupo 1 e o grupo 2, respectivamente. Todas as universidades do grupo 1 apontam influência das informações fornecidas pela aplicação das ações e ferramentas de avaliação e monitoramento, já o grupo 2, 80% das universidades respondem afirmativamente.

4.3. USO DE INDICADORES NO M&A DA AE

Os gráficos apresentados nesta sessão ilustram as respostas correspondentes a perguntas sobre o uso de indicadores no Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil das Instituições respondentes.

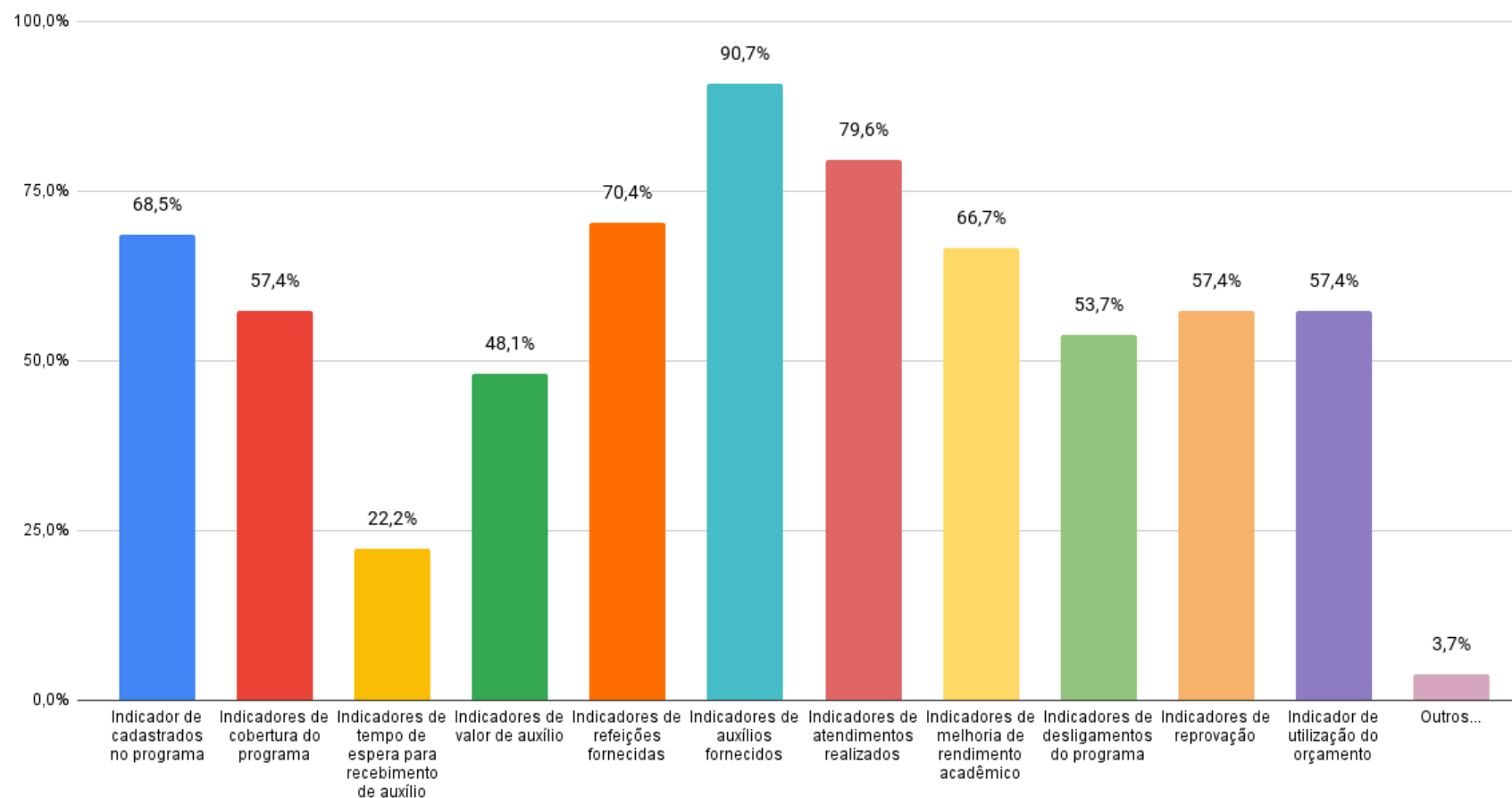
O gráfico 31 apresenta as respostas referentes ao questionamento sobre o uso de indicadores que informam a situação intermediária do processo do programa. Nesta questão foi possível responder mais de uma opção.

Os indicadores mais utilizados pelas instituições são referentes aos auxílios fornecidos pelos programas, 90,7% das universidades respondentes apontaram seu uso. Abaixo, mas que também se destacam aparecem indicadores de atendimentos realizados, 79,6%, indicadores de refeições fornecidas, 70,4%, indicadores de cadastrados no programa, 68,5% indicadores de melhoria de rendimento acadêmico, 66,7%.

O apontado como menos utilizado foram indicadores de tempo de espera para recebimento de auxílio, apenas 22,2% das universidades sinalizam adotar. Entre os apontados dentro do item “Outros...” (3,7%) estão: “Indicador de vulnerabilidade socioeconômica (% de estudantes atendidos por programa com avaliação socioeconômica realizada na Diretoria de Desenvolvimento Social)”; “Indicadores de permanência com os auxílios”.

Gráfico 31 - Principais Indicadores Intermediários

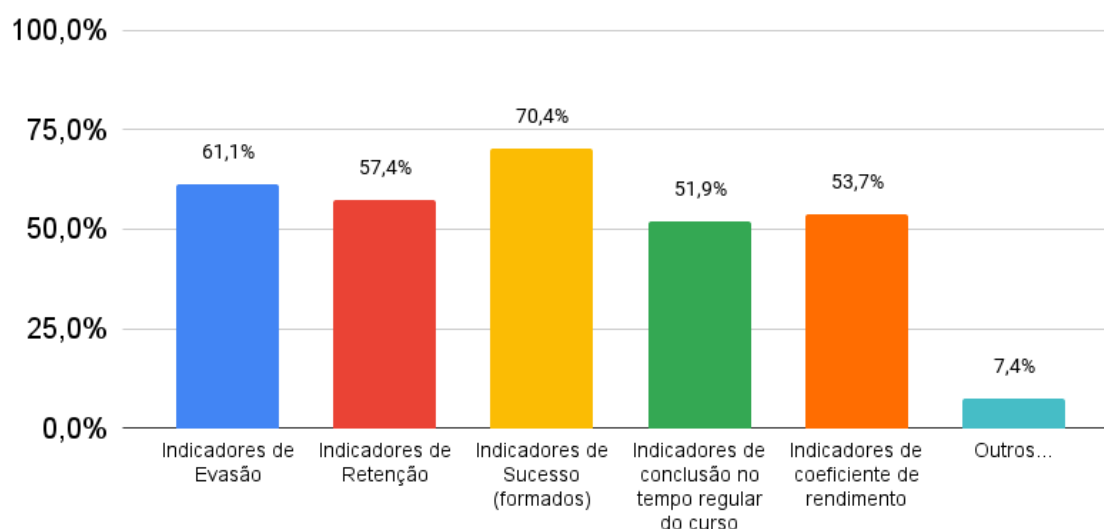
Quais os principais indicadores de operações/produto/intermediários abaixo já foram ou são utilizados no Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil da instituição?



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 32 - Principais Indicadores de Resultado

Quais os principais indicadores de resultado/impacto/finalísticos abaixo já foram ou são utilizados no Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil da instituição?



Fonte: elaboração própria.

O gráfico 32 apresenta as respostas para o questionamento a respeito do uso de indicadores de resultado do programa de assistência estudantil. Nesta questão mais de um item poderia ser marcado. As instituições respondentes apontaram o seguinte uso dos indicadores: indicadores de Sucesso (formados), 70,4%; indicadores de evasão, 61,1%; indicadores de retenção, 57,4%; indicadores de coeficiente de rendimento, 53,7%; indicadores de conclusão no tempo regular do curso, 51,9%.

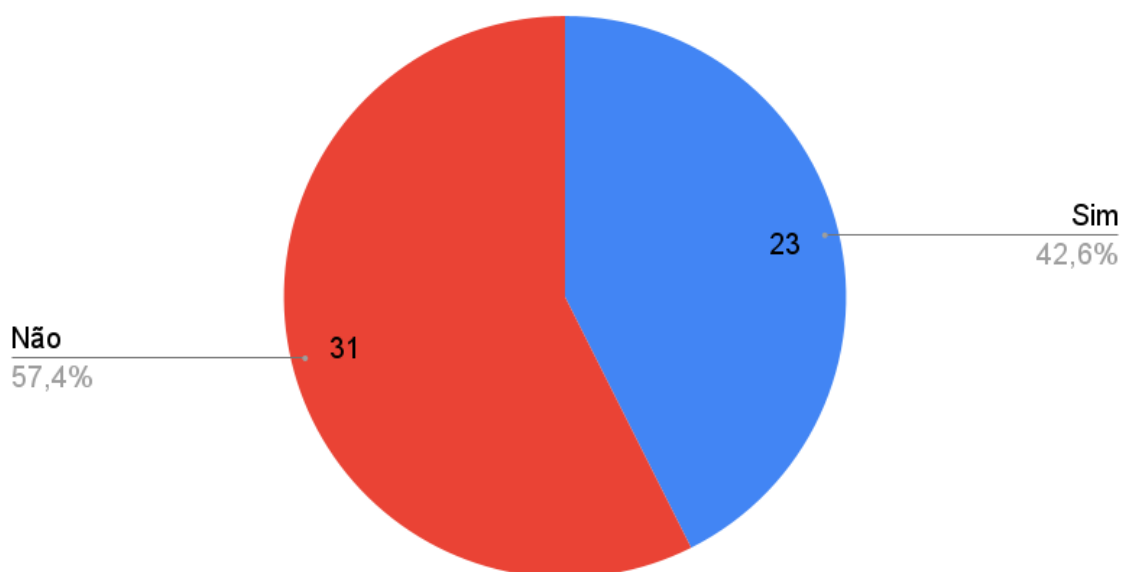
O decreto PNAES (BRASIL, 2010) fixa que as instituições devem fixar “mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES” e que entre os objetivos do PNAES estão especificamente “reduzir as taxas de retenção e evasão”. Sendo assim, considera-se baixo a prevalência de uso dos indicadores de evasão e retenção, e urgente a implementação.

As universidades apontaram 7,4% de outras respostas: (1) “Indicador de assistidos participantes de projetos de iniciação e programa de extensão”; (2) “Estamos ainda consolidando estas ações.”; (3) “Cobertura do Programa - relação

entre renda per capita familiar e participação nos programas de assistência estudantil.”; (4) “NÃO HÁ INDICADORES DE IMPACTO FINALISTICO”. As respostas (1) e (3) podem ser consideradas referentes a indicadores intermediários.

Gráfico 33 - Notas metodológicas de Indicadores

Há exposição de notas metodológicas explicando a produção, detalhes, limitações e como são calculados os indicadores?

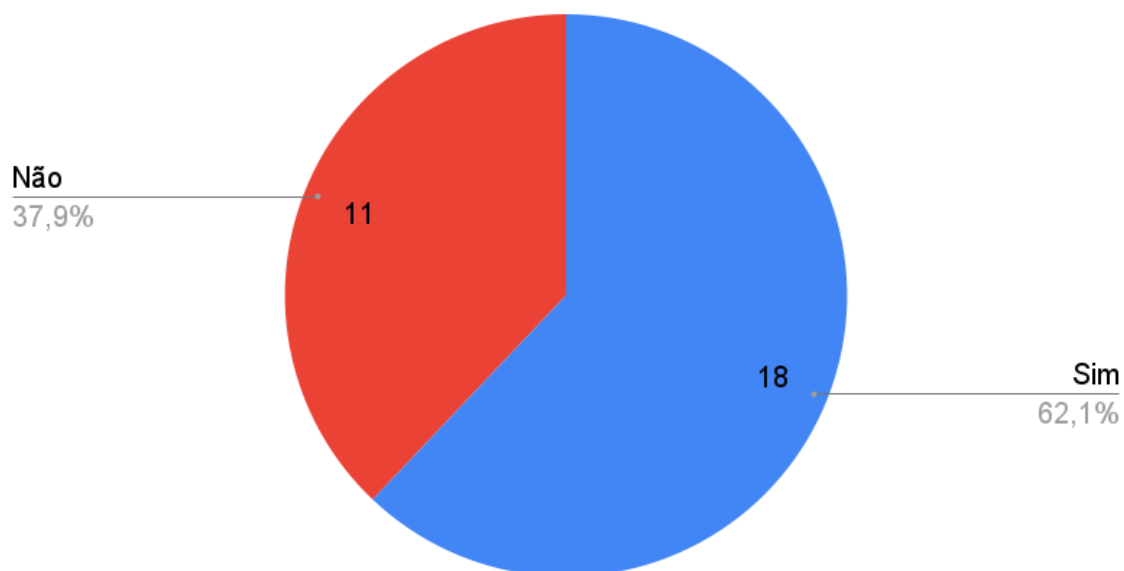


Fonte: elaboração própria.

No gráfico 33 são expostas as respostas para a pergunta sobre a exposição de notas metodológicas sobre o cálculo dos indicadores. A maior parte das instituições informa que não há transparência de informações sobre detalhes de como são calculados os indicadores, 57,4%.

Gráfico 34 - Notas metodológicas de Indicadores (Grupo 1)

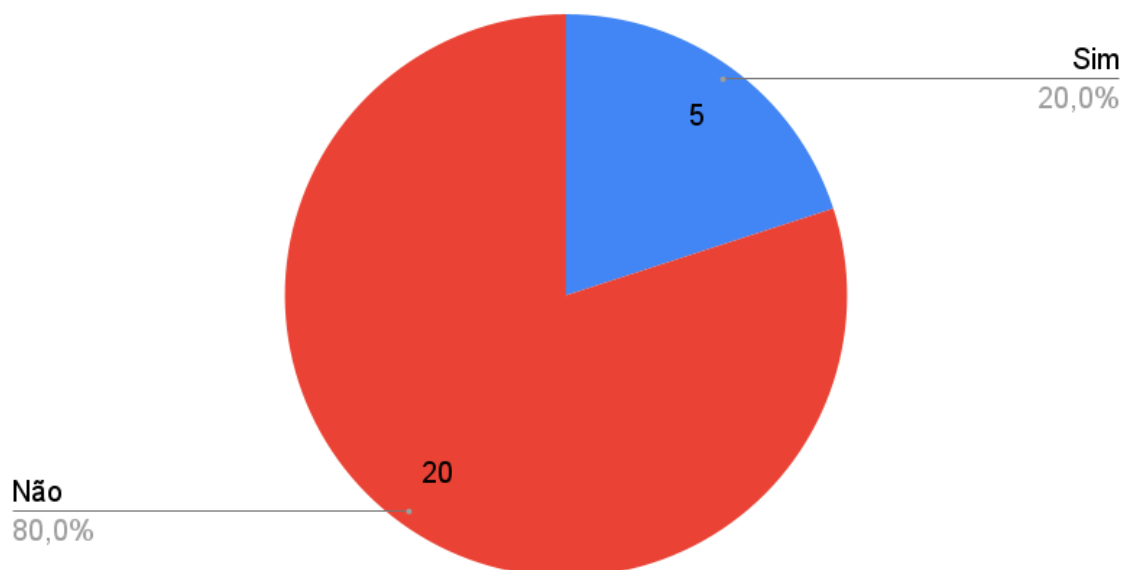
Grupo 1 - Há exposição de notas metodológicas explicando a produção, detalhes, limitações e como são calculados os indicadores?



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 35 - Notas metodológicas de Indicadores (Grupo 2)

Grupo 2 - Há exposição de notas metodológicas explicando a produção, detalhes, limitações e como são calculados os indicadores?

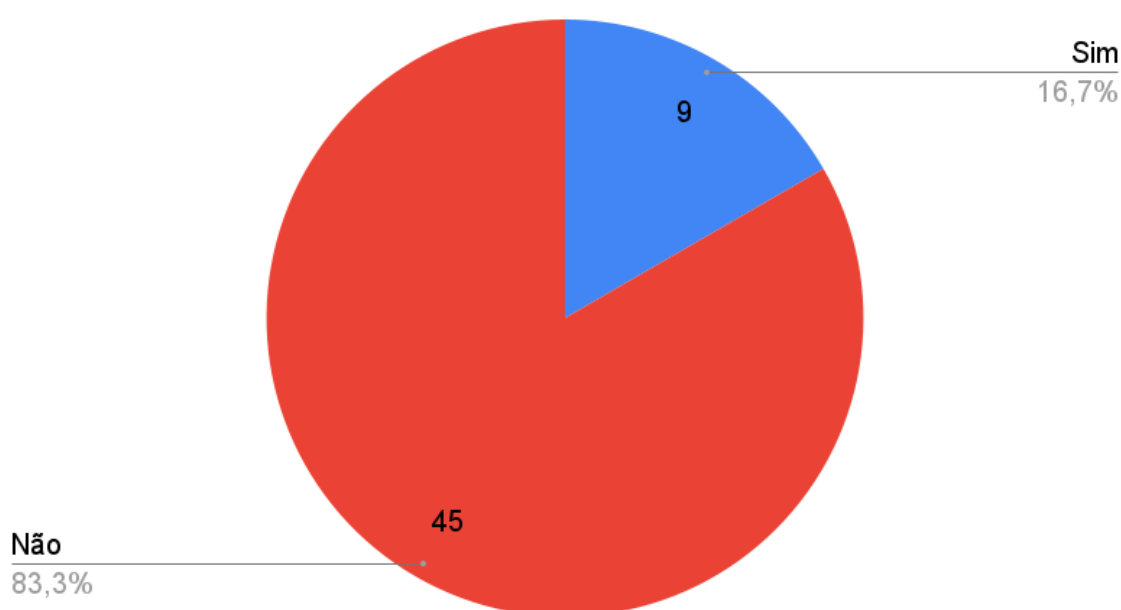


Fonte: elaboração própria.

Os gráficos 34 e 35 são as respostas separadas do gráfico 33 entre o grupo 1 e o grupo 2 respectivamente. Nesta pergunta também há expressiva diferença em pontos percentuais na frequência de respostas afirmativas entre os grupos: grupo 1, 62,1% e grupo 2, 20%. Parece ser uma preocupação maior entre as universidades que afirmam sistematicamente monitorar e avaliar a AE terem expor notas metodológicas dos indicadores utilizados.

Gráfico 36 - Padronização de indicadores

Há padronização de indicadores para comparação entre outras instituições?



Fonte: elaboração própria.

O gráfico 36 apresenta respostas sobre a pergunta a respeito da padronização dos indicadores com outras instituições. A grande maior parte das universidades respondentes afirma que não há padronização, 83,3%.

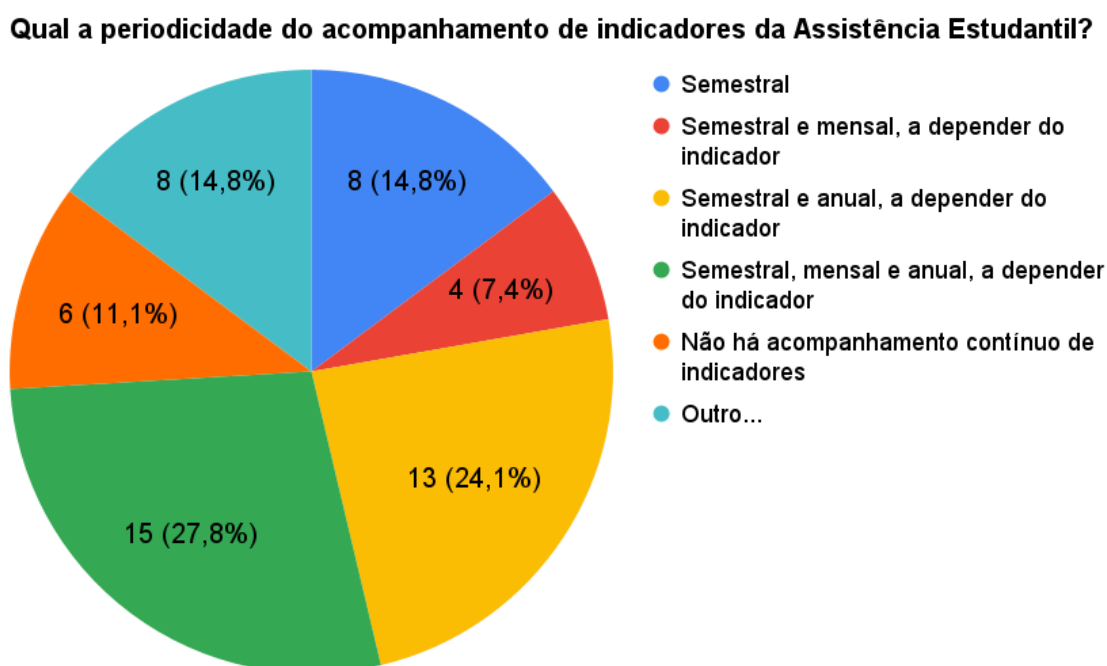
As perguntas dos gráficos 33 e 36 vão ao mesmo sentido: entender se há a preocupação de permitir e buscar a padronização e a comparação entre os programas de assistência estudantil das universidades.

A autonomia das Universidades federais permite a execução das ações de acompanhamento e avaliação, como demandado pelo decreto do PNAES, da

maneira como decidirem apropriado. Entretanto, há ganhos importantes em poder comparar os vários programas de assistência estudantil com métricas padronizadas. O próprio ato de monitorar se torna mais consistente, com observações comparáveis para localizar a atuação e nortear.

Como levantado na pesquisa bibliográfica, apontam-se a falta de ações centralizadas na esfera federal no acompanhamento do PNAES, seja com definição e padronização de indicadores, seja com suporte às Ifes, e também a falta de ferramentas de M&A de toda a política, sendo o decreto PNAES vago neste aspecto (LIMA; MENDES, 2020, p.211 e p.214) (SANTOS, 2016, p. 12) (SOUZA; COSTA; 2020, p.371) (ALMEIDA, 2018, p.79) (BRASIL, 2017b, p.21) (BRASIL, 2019, p.11 e 12).

Gráfico 37 - Periodicidade de acompanhamento de indicadores I



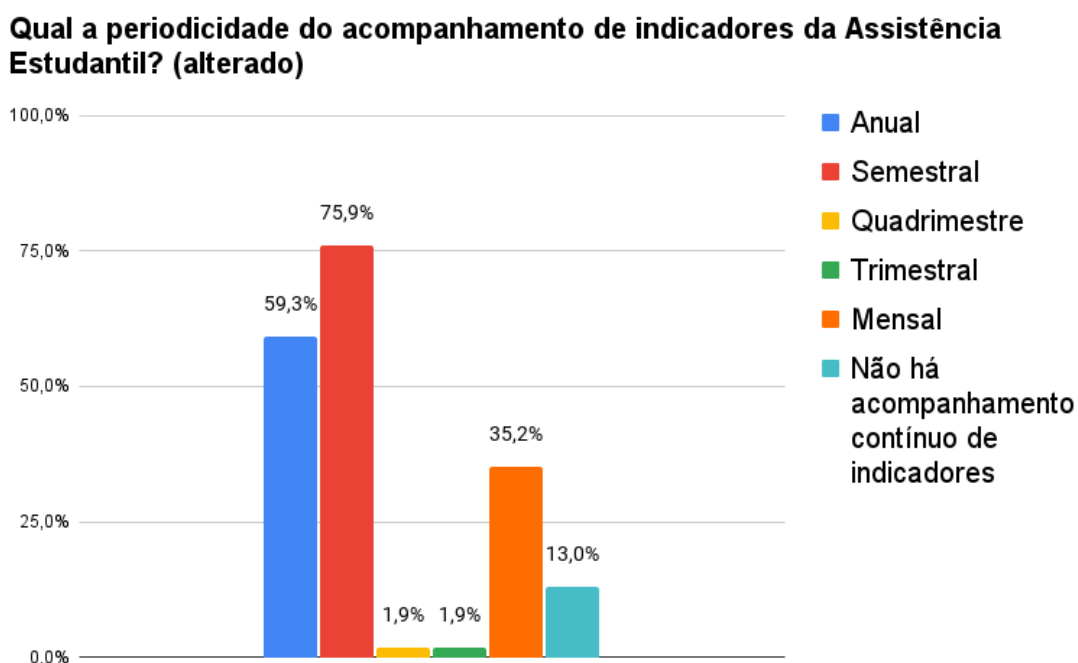
Fonte: elaboração própria.

O gráfico 37 apresenta as respostas sobre periodicidade do acompanhamento dos indicadores. A resposta que apresentou maior frequência entre as universidades respondentes foi “Semestral, mensal e anual, a depender do indicador”, 27,8%.

As respostas ao item “Outros...” foram as seguintes: “Acompanhamento anual, pois um curso inicia o seu semestre letivo no meio do ano”; “O acompanhamento dos indicadores será iniciado a partir do ano de 1, com a aprovação da Política de Assistência Estudantil da universidade. Os indicadores estão definidos nesta política”; “Anual”; “Anual”; “Semestral, mas com divulgação anual; “Anual”; “O regime letivo na (...)”²² é quadrimestral, e acompanhamento acontece a cada quadrimestre.”; “Trimestral”.

Haja vista a característica desta pergunta, que apresentou respostas com informações repetidas (o item semestral aparece em 4 respostas, entendendo que seria a frequência básica nas instituições) e haja vista as respostas surgidas na opção de resposta aberta, foi realizada a construção do gráfico 38 para melhor apresentação dos dados.

Gráfico 38 - Periodicidade de acompanhamento de indicadores II



Fonte: elaboração própria.

O gráfico 38, tal como o gráfico 37, apresenta as respostas da periodicidade do acompanhamento de indicadores, mas dividindo as respostas originais do

²² Suprimido para não identificar a instituição respondente.

questionário, e somando o que foi informado na resposta aberta (opção “Outros...”). O parâmetro de 100% se refere às 54 universidades respondentes.

Assim, a depender dos indicadores e da característica das universidades e dos programas, foi possível identificar que em 75,9% das instituições respondentes há a utilização da periodicidade semestral de acompanhamento de indicadores, 59,3% utilizam a periodicidade anual, 35,2% acompanham mensalmente, 1,9% acompanham trimestralmente, 1,9% quadrimestralmente, e ainda 13% não possuem acompanhamento contínuo de indicadores.

Ao final do questionário, foi realizada uma pergunta com espaço aberto para envio de links e informações sobre normativas, relatórios, painéis de dados, entre outras ferramentas e ações da assistência estudantil. Das 58 respondentes, 31 (53,45%) enviaram alguma resposta neste campo. Pode-se destacar aqui o envio de painéis de dados de indicadores da universidade e da assistência estudantil, páginas de transparência, relatórios, pesquisas acadêmicas e algumas normativas.

Neste capítulo de análise de dados e discussões foi possível apresentar a pesquisa realizada junto às universidades federais por meio de questionário sobre as ações e ferramentas utilizadas no Monitoramento e Avaliação de Programas de Assistência Estudantil. O próximo capítulo, as considerações finais, encerrará este trabalho, resumindo os resultados e achados desta dissertação, apontando limitações e indicações de pesquisas futuras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se inicia observando a problemática das ações e ferramentas de monitoramento e avaliação que não são empregadas de maneira sistemática pela política pública de assistência estudantil implementada pela Universidade Federal do Espírito Santo, como fica evidenciado em respostas às auditorias internas em protocolos da Ufes, problemática observada em outras universidades, como apontado pela literatura. Este problema se resumiu na questão: Qual o contexto e a efetividade de ações e ferramentas de monitoramento e avaliação em uma política pública de assistência estudantil nas universidades públicas federais?

Partindo desta questão, formulou-se o objetivo central de identificar subsídios ao desenvolvimento de monitoramento e avaliação contínuo e sistemático para programas de assistência estudantil de universidades federais brasileiras. Para cumprir este objetivo, foi realizado questionário junto às universidades federais, questionando as ações e ferramentas utilizadas no Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil. Os dados produzidos foram analisados à luz de pesquisa bibliográfica sobre os estudos de M&A da AE no Brasil.

5.1. COMPÊNDIO DOS RESULTADOS

No capítulo 5, de análise dos dados e discussões, foi possível alcançar achados e resultados significativos sobre a temática. Os principais achados e resultados são resumidos a seguir.

Foi observado nos dados um número considerado alto de universidades que adotam ou já adotaram ações de M&A da AE (92,8% das respondentes), contrapondo a literatura sobre o tema. Pode-se entender como o viés da literatura de estudar casos que já apontam não haver ações de M&A como problema de pesquisa, mas também como um amadurecimento dos programas que estão desenvolvendo, com o passar dos anos, melhores ferramentas de monitoramento e avaliação. Entende-se que há esforço das instituições em implementar

ferramentas de M&A, que podem ser melhor guiadas, já que os dados também apontam várias lacunas na prática destas ações.

Na literatura e nos dados observou-se que é identificado pelos executores da política à importância das ações de M&A, mas que nem sempre isso se reflete na prática, tendo instituições que afirmam não utilizar informações para a tomada de decisão. Talvez esta desconexão seja exatamente por não ser tão palpável o impacto que se pode ter com monitoramento e avaliações sistemáticas que conduziram a decisões mais acertadas nos rumos dos programas.

A maioria das instituições respondentes aponta não utilizarem de incentivos para o uso das informações e evidências do monitoramento (74%). Vislumbra-se aí uma possível lacuna nos mecanismos de monitoramento e avaliação. As instituições poderiam institucionalizar reuniões periódicas com o objetivo específico de sensibilizar a importância do M&A, discutir os dados e resultados produzidos no monitoramento e nas avaliações, e apontar caminhos futuros conforme as informações e as evidências.

Pela análise dos dados, constatou-se que há espaço para desenvolver mais atuação da comunidade universitária em ações de M&A da AE, em especial o uso de avaliações diversas. As instituições podem buscar parcerias com departamentos, programas e grupos de estudos da universidade, possibilitando o aumento de pesquisas e avaliações executadas por pesquisadores, professores, discentes de mestrado e de doutorado. Por meio destas parcerias, poder-se-ia disponibilizar o setor da AE com acesso facilitado aos dados, o que no geral é um dificultador de muitas pesquisas, e podendo, assim, gerar informações valiosas para a tomada de decisão dentro da assistência estudantil.

Os dados coletados pelo questionário também apontaram que muitas universidades não possuem instrumentos normativos constituindo as ações e ferramentas que serão adotados para o M&A da AE (46,2% das respondentes), uma clara lacuna na institucionalização do acompanhamento e avaliação da política. Tal fato corrobora a importância do produto técnico produzido pela atual pesquisa.

Foi encontrado um possível desequilíbrio entre o uso de dados e análises de caráter quantitativo e qualitativo, com o uso de informações qualitativas prejudicada. Entende-se que a combinação entre as diferentes fontes de dados e tipos de análises poderá abranger as informações sobre os beneficiários, capaz de identificar caminhos mais acertados para a política.

Observou-se que um número considerado baixo de universidades indicou utilizar indicadores de evasão e retenção (61,5% e 57,7% respectivamente). O decreto PNAES é claro na necessidade de acompanhamento da política, e que entre os objetivos estão a redução das taxas de retenção e de evasão.

Foram identificadas barreiras à padronização e comparação de indicadores entre aos programas de assistência estudantil das universidades. Foi indicado por várias universidades a não transparência no cálculo dos indicadores, impossibilitando que outras universidades utilizem como referência. Na literatura, ficou evidente a inércia na centralização do acompanhamento do PNAES pelo governo federal, que também peca ao não guiar o monitoramento e avaliação local, com indicação de padrões mínimos de controle, de execução, e que permita comparações.

O quadro 7 compila o resumo dos subsídios ao desenvolvimento de Monitoramento e Avaliação de programas de assistência estudantil conforme a pesquisa realizada.

Quadro 7 - Resumo dos Subsídios ao desenvolvimento de M&A da AE

Resumo dos Subsídios ao desenvolvimento de Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil
-Desenho da Política de Assistência estudantil bem delineado
-Indicadores definidos com base no desenho da Política
-Padronização metodológica de indicadores propiciando comparação entre as universidades
-Periodicidade de acompanhamento conforme indicador e ciclo universitário
-Metas claras, realistas e objetivas
-Instrumento normativo local que institucionaliza as ações e ferramentas de M&A

-Incentivo à pesquisa e avaliações da assistência estudantil pela comunidade universitária
-Replicação de avaliações já realizadas em outras instituições
-Avaliações e análise multi-método, qualitativa e quantitativa
-Atuação conjunta com demais setores da universidade para efetivar demandas específicas para efetivação do M&A
-Informatização e automação de todo o processo de M&A
-Transparência e Publicização ampla e facilitada dos resultados de M&A
-Efetivação institucionalizada do uso das evidências nas tomadas de decisão

Fonte: Elaboração Própria

5.2. ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS, PRODUTO TÉCNICO E CONTRIBUIÇÕES

Ao final da pesquisa, com os achados e resultados definidos, podem-se retomar os objetivos propostos nesta dissertação, e avaliar o cumprimento de cada um:

Quadro 8 - Atendimento dos Objetivos

Objetivos	Atendimento
(objetivo geral) identificar subsídios ao desenvolvimento de monitoramento e avaliação contínuo e sistemático para programas de assistência estudantil de universidades federais brasileiras.	Atendido, conforme achados em pesquisa bibliográfica e dados do questionário.
(específico - a) detectar as ações e ferramentas de monitoramento e avaliação da assistência estudantil utilizadas nas universidades federais brasileiras.	Atendido, conforme dados do questionário.
(específico - b) discutir as condicionantes da prática de monitoramento e avaliação de uma política pública de assistência estudantil.	Atendido, conforme pesquisa bibliográfica.
(específico - c) analisar as práticas e evidências produzidas acerca de ações e ferramentas de avaliação e monitoramento de programas de assistência.	Atendido, conforme achados da pesquisa bibliográfica e dados do questionário.

Fonte: Elaboração Própria

Todos os objetivos foram atendidos com uma combinação da pesquisa bibliográfica e a aplicação do questionário, bem como a análise e discussão dos dados. Foi possível detectar as ações e ferramentas do M&A da AE nas universidades com o alto número de respostas e dados produzidos nos questionários apresentados no capítulo 4. As condicionantes da prática de M&A da AE foram investigadas no capítulo 3 por meio da pesquisa bibliográfica realizada. No capítulo 4 foi possível analisar as práticas e as evidências do M&A de programas de AE à luz do aporte teórico e da pesquisa bibliográfica.

Ao final, com o atendimento de todos os objetivos específicos, foi possível identificar claramente subsídios ao desenvolvimento de M&A da AE em universidades brasileiras, resumidas neste capítulo 5.

Foi possível reunir subsídios em vários níveis de práticas de monitoramento e avaliação para além de pesquisas em experiências individuais (PINTO, 2015) (PENHA, 2015) (ELOI, 2018) (ALMEIDA, 2018) (SOUZA; COSTA, 2020) (LIMA, 2020) e pesquisas voltadas apenas para avaliação (LIMA, MENDES, 2020) (SANTOS, 2016) (LIMA, FERREIRA, 2016). Neste trabalho utilizou do PROAES-UFES como um caso de um programa de assistência estudantil, mas não se destina exclusivamente a este, tendo aí seu diferencial e contribuição.

Esta pesquisa também contribui com uma pesquisa bibliográfica da literatura recente do tema, bem como apresentando um mapeamento dos estudos sobre o tema, que expandiram nacionalmente nos últimos cinco anos.

Com base em todos os achados e resultados desta pesquisa, foi construído, como Produto Técnico desta dissertação de mestrado profissional, proposta de normativa para a institucionalização do Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo, que pode ser utilizado como base por outras Ifes, encontra-se no Apêndice 3.

Entende-se que um instrumento normativo é a ação adequada para fazer evidente o que deve ser efetivado no serviço público. Sendo assim, os achados desta

pesquisa foram condensados nesta normativa: são as ações que devem existir para pôr em prática o monitoramento e avaliação do PROAES-UFES.

Com os resultados encontrados, bem como o produto técnico desenvolvido, será possível dar base a outras instituições e programas de assistência estudantil que pretendem iniciar ou fortalecer as práticas de M&A, norteando este exercício.

Esta pesquisa foi executada em aderência à linha de pesquisa 1 e ao projeto estruturante 1 do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública: Linha 1: Política, Planejamento e Governança Pública; Projeto estruturante 1: Governo, Políticas públicas e Planejamento: O Governo por meio de Políticas Públicas. Processo e Etapas: agenda, elaboração, formulação, planejamento, execução, acompanhamento, avaliação. Impacto de Políticas Públicas. Indicadores de desempenho. A linha de pesquisa destacada é descrita como capaz de habilitar a “atuar no planejamento, controle, avaliação e monitoramento da condução de políticas públicas que visam à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos”, em acordo com o que foi realizado neste trabalho.

Entende-se que este trabalho traz a possibilidade de ser replicado em outros níveis, e tal situação se torna relevante como na execução de questionário semelhante em outros grupos de instituições, como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologias, bem como em momento futuro nas Universidades federais para identificar novo cenário, inclusive expandindo o questionário.

Nesta pesquisa, consideram-se algumas características de inovação, como o questionário produzido com base em junção de vários contextos e entendimentos da prática de monitoramento e avaliação conforme pesquisa bibliográfica, e a execução a execução de pesquisa por meio de um questionário cobrindo o tema de monitoramento e avaliação nos setores de assistência estudantil, não encontrando trabalho com estas características em semelhança.

5.3. LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS

Entre limitações desta pesquisa, vale salientar que, por mais que se tenha tido a preocupação de alinhar as respostas aos conceitos trabalhados na presente pesquisa, como descrevendo e conceituando no questionário alguns termos utilizados, é possível que os respondentes de cada instituição possam ter uma interpretação diferente da pretendida. Por exemplo, poderia se confundir o monitoramento de política, do andamento dos resultados e entregas, com o monitoramento de critérios de permanência na assistência estudantil. Neste exemplo pode haver congruência entre os dois, mas também pode haver o monitoramento de critérios de permanência sem o monitoramento sistemático dos resultados intermediários e finais da política por meio de indicadores.

Apesar do esforço, não foi possível obter respostas da totalidade das universidades, o que pode levar a algum viés nos resultados e achados de um grupo específico de universidades que não responderam e que possuem características semelhantes. Entende-se que esta questão não interfere no cumprimento dos objetivos.

Também como ponto limitante, a pesquisa atual carece de caráter qualitativo que poderia agregar outra camada de análise, com resultados e achados que seriam complementares aos encontrados pela via quantitativa.

Para pesquisas futuras, sugere-se exatamente a expansão desta pesquisa no caráter qualitativo. Também estudar programas de M&A que se destaquem, analisando assim um caso específico, e identificando ali motivos do seu destaque e ações e ferramentas que podem ser replicadas, agregando aos subsídios ao desenvolvimento de M&A da AE encontrados nesta pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Arthur. Schneider. .; PIMENTEL, Luiza. Camporez. .; SOARES, M. L. .; NASCIMENTO-E-SILVA, D. The operational steps of the evaluation processes: a balance of the literature. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 12, p. e362111234288, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.34288. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34288> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

ALMEIDA, Jaqueline Cavalari Sales de. **Avaliação da Implementação do PNAES-Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: Impactos e Resultados para Graduandos com Fragilidade Socioeconômica**. Dissertação (Mestrado em Gestão de políticas Públicas) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí. 2013. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Jaqueline%20Cavalari%20Sales%20de%20Almeida.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

ALMEIDA, Jadson de Arruda. **Monitoramento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma análise do IFPE Campus Belo Jardim**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32324/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Jadson%20de%20Arruda%20Almeida.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

ALMEIDA, Alexandre Nascimento De; SILVA, Pedro Vieira Da; RIBEIRO, Elaine Nolasco. Evaluation of Student Assistance Programs of the University of Brasília (UnB). **Meta** (Rio De Janeiro, Brazil) 13.38, 27-51, 2021. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/2928/pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

ARAUJO, B. The College Assistance Migrant Program: A Valuable Resource for Migrant Farmworker Students. **Journal of Hispanic Higher Education**, v. 10, n. 3, p. 252-265, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1538192711406282> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. Disponível em: <https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Mem%C3%B3rias-Estudantis.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

ARAÚJO, Simone Paiva de. **Análise quantitativa dos dados fornecidos pelos órgãos internos do campus da Ufes em Alegre quanto aos benefícios previstos no PNAES**. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão Pública) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: https://proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/araujo_2018.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

ARENDDT, J. N. The effect of public financial aid on dropout from and completion of university education: evidence from a student grant reform. **Empirical Economics**, Heidelberg, v. 44, n. 3, p. 1545-1562, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00181-012-0638-5> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

ASSIS, Anna Carolina Lili; SANABIO, Marcos Tanure; MAGALDI, Carolina Alves; MACHADO, Carla Silva. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista GUAL**, v. 6, n. 4, p. 125-46, ed. esp. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n4p125/26220> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

AVDIC, D.; GARTELL, M. Working while studying? Student aid design and socioeconomic achievement disparities in higher education. **Labour Economics**, Amsterdam, v. 33, p. 26-40, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0927537115000032> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BAHIA, Leandro Oliveira. **Guia referencial para construção e análise de indicadores**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6154/1/GR%20Construindo%20e%20Analisando%20Indicadores%20-%20Final.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7212/1/arquivototal.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BARBOSA, Alex Trindade; FERREIRA, Eric Batista; REZENDE, Marcelo Lacerda. Indicadores para avaliação do Programa Nacional De Assistência Estudantil (PNAES). **Economia e Desenvolvimento**, v. 32, p. e8-e8, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349208128_Indicadores_para_avaliacao_do_Programa_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_PNAES Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BETTINGER, E. How financial aid affects persistence. In: HOXBY, C. M. College choices: the economics of where to go, when to go, and how to pay for it. Chicago: **University of Chicago Press**, 2004. . Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w10242> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BETZEK, Simone Beatris Farinon. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira**. 2015. 139 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124477> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BOATMAN, A.; LONG, B. T. Does financial aid impact college student engagement?. **Research in Higher Education**, New York, v. 57, n. 6, p. 653-681,

2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11162-015-9402-y>
Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BRAND, Joice Backes. **Análise do impacto dos benefícios PNAES no desempenho acadêmico dos estudantes nos cursos noturnos das áreas sociais e aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande**. 2017. 61 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7600/Joice.pdf?sequence=1> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BRAGA, Maria Conceição de Matos. **A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um estudo comparativo da eficácia na aplicação da verba do Programa Nacional de Assistência Estudantil através do desempenho acadêmico dos estudantes**. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/168648> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de gestão consolidado exercício 2016**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Relatorio_de_Gestao_CAPES_2016.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201701617 - Plano Nacional de Assistência Estudantil - Relatório Consolidado dos Resultados das Gestões do PNAES**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/859038> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201701617 - Plano Nacional de Assistência Estudantil - Relatório Consolidado dos Resultados das Gestões do PNAES**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/855453> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

BROTON, K. M.; GOLDRICK-RAB, S.; BENSON, J. Working for College: The Causal Impacts of Financial Grants on Undergraduate Employment. **Educational Evaluation and Policy Analysis**, v. 38, n. 3, p. 477-494, 2016. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/0162373716638440> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

CÂMARA, Kathiurcia Montovanelli Cazotti. **Programa de assistência estudantil no centro universitário norte do espírito santo**: uma análise de contexto. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão Pública) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_15979_Disserta%E7%E3o%20final.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

CÂMARA, Kathiurcia Montovanelli Cazotti; GOMES, Vanielle Aparecida do Patrocínio; FREITAS, Rodrigo Randow de; NUNES, Isabel Matos; Assistência Estudantil no Ensino Superior Brasileiro: Métodos para avaliação e Monitoramento. **Brazilian Journal of Production Engineering**, 8(3), 122–135, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/38146/25149> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

CAPPELLI, P.; WON, S. How you pay affects how you do: financial aid type and student performance in college. **Cambridge**: NBER, 2016. (Working Paper, n. 22604). Disponível em: <https://bit.ly/31DmSMu> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

CARVALHO, Soraya Comanducci da Silva. **Avaliação da eficácia da política pública de assistência estudantil na Universidade Federal de Lavras**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras – MG, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/1262/2/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20efic%C3%A1cia%20da%20Pol%C3%ADtica%20P%C3%BAblica%20de%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20na%20Universidade%20Federal%20de%20Lavras.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

CARVALHO, Marinez de. **A Assistência Estudantil no IFPR (2015-2019): Avaliação da Efetividade do Pnaes, entre os Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica no Campus Palmas – PR**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel-PR, 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5146> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

CAVALCANTI, Rosangela Wojdela; RASOTO, Vanessa Ishikawa. Avaliação da Eficácia do Programa de Auxílio Estudantil em um Câmpus de Universidade Federal Brasileira. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 28, n. 58, p. 320-338, maio- agosto, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/11920> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

CESPEDES, Juliana Garcia; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; OLIVEIRA, Suzana Cristina Pereira de; ROSA, Anderson Da Silva. Avaliação de Impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio** (Rio De Janeiro, Brazil), 1067-091. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Jbgmjrb7dTJKdFKGHvVPWNC/?lang=pt> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

COLARES, Francine da Conceição; PONTES, Raquel Pereira; FREITAS, Tiarajú Alves de. O efeito do Programa de Acompanhamento e Apoio Pedagógico no desempenho acadêmico dos estudantes de ensino superior. In: **Encontro de Economia da Região Sul**, XXIII, 2020, Evento Online. Anais [...] ANPEC: ANPEC SUL, 2020. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2020/submissao/files_l/i8-d9465031ffb80ff91c60de03ff4be3e0.pdf Acesso 28 de fevereiro de 2023.

COSTA, Manuella. **Vivência acadêmica, resiliência pessoal e satisfação: percepção dos alunos cadastrados na assistência estudantil da universidade federal do espírito santo**; Dissertação (Mestrado profissional em Gestão Pública) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_14420_1.%20Disserta%E7%E3o%20Manuella%20vers%E3o%20FINAL%2001-06.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27499> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

CRUZ, Sibelle Cardia Nunes. **Acesso a programas institucionais e desempenho acadêmico: Uma análise para a Universidade Federal do Rio Grande**. 2018. 79 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Mestrado Profissional de Administração Pública - PROFIAP) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000012491.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, São Paulo, v. 25, p. 148-181, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmbvwx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

DYNARSKI, S. M. Does aid matter? Measuring the effect of student aid on college attendance and completion. **American Economic Review**, Nashville, v. 93, n. 1, p. 279-288, 2003. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=288547 Acesso em 28 de fevereiro de 2023

ELOI, Sueli de Souza Santos. **Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa**. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba. 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/22202/1/texto%20completo.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

ELOI, S. S. S., SILVA, F. C. S., SILVEIRA, S. F. R., & Baêta, O. V. O Programa Nacional de Assistência Estudantil –PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV): uma avaliação na percepção dos beneficiários. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, 106-129. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2019v12n3p106/40583> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

ESTRADA, Adrian Alvarez; RADAELLI, Andressa. A política de assistência estudantil em uma universidade pública; a perspectiva estudantil. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, n. 16, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9359/6210> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

FAVA, H. L.; CINTRA, R. F. Indicadores na Assistência Estudantil: análise nas universidades federais brasileiras. **XXIII Seminários em Administração**, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/364650671_Indicadores_na_Assistencia_Estudantil_Analise_nas_Universidades_Federais_Brasileiras Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

FAVA, Helder de Lima; **Indicadores na Gestão da Assistência Estudantil - Proposta para Implementação**. Produto Técnico Tecnológico (Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. 2021. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-ADMINISTRACAO-PUBLICA/Produto%20T%C3%A9cnico%20e%20Tecnol%C3%B3gico/Relat%C3%B3rio%20T%C3%A9cnico%20-%20Helder%20de%20Lima%20Fava.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

FAVA, Helder de Lima; HALL, Rosemar José; CINTRA, Renato Fabiano. Indicadores Na Assistência Estudantil: O Que A Literatura ‘diz’?. **Jornal de políticas Educacionais**, v. 16, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/83591/46357> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

FERREIRA, M. de F. **Assistência estudantil: uma avaliação a partir do desempenho acadêmico dos discentes da UnB**. 2020. 54 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38810> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

FONTE, Felipe De Melo. **Políticas Públicas e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2021.

GERTLER, Paul J.; MARTÍNEZ, Sebastián; PREMAND, Patrick; RAWLINGS, Laura B.; VERMEERSCH, Christel M. J. **Avaliação de Impacto na Prática**. 2.ed. World Bank Publications, 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25030/9781464808890.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GIÚDICE, J. Z. A. D., LORETO, M. S., & AZEVEDO, D. S. Avaliação de impactos do programa de assistência estudantil: um estudo com egressos. **Serviço Social & Realidade**, 22(1), 2013. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2456> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

GOLDRICK-RAB, S.; KELCHEN, R.; HARRIS, D. N.; BENSON, J. Reducing income inequality in educational attainment: experimental evidence on the impact of financial aid on college completion. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 121, n. 6, p. 1762-1817, 2016. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/685442> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

HADDAD, Mariana Rebello. **O restaurante central como mecanismo de assistência estudantil**: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão Pública) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6311/1/Mariana%20Rebello%20Haddad.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 285-303, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Guia para Avaliar políticas Públicas**. Espírito Santo, 2018a. Disponível em http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/article/6010/00_Guia_para_avalisar_politicas_publicas.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Guia para Avaliar Políticas Públicas**. v. 1. A política é nova? Avaliação ex ante! Espírito Santo, 2018b. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/article/6010/01_Volume-1_A_politica_e_nova-Avalicao_ex_ante_v3.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Guia para Avaliar Políticas Públicas**. v. 2. Como monitorar uma política pública? Espírito Santo, 2018c. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/article/6010/02_Volume-2_Como_monitorar_uma_politica_publica-v2.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Guia para Avaliar políticas Públicas**. v. 3. Avaliação ao alcance de todos: análise executiva. Espírito Santo, 2018d. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/article/6010/03_Volume-

[3_Avaliacao_ao_alcance_de_todos-Analise-Executiva_v3.pdf](#) Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Guia para Avaliar políticas Públicas**. v. 4. E quando a política está em andamento? Avaliação ex post! Espírito Santo, 2018e. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/article/6010/04_Volume-4_E_quando_a_politica_esta_em_andamento-Avaliacao_Ex_post_v2.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, v. 1, p. 4-27, 2013. Disponível em: <https://www.rbaval.org.br/article/10.4322/rbma201305002/pdf/1598015026-5-4.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

JONES, C. O. **An introduction to the study of public policy**. Monterey: Brooks/Cole Pub. Co., 1984.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

LASSWELL, H. D. **The decision process: seven categories of functional analysis**. College Park: University of Maryland Press, 1956.

LIMA, Gillyane Lyndsay Gomes de. **Monitoramento e avaliação de políticas públicas: análise da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior). Universidade Federal da Paraíba. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18160/1/GillyaneLyndsayGomesDeLima_Dissert.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; FERREIRA, Liliâne Caraciolo. Mapeamento E Avaliação Das Políticas Públicas De Assistência Estudantil Nas Universidades Federais Brasileiras. **Meta** (Rio De Janeiro, Brazil) 8.22, 116-48, 2016. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/870/pdf1> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 25, n. 1, p. 199-218, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/6qh3QvDzgG Tk w6H9xV7trhy/?lang=pt#> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

LINDBLOM, C. E. JONES, C. O. **An introduction to the study of public policy**. Monterey: Brooks/Cole Pub. Co., 1984.

MACEDO, Geórgia Dantas. **A eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para permanência de ingressantes do sistema de cotas na UFPB**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - UFPB. João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23389?locale=pt_BR Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

MACEDO, Geórgia Dantas; SOARES, Swamy De Paula Lima. Avaliação da Eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para Permanência de Cotistas na Universidade Federal da Paraíba. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior**, 439-57, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/9C6KSdbH6qgbj4WdSp3LMJn/?lang=pt#> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

MACHADO, Fernanda Meneghini. **O financiamento da assistência estudantil na UFES no contexto de contrarreforma da educação superior**. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8739/1/tese_10012_Fernanda%20Meneghini%20Machado.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

MACHADO, Gabriel Costeira; OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de; FREITAS, Tiarajú Alves de. Avaliação do impacto dos benefícios PNAES sobre o desempenho acadêmico: O caso da Universidade Federal do Rio Grande. **3º Simpósio Avaliação da Educação Superior**, 2017, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179399/103_00764%20-%20ok.pdf?sequence=1 Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística-IBILCE-UNESP**, v. 17, 2012. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO, Priscila Gonçalves. **O PNAES na UFC - Campus Fortaleza: Uma Avaliação do Programa de Assistência Estudantil Ofertado na PRAE, no Período de 2013-2017**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em

Avaliação de políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28694> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins**. 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de políticas Públicas, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/1167> Acesso 28 de fevereiro de 2023.

MAY, J. V.; WILDAVSKY, A. B. **The policy cycle**. Beverly Hills: Sage Publications, 1978.

MICHELOTTO, Marcele Arruda; FREIRE, Patricia De Sá. Avaliação De Políticas De Assistência Estudantil Na Educação Superior: Uma Revisão Sistemática. **AVALIES 2017 - 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior**. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179382/101_00638%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

NEIVA FILHO, Carlos Roberto. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: Análise do Desempenho de Discentes Assistidos e não Assistidos na Universidade Federal Do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão Pública) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: https://proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/neiva_filho_2018.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

OLIVEIRA, Amanda da Silva Bastos Oliveira; CASEMIRO, Juliana Pereira; BRANDÃO, Ana Laura; PINTO, Alessandra Maria. Monitoramento e Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional: um olhar sobre as publicações oficiais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 631-640, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/KzwPjdQPqTdMfG6VQwWgvqC/abstract/?lang=pt> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

PAIXÃO, M. V. S., TOREZANI, S. R., GONÇALVES, S. M. M., & BOZETTI, M. A percepção de discentes do IFES –Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil. **Conhecimento & Diversidade**, 8(16), 100-112, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/rcd.v8i16.2575> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

PAVAN, Flávia Rossi Vacari. **Definições e rumos na implementação de uma política nacional de assistência ao estudante do ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1842/1/Dissertacao%20Flavia%20Rossi%200Vacari.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

PENHA, Joicy Barbalho Pires. **Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE–Campus**

Vitória de Santo Antão. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/15612/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Joicy%20Barbalho%20Pires%20Penha.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento; PASSOS, Guiomar De Oliveira. Avaliação da Política de Assistência Estudantil na Educação Profissional de Nível Técnico: Análise dos Indicadores de Evasão e Retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Teresina Central. **Cadernos De Educação**, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/12823/8054> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. Políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual. **Texto para Discussão**, 2554, IPEA, 2020a. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/240749/1/td-2554.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. Políticas públicas baseadas em evidências: uma avaliação crítica. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 24, 2020b. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10373/1/bapi_24_art1.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

PINHO, Antônio Sérgio Ribeiro. **Análise do Programa de Assistência Estudantil sobre o Rendimento Escolar dos Alunos do Instituto Federal do Ceará – Campus Fortaleza / Antônio Sérgio Ribeiro Pinho.** – 2017. 37 f. Dissertação (mestrado profissional). - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/25959> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

PINTO, Caroline Casagrande. **Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/06/CAROLINE-CASAGRANDE-PINTO.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

QUEIROZ, Juliana Ferreira de. **Assistência estudantil: uma avaliação com foco no campus avançado Pedro Afonso do Instituto Federal do Tocantins.** 2016. 138f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/240> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/?lang=pt> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

ROSA, Carolina Santos da; CLEMENTE, Augusto Junior; COLVERO, Ronaldo Bernardino; SANTOS, Alves Cardeal dos. Políticas Públicas Baseadas em Evidências no Contexto Brasileiro: uma Revisão De Literatura. **Missões: Revista De Ciências Humanas E Sociais**, V. 7, N. 3, P. 144-155, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes/article/view/108697> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. A. Retenção e Evasão no Ensino Superior Brasileiro: Uma Análise dos Efeitos da Bolsa Permanência do PNAES. **44º Encontro Nacional de Economia - Anpec**, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/10648> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

SANTOS, Álisson de Almeida. A avaliação no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Revista Gestão Universitária**, Brasil, v. 6, p. 1-14, 2016. Disponível em: http://www.gestaouniversitaria.com.br/system/scientific_articles/files/000/000/211/original/artigo_gest%C3%A3o_universit%C3%A1ria.pdf?1482771415 Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

SANTOS, Eduardo Silva Duarte dos. **Políticas de Permanência no Ensino Superior: estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande nas Áreas da Educação**. 2018. 91 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018. Disponível em: <https://economia.furg.br/images/banners/Monografias/20181/eduardosantos.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. Políticas públicas: coletânea. Brasília: **ENAP**, v. 1, p. 28-29, 2006. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, Leonardo; DE SOUZA COELHO, Fernando; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. Cengage Learning Edições Ltda., 2019.

SELLERA, Paulo Eduardo Guedes; BRITO, Christiane Braga Martins de; JOVANOVIC, Márcia Benévolo; RODRIGUES, Soraia Ofugi; OLIVEIRA, Carlos Fernando Dal Sasso de; SANTOS, Soraya Oliveira dos; MORAES, Luci Fabiane Scheffer. A implantação do sistema de monitoramento e avaliação da secretaria estadual de saúde do Distrito Federal (SES/DF). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 2085-2094, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TzXCZVTWSPTxGxgbmZDty4r/abstract/?lang=pt> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; ALVES, Vânia de Fátima Noronha; RIBEIRO, Carla Andreia; TEIXEIRA, Daniel Marangon Duffles; FERNANDES, Duval Magalhães; VENÂNCIO, Maria Aparecida Dias. **Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/127705> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias [online]**. n. 16, pp. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

SOUZA, Rafael Cipriano de; COSTA, Maria Aparecida Tenório Salvador da. Monitoramento e Avaliação da Assistência ao Estudante Universitário: o Caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Ensaio** (Rio De Janeiro, Brazil) 28.107, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/gByfxVtB4j85FdXvVst6cWk/?lang=pt> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

SILVA, Felipe Vendruscolo da. **Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/196450/001096463.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

SILVA, Andressa Vieira. **Avaliação do impacto da política pública de assistência estudantil nos campi fora da sede da Universidade Federal do Rio Grande - FURG**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/3e43d6ba18d22afa03e976b920021ef9.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

TEOTONIO, Isabelle Martins; MAIA, Paula Barreto De Azevedo; COSTA, Maria Teresa Pires; ARAÚJO, Richard Medeiros. Avaliação do Programa de Moradia da Política de Assistência Estudantil no IFPB – Campus Picuí. **Qualit@s**. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326471973_AVALIACAO_DO_PROGRAMA_DE_MORADIA_DA_POLITICA_DE_ASSISTENCIA_ESTUDANTIL_NO_IFPB_-_CAMPUS_PICUI Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

TERENCIANO, Fidel; SALIÃO, António; PEDRO, Zito. Uso da Gestão da Informação e do Conhecimento na Avaliação da Política Pública de Assistência Estudantil: Algumas Questões Teóricas e Empíricas. **Revista De Gestão E Avaliação Educacional**, 49-62, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4718/471857004004/html/> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

TORRES, Carlos Alberto Ramos; VIEIRA, Dalglish Fernando; JACOBOSKI, Renata. Estrutura institucional na avaliação e monitoramento de políticas públicas: uma análise nos países do MERCOSUL. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 12, n. 2, p. 232-245, 2021. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/rbadm/article/view/CBPC2179-684X.2021.002.0019> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES. **PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional** 2015-2019. Vitória, 2015. Disponível em: https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_-_2015-2019_1.88mb_.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES. **Plano de Desenvolvimento Institucional** 2021-2030. Vitória, 2021. Disponível em: https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_2021-2030.pdf Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES. RESOLUÇÃO/CUN/UFES/Nº 19, DE 02 DE SETEMBRO DE 2022. **Regulamenta o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo (Proaes/Ufes)**, 2022. Disponível em: https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_19.2022.pdf#overlay-context=resolucoes-de-2022-cun Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-vista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/11361/6598> Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

7. APÊNDICE

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

Questionário de coleta de informações sobre ações e ferramentas de Monitoramento e Avaliação da Política Pública de Assistência Estudantil nas Universidades Federais

Prezada(o) respondente, este questionário objetiva coletar dados para o desenvolvimento da pesquisa do mestrando Arthur Schneider Almeida, orientado pelo professor doutor Marison Luiz Soares, do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo. O pesquisador, servidor da mesma universidade, atua na Diretoria de Assistência Estudantil da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (DAE/Proaeci/Ufes).

A pesquisa busca identificar o **uso de ferramentas e ações de monitoramento e avaliação em Programas de Assistência Estudantil em Universidades Federais**. Espera-se que o questionário seja respondido pelo servidor(a)/gestor(a) responsável pelo acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade, e/ou pelo servidor(a)/gestor(a) responsável pelo programa de assistência estudantil na Universidade, capaz de informar os dados da instituição sobre o tema.

O questionário está sendo enviado a todas as universidades federais, sendo assim um censo, e nele é solicitado o nome da universidade respondente apenas para fins de organização das respostas, haja vista que a procedência das respostas não será identificada na pesquisa. A/o respondente pode, a qualquer tempo, solicitar mais informações sobre a pesquisa, com a liberdade de desistir de participar da mesma.

Estima-se que o questionário dure cerca de 15 minutos para ser preenchido. Solicita-se que a resposta seja enviada até a data 10/02/2023 para cumprimento do cronograma de pesquisa.

Sua resposta é valiosa para fortalecer a Política Nacional de Assistência Estudantil, fornecendo dados para construção de evidências. Um relatório da pesquisa será enviado a todos os respondentes, bem como a dissertação com todos os resultados. Ao aceitar participar da pesquisa, você concorda com o [Termo de Consentimento Livre e Esclarecido \(TCLE\)](#). Agradecemos a disponibilidade e colaboração. Qualquer dúvida, favor entrar em contato com o responsável por meio do e-mail: arthur.s.almeida@ufes.br

*Obrigatório

1. Você aceita participar da pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

- Aceito. *Pular para a pergunta 2*
- Não aceito. *Pular para a seção 15 (Obrigado pela participação!)*

Introdução

2. Universidade Federal da/o respondente (em ordem alfabética): *

Marcar apenas uma oval.

- Universidade de Brasília - Unb
- Universidade Federal da Bahia - UFBA
- Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
- Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
- Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA
- Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
- Universidade Federal da Paraíba - UFPB
- Universidade Federal de Alagoas - UFAL
- Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
- Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
- Universidade Federal de Catalão - UFCat
- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA
- Universidade Federal de Goiás - UFG
- Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI
- Universidade Federal de Jataí - UFJ
- Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
- Universidade Federal de Lavras - UFLA
- Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
- Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
- Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
- Universidade Federal de Pelotas - UFPel
- Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
- Universidade Federal de Rondônia - UNIR
- Universidade Federal de Rondonópolis - UFR
- Universidade Federal de Roraima - UFRR
- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
- Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
- Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

- Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ
- Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
- Universidade Federal de Sergipe - UFS
- Universidade Federal de Uberlândia - UFU
- Universidade Federal de Viçosa - UFV
- Universidade Federal do ABC - UFABC
- Universidade Federal do Acre - UFAC
- Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPÉ
- Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
- Universidade Federal do Amazonas - UFAM
- Universidade Federal do Cariri - UFCA
- Universidade Federal do Ceará - UFC
- Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
- Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
- Universidade Federal do Maranhão - UFMA
- Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT
- Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB
- Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA
- Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
- Universidade Federal do Pará - UFPA
- Universidade Federal do Paraná - UFPR
- Universidade Federal do Piauí - UFPI
- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
- Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
- Universidade Federal do Rio Grande - FURG
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
- Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA
- Universidade Federal do Tocantins - UFT
- Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

- Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
- Universidade Federal Fluminense - UFF
- Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA
- Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
- Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

3. A Universidade possui um Programa de Assistência Estudantil, conforme o Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 (dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

4. A/o Servidor(a) respondente é responsável por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil na Instituição? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

5. A/o Servidor(a) respondente ocupa cargo de chefia em setor envolvido na Política de Assistência Estudantil na Instituição? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Monitoramento e Avaliação

Definição de Monitoramento e Avaliação

Monitoramento e Avaliação são processos de produção de informações e evidências de uma política pública, analisando o programa como um todo ou em parte, a respeito do alcance do que foi ou será implementado tal como planejado, bem como do alcance, ou não, dos objetivos almejados, e sendo assim capaz de subsidiar a tomada de decisão do gestor, como decisão de implementação, correções de rumos, alterações ou manutenção do programa, e inclusive extinção da política.

6. A respeito do Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil * da Universidade:

Marcar apenas uma oval.

- O Programa de Assistência Estudantil nunca teve ações de Monitoramento e Avaliação *Pular para a pergunta 7*
- O Programa de Assistência Estudantil já foi Monitorado e/ou Avaliado de alguma forma, mas não constante e sistematicamente *Pular para a pergunta 8*
- O Programa de Assistência Estudantil é Monitorado e Avaliado constante e sistematicamente *Pular para a pergunta 9*

Monitoramento e Avaliação

7. O que impede que ocorram ações de Monitoramento e Avaliação da Assistência *
Estudantil na instituição?

Marque todas que se aplicam.

- Número de servidores insuficiente
- Falta de servidores de algum cargo específico
- Falta de conhecimento específico/treinamento
- Altas demandas do setor
- Falta de recursos de Tecnologia da Informação
- Falta de recursos financeiros
- Não é a prioridade
- Outro: _____

Pular para a pergunta 27

Monitoramento e Avaliação

8. O que impede que ocorram ações de Monitoramento e Avaliação da Assistência *
Estudantil na instituição?

Marque todas que se aplicam.

- Número de servidores insuficiente
- Falta de servidores de algum cargo específico
- Falta de conhecimento específico/treinamento
- Altas demandas do setor
- Falta de recursos de Tecnologia da Informação
- Falta de recursos financeiros
- Não é a prioridade
- Outro: _____

Monitoramento

Definição de Monitoramento

Pode-se compreender o Monitoramento como processo contínuo com coleta de dados de maneira sistemática a respeito de indicadores de interesse com o objetivo de fornecer aos atores envolvidos, em especial aos gestores, informações sobre o emprego dos recursos aplicados, o progresso e o cumprimento de metas de um programa.

9. Há Monitoramento do Programa de Assistência Estudantil na instituição? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Pular para a pergunta 10*
 Não *Pular para a pergunta 11*

Monitoramento

10. A respeito do Monitoramento do Programa de Assistência Estudantil, a instituição passou por algumas das condicionantes/etapas abaixo? *

Marque todas que se aplicam.

- Escolha de indicadores
 Produção/coleta de dados
 Definições de objetivos e metas;
 Uso das informações e evidências na tomada de decisão
 Criação de incentivos para uso das informações e evidências
 Outro: _____

Avaliação

Definição de Avaliação

Pode-se compreender Avaliação como processo pontual que analisa uma política pública, toda ou parte dela, com diferentes objetivos e produtos a depender do método utilizado, que fornecem informações e evidências para a tomada de decisão quanto à implementação, continuidade, incremento, troca de rumos ou até extinção de um programa.

11. Já foram executadas avaliações do Programa de Assistência Estudantil na instituição? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Pular para a pergunta 12*
- Não *Pular para a pergunta 13*

Avaliação

12. Alguns dos métodos de Avaliação abaixo já foram executados no Programa de Assistência Estudantil? *

Marque todas que se aplicam.

- Avaliação Externa – Avaliadores não participam da execução do programa
- Avaliação Interna – Avaliadores participam da execução programa
- Avaliação Mista – Combinando pesquisadores que executam e não executam o programa
- Avaliação Participativa – O usuário do programa participa da avaliação
- Avaliação Formativa – Com objetivo de corrigir procedimentos da política
- Avaliação Somativa – Com objetivo de avançar na política
- Avaliação ex ante – antes do começo do programa
- Avaliação ex post – após o início do programa
- Avaliação de Desenho – compreender a teoria e conexões lógicas das etapas que constituem a política
- Avaliação de processos – aborda a gestão da política
- Avaliação de impacto – mede os objetivos fins da política atribuindo causalidade
- Avaliação de custo-benefício – confronta impactos e custos gerados, em unidades monetárias
- Avaliação de custo-efetividade – confronta resultados alcançados e os custos gerados
- Outro: _____

Monitoramento e Avaliação

13. Quais as procedências de coleta de dados que são ou já foram utilizadas nas ações e ferramentas de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil? *

Marque todas que se aplicam.

- Dados administrativos
- Documentos e registros
- Questionários
- Entrevistas
- Grupos focais
- Outro: _____

14. Envolvendo a comunidade acadêmica para além do setor de Assistência Estudantil, há ou já houve alguma das participações abaixo nas ações de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil? *

Marque todas que se aplicam.

- Docentes
- Discentes de graduação
- Discentes de mestrado
- Discentes de doutorado
- Pesquisador de pós-doutorado
- Servidores técnicos de outros setores
- Grupo de estudos/pesquisa
- Não houve participação da comunidade acadêmica
- Outro: _____

15. Como é realizada a publicização e transparência dos produtos das ações e ferramentas de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil? *

Marque todas que se aplicam.

- Notícia em site
- Publicação em página da web
- Publicação de relatório
- Painel de dados
- Não há publicização ou transparência
- Outro: _____.
- Outro: _____

16. A respeito de órgãos de controle (órgãos de auditoria interna, externa, controladorias, tribunais de contas, etc.), já ocorreram alguns dos casos abaixo? *

Marque todas que se aplicam.

- O Programa de Assistência Estudantil da instituição já foi avaliado por um órgão de controle interno
- O Programa de Assistência Estudantil da instituição já foi avaliado por um órgão de controle externo
- Órgãos de Controle já indicaram necessidade de criação/melhorias no uso de ferramentas e ações de Monitoramento e Avaliação do Programa de assistência estudantil
- Nenhuma das opções
- Outro: _____

17. Todas as ações com destinação de recursos do Programa de Assistência Estudantil são Monitoradas e/ou Avaliadas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

18. Há alguma normativa da instituição referente a ferramentas e ações de Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

19. As informações fornecidas pelas ferramentas e ações de Monitoramento e Avaliação do Programa Assistência Estudantil são utilizadas e influenciam a tomada de decisão da gestão da política na Instituição? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

Uso de Indicadores

Definição de indicador

Indicadores podem ser entendidos como medidas, seja quantitativa ou qualitativa, que são usadas para organizar e captar informações relevantes dos diferentes elementos que compõem um objeto da interesse.

20. Quais os principais indicadores de operações/produto/intermediários abaixo já foram ou são utilizados no Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência Estudantil da instituição? *

Marque todas que se aplicam.

- Indicador que represente necessidade de auxílio
 Indicador de cadastrados no programa
 Indicadores de cobertura do programa
 Indicadores de tempo de espera para recebimento de auxílio
 Indicadores de valor de auxílio
 Indicadores de refeições fornecidas
 Indicadores de auxílios fornecidos
 Indicadores de atendimentos realizados
 Indicadores de melhoria de rendimento acadêmico
 Indicadores de desligamentos do programa
 Indicadores de reprovação
 Indicador de utilização do orçamento
 Outro: _____

21. Quais os principais indicadores de resultado/impacto/finalísticos abaixo já foram *
ou são utilizados no Monitoramento e Avaliação do Programa de Assistência
Estudantil da instituição?

Marque todas que se aplicam.

- Indicadores de Satisfação do assistido
 Indicadores de Evasão
 Indicadores de Retenção
 Indicadores de Sucesso (formados)
 Indicadores de conclusão no tempo regular do curso
 Indicadores de coeficiente de rendimento
 Outro: _____

22. Qual a periodicidade do acompanhamento de indicadores da Assistência *
Estudantil?

Marcar apenas uma oval.

- Semestral
 Semestral e mensal, a depender do indicador
 Semestral e anual, a depender do indicador
 Semestral, mensal e anual, a depender do indicador
 Não há acompanhamento contínuo de indicadores
 Outro: _____

23. Há exposição de notas metodológicas explicando a produção, detalhes, *
limitações e como são calculados os indicadores?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

24. Há padronização de indicadores para comparação entre outras instituições? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Monitoramento e Avaliação

25. Utilize o espaço abaixo para enviar links de produtos e/ou ferramentas de Monitoramento e Avaliação da política de Assistência Estudantil na instituição, tais como relatórios, páginas da web, painéis de dados, normativas, estudos, pesquisas, etc.

26. Espaço livre caso seja necessário complementar alguma resposta ou comentário sobre o tema e a pesquisa.

Obrigado pela participação!

Monitoramento e Avaliação

27. Espaço livre caso seja necessário complementar alguma resposta ou comentário sobre o tema e a pesquisa.

Obrigado pela participação!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE 2 – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E CIDADANIA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

APRESENTAÇÃO

Prezada(o) participante, você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa sobre o uso de ferramentas de Monitoramento e Avaliação da Política Pública de Assistência Estudantil nas Universidades Federais, desenvolvida por Arthur Schneider Almeida, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação do professor doutor Marison Luiz Soares. O pesquisador, servidor da mesma universidade, atua na Diretoria de Assistência Estudantil da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (DAE/Proaeci/Ufes).

JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa justifica-se tendo em vista a importância do processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Com a coleta e análise dos dados por meio destes processos, é possível alimentar com evidências a tomada de decisões na gestão pública. Com os dados obtidos por meio do questionário será possível propor sugestões do uso de ferramentas de monitoramento e avaliação ao Programa de Assistência Estudantil da UFES (Proaes-Ufes), e quiçá seja proveitoso para outros programas de Assistência Estudantil em Universidades Federais.

OBJETIVOS DA PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo identificar ações e ferramentas para a prática de monitoramento e avaliação de maneira sistemática para o Proaes-Ufes. Os objetivos específicos são: 1. mapear o cenário do monitoramento e avaliação da assistência estudantil nas universidades federais; 2. discutir as condicionantes de um sistema de monitoramento e avaliação de uma política pública de assistência estudantil; 3. analisar as melhores práticas e evidências produzidas a cerca de monitoramento e avaliação à luz das particularidades do Proaes-Ufes;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E CIDADANIA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

PROCEDIMENTOS

Se você, servidor(a)/gestor(a) responsável pelo acompanhamento e monitoramento e/ou pela execução da política de Assistência Estudantil na Universidade, concordar em participar desta pesquisa, solicita-se que responda ao questionário que contém perguntas sobre o uso de ferramentas de monitoramento e avaliação de programas de Assistência Estudantil da Instituição. Você poderá responder no local em que se sentir confortável, haja vista que é online. O questionário é curto e tomará cerca de 15 minutos do seu tempo.

RISCOS

Durante a sua participação na pesquisa você pode sentir algum desconforto em informar dados institucionais do programa de Assistência Estudantil da Universidade.

Há sempre limitações aos pesquisadores em assegurar total confidencialidade e potencial risco de violação dos dados tendo em vista possíveis ataques virtuais. Esse risco será minimizado divulgando à pesquisa apenas para o seu público alvo. Além disso, o questionário está sendo realizado em um ambiente virtual institucional da própria UFES, através da plataforma Google Forms, no sistema Google for Education.

BENEFÍCIOS

Há a pretensão do benefício de contribuir para a melhoria do Programa de Assistência Estudantil da Ufes, e quiçá possa vir a ser útil para outras Universidades Federais, dado que esta pesquisa visa produzir identificar evidências, melhores práticas e efetivas ferramentas de monitoramento e avaliação de programas de assistência estudantil em universidades federais.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

A/o respondente tem total liberdade de recusar-se a participar ou a qualquer momento retirar seu consentimento, sem nenhuma penalização.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E CIDADANIA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

As informações relativas à sua participação no estudo serão mantidas confidenciais e serão usadas apenas para fins científicos.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO E INDENIZAÇÃO

Não há qualquer valor econômico a receber ou a pagar pela sua participação nesta pesquisa. É garantida indenização mediante eventuais danos decorrentes da pesquisa, desde que comprovados por meio de decisão judicial ou extrajudicial, de acordo com o item IV.4.c da Res. CNS 466/12.

GARANTIA DE DISPONIBILIZAÇÃO DO TCLE

No formulário online está disponibilizada à/ao participante uma via do TCLE assinada digitalmente pelo pesquisador. A via do TCLE da/o participante se concretiza na cópia das respostas do formulário online enviado para o e-mail da/o participante com o aceite.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar qualquer problema, pode-se contatar o pesquisador Arthur Schneider Almeida através do e-mail arthur.s.almeida@ufes.br ou através do telefone (27) 999136540.

Arthur Schneider Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo

Ao clicar em "aceito" no questionário online você declara que leu e não possui dúvidas sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que aceita voluntariamente participar deste estudo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ARTHUR SCHNEIDER ALMEIDA - SIAPE 3153810
Diretoria de Assistência Estudantil - DAE/PROAECI
Em 11/01/2023 às 15:27

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/632880?tipoArquivo=O>

**APÊNDICE 3 – PTT – PROPOSTA DE NORMATIVA DE MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DO PROAES-UFES**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**



ARTHUR SCHNEIDER ALMEIDA

Prof. Dr. MARISON LUIZ SOARES

**NORMA OU MARCO REGULATÓRIO:
PROPOSTA DE NORMATIVA DE MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DO PROAES-UFES**

**VITÓRIA- ES
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA - UFES	
Tipo e Título do Produto Técnico/Tecnológico	
Proposta de normativa de monitoramento e avaliação do Proaes-Ufes	
Autores do PTT	
1. Arthur Schneider Almeida (Egresso)	Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6022-4557
2. Prof. Dr. Marison Luiz Soares (Orientador)	Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3269-9365
Instituição estudada	
Universidades federais brasileiras	
Recebimento do Produto Técnico/Tecnológico	
Diretoria de Assistência Estudantil da Ufes	
Setor/Função do recebimento	
Diretor de Assistência Estudantil da Ufes	
<u>Dados do egresso</u>	
Nome da Instituição do discente/egresso - Origem da Vaga	
(x) UFES () Conveniada () Demanda Social	
Vínculo/Setor de trabalho do discente/egresso:	
Diretoria de Assistência Estudantil – DAE/Propaes/Ufes	
Título da dissertação que deu origem ao Produto Técnico/Tecnológico	
Subsídios ao desenvolvimento de monitoramento e Avaliação (M&A) da política pública de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras	

Links do repositório da dissertação https://gestaopublica.ufes.br/pt-br/produto-tecnico-tecnologico-oriundo-dissertacao https://gestaopublica.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGGP/disserta%C3%A7%C3%B5es-defendidas	
E-mail: arthur.s.almeida@ufes.br	
Matrícula do egresso no PPGGP: 2021130943	Data da titulação: 22/03/2023
Palavras-chave: Assistência Estudantil; Assistência ao Estudante; Monitoramento e Avaliação; M&A; Monitoramento; Avaliação; Política Pública; Gestão Pública	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



Vitória, 12 de dezembro de 2023

Ao Diretor de Assistência Estudantil
Iury da Silva Pessoa
Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil
Universidade Federal do Espírito Santo

Assunto: Entrega de produto técnico

Sr. Diretor,

Eu, Arthur Schneider Almeida, tendo sido aprovado no processo seletivo para cursar o Mestrado Profissional em Gestão Pública, oferecido pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), após a obtenção do título de Mestre, encaminho o produto técnico/tecnológico, em sua versão final para depósito no repositório institucional, denominado **Proposta de normativa de monitoramento e avaliação do Proaes-Ufes** - resultante da pesquisa de conclusão de curso, desenvolvido sob a orientação do prof. Dr. Marison Luiz Soares.

Cordialmente,

Documento assinado digitalmente
gov.br ARTHUR SCHNEIDER ALMEIDA
Data: 12/12/2023 16:49:43-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Arthur Schneider Almeida
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em
Gestão Pública- PPGGP- UFES

Documento assinado digitalmente
gov.br MARISON LUIZ SOARES
Data: 12/12/2023 23:18:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Marison Luiz Soares
Prof. do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública
(PPGGP/Ufes) - Orientador

ATESTADO DE RECEBIMENTO DE PRODUTO TÉCNICO/TECNOLÓGICO

Atestamos para fins de comprovação que recebemos o produto, dentro de padrões de qualidade, prazo e viabilidade, contidos na Proposta de normativa de monitoramento e avaliação do Proaes-Ufes, que teve como origem os resultados da dissertação Subsídios ao desenvolvimento de monitoramento e Avaliação (M&A) da política pública de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras, desenvolvida por Arthur Schneider Almeida, no Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), orientado pelo(a) prof. Dr. Marison Luiz Soares.

Vitória-ES, 13 de dezembro de 2023

Iury da Silva Pessoa
Diretor de Assistência Estudantil – DAE/Propaes/Ufes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
IURY DA SILVA PESSOA - SIAPE 1460465
Diretor de Assistência Estudantil (PROPAES)
Diretoria de Assistência Estudantil - DAE/PROPAES
Em 14/12/2023 às 19:41

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/856739?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



1. INTRODUÇÃO

O produto técnico/tecnológico (PTT) aqui apresentado é resultante da dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Programas de AE devem ser monitorados e avaliados para entender onde se está errando e acertando, e apontar para corrigir rotas ou reforçar decisões. O Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, PNAES, e define as diretrizes dos programas de assistência ao estudante nas instituições federais de ensino superior. Ele foi desenvolvido dentro da área da administração pública, observada lacuna nas ações e ferramentas de monitoramento e avaliação de programas de assistência estudantil em universidades federais brasileiras, em específico na Ufes.

2. TIPO DO PRODUTO TÉCNICO/TECNOLÓGICO OBTIDO

Norma ou Marco Regulatório: Proposta de normativa de Monitoramento e avaliação do Proaes-Ufes

3. SITUAÇÃO ENCONTRADA ANTES DA PESQUISA

Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a assistência ao estudante se estrutura por meio do Programa de Assistência Estudantil (PROAES – UFES). Antes da pesquisa foi observado que o PROAES – UFES não passava por monitoramento e avaliação de maneira sistemática e não possuía previsão normativa que regulamenta e defina como deve ser feito, questão que se mostra comum em outras universidades, como apontado pela literatura do tema.

4. OBJETIVOS/FINALIDADE DO PRODUTO TÉCNICO/ TECNOLÓGICO

O PTT foi desenvolvido com base na pesquisa desenvolvida, possibilitando estruturar uma norma bem embasada com subsídios as ações e ferramentas necessárias para a apropriada avaliação e monitoramento do programa de assistência estudantil. Assim, o Proaes-Ufes pode contar com uma normativa bem estruturada para apoiar o desenvolvimento de avaliação e monitoramento.

5. METODOLOGIA UTILIZADA

O PTT, o projeto de normativa, foi construído com base nos subsídios aos desenvolvimento de ações e ferramentas de avaliação e monitoramento da assistência estudantil que foram produto da dissertação em questão, por meio de pesquisa bibliográfica e questionário aplicado em setores de assistência estudantil em universidades federais brasileiras.

6. CONTRIBUIÇÕES GERAIS

O projeto de regulamentação elaborado pode apoiar o Proaes-Ufes com uma normativa bem estruturada a desenvolver as ações e ferramentas de avaliação e monitoramento da assistência estudantil da universidade.

7. CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS

O PTT foi elaborado seguindo uma abordagem já convencional em termos de metodologia.

8. ADERÊNCIA ÀS LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA

Entende-se que a linha de pesquisa e o projeto estruturante do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública que se enquadram no PTT construído são os seguintes: Linha 1: Política, Planejamento e Governança Pública; Projeto estruturante 1: Governo, Políticas públicas e Planejamento: O Governo por meio de Políticas Públicas. Processo e Etapas: agenda, elaboração, formulação, planejamento, execução, acompanhamento, avaliação. Impacto de Políticas Públicas. Indicadores de desempenho.

No sítio online do PPGGP, na descrição da linha de pesquisa Política, Planejamento e Governança Pública tem-se que esta habilita o profissional a atuar

na esfera federal “podendo atuar no planejamento, controle, avaliação e monitoramento da condução de políticas públicas que visam à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos”. É exatamente neste trilho que o PTT se objetiva: no acompanhamento, na avaliação e elaborando indicadores de desempenho, como descrito no projeto estruturante 1 da linha de pesquisa citada.

9. POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DO TÉCNICO/TECNOLÓGICO

Este PTT apresenta potencial alto impacto em termos de sua aplicabilidade, pois pode ser utilizado não só pelas universidades federais, mas por todas as instituições de ensino superior que possuem programas de assistência estudantil conforme o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

10. IMPACTOS (Social, econômico e cultural) (Real ou potencial)

Este PTT apresenta potencial impacto indireto nos campos social, econômico e cultural, haja vista que uma normativa com objetivo de apoiar ferramentas de avaliação e monitoramento da assistência estudantil podem aperfeiçoar esta política por meio do conhecimento de o que funciona e não funciona, e os rumos que devem ser tomados, potencializando os resultados dos programas. A assistência estudantil impacta estudantes aumentando as chances de terminarem seus cursos com qualidade de todas as áreas do ensino, sendo um impacto social por si só, além, pode rebater em impactos culturais e econômicos, com o que é produzido por estes estudantes após a sua graduação, sejam em diversos campos da vida: artes, profissionalmente, etc.

11. REPLICABILIDADE

A metodologia adotada e descrita permite a replicação da pesquisa sem dificuldades, portanto, apresenta alto grau neste quesito.

12. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Por ter sido desenvolvido para universidades federais de ensino superior, o PTT possui abrangência local, quando aplicado e Ufes, e abrangência regional e nacional quando aplicado a outras universidades do país. Para instituições de

ensino superior internacionais o projeto teria que ser adaptado, devido à diferença de legislação e programas de assistência estudantil fora do país.

13. COMPLEXIDADE

Este PTT apresenta baixo grau de complexidade, pois se valeu de conhecimentos pré-estabelecidos que foram adaptados ao combinar algumas ações já recomendadas em outros materiais, com outros pontos obtidos ao longo da elaboração da dissertação.

14. ASPECTOS INOVADORES

A inovação pode ser observada na junção de vários pontos de subsídios ao desenvolvimento de ações e ferramentas de avaliação e monitoramento de programas de assistência estudantil em universidades federais de maneira estruturada em uma normativa.

15. SETOR DA SOCIEDADE INFLUENCIADO

No que tange à influência que o PTT pode levar até a sociedade, ao se considerar as opções oferecidas pela Capes e a escolha de apenas uma opção, acredita-se que a Educação seja a mais adequada, haja vista o caráter específico da assistência ao estudante.

16. VÍNCULO COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL OU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Este PTT encontra respaldo no PDI tendo em vista que a Assistência Estudantil foi uma das áreas estratégicas incluída no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015 / 2019 da UFES (https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_-_2015-2019_1.88mb_.pdf), e continua sendo no atual PDI 2021-2030 (https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_2021-2030.pdf), expressando dessa forma a sua importância estratégica e central da assistência estudantil para a Universidade, e por conseguinte, deste PTT.

17. FOMENTO

Este PTT foi desenvolvido sem a necessidade de recursos financeiros externos além das centenas de horas de trabalho do pesquisador.

18. REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Este PTT apresenta uma proposta de normativa para um programa de assistência estudantil de uma Instituição Federal de Ensino. Não há registro de propriedade intelectual associado a este PTT.

19. ESTÁGIO DA TECNOLOGIA

O PTT, encontra-se no formato de anteprojeto encaminhado para a instituição estudada. Enquanto proposta, pode-se dizer que foi finalizada.

20. TRANSFERÊNCIA DA TECNOLOGIA OU CONHECIMENTO

A transferência do conhecimento se dá com a entrega do produto técnico à instituição objetivo.

21 AÇÕES NECESSÁRIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO

A proposta de regulação depende do instrumento normativo simples como uma portaria, cabendo ao gestor interessado da unidade estratégica a sua publicação.

22 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO / TECNOLÓGICO: Divulgado / Institucionalizado

O PTT é apresentado a partir da próxima página.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E CIDADANIA**

[projeto] Instrução Normativa nº XX de xxx de 2023

Normatiza os procedimentos de monitoramento e avaliação do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo - PROAES-UFES.

CONSIDERANDO o Decreto da Presidência da República nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, artigo 5º, parágrafo único, II;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo, nº 19, de 02 de setembro de 2022, que regulamenta o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo - PROAES-UFES;

RESOLVE

Art. 1º Normatiza os procedimentos de monitoramento e avaliação do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo - PROAES-UFES, com objetivo de aprimorar a tomada de decisão da política de assistência estudantil baseada em evidências:

§ 1º Monitoramento é processo contínuo com coleta de dados de maneira sistemática de indicadores de interesse com o objetivo de fornecer informações dos recursos aplicados, o progresso e o cumprimento de metas de um programa.

§ 2º Avaliação é processo pontual que analisa o programa, todo ou parte, com diferentes objetivos e produtos a depender do método utilizado, que fornecem informações e evidências para a tomada de decisão quanto à implementação, continuidade e descontinuidade, incremento e troca de rumos.

Art. 2º O PROAES-UFES será monitorado por meio de acompanhamento de indicadores, que devem ser construídos conforme o desenho do programa, abarcando todas as ações realizadas.

§ 1º A periodicidade dos indicadores dependem da natureza de cada um, sendo a periodicidade básica é o semestre, conforme semestres letivos.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E CIDADANIA**

§ 2º Deverão ser construídos indicadores com características quantitativas e qualitativas;

§ 3º A metodologia utilizada na construção dos indicadores deverá seguir padronização com o aplicado pelo Ministério da Educação e outras universidades federais, sempre que possível;

Art. 3º Devem ser estipuladas metas aos principais indicadores, que devem ser objetivas e realistas.

Art. 4º Avaliações deverão ser realizadas sempre que houver a necessidade de análise pontual de algum aspecto do PROAES-UFES.

§ 1º Anualmente será realizado Plano de Avaliações, listando as avaliações observadas como necessárias a serem executadas dentro daquele ano pela pró-reitoria.

§ 2º O Plano poderá ser atualizado durante o ano, conforme necessidade.

§ 3º Preferencialmente as avaliações devem ter caráter de múltiplos métodos, qualitativos e quantitativos;

Art. 5º A Pró-reitoria deve incentivar que pesquisas de caráter avaliativas sejam realizadas tendo como objeto o PROAES, buscando parcerias dentro da universidade, com departamentos, programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, e facilitando acesso a dados administrativos e produção de dados necessários.

Art. 6º O processo de monitoramento do PROAES deve ser informatizado e automatizado, na forma que todos os dados devem estar nos bancos de dados institucionais da UFES e os indicadores devem ser calculados e apresentados no Portal da Assistência Estudantil.

Art. 7º Semestralmente deverão ser realizadas reuniões para apresentação dos resultados das ações de monitoramento e avaliação do semestre anterior, discussão das informações e evidências geradas, análise dos indicadores e metas, e tomada de decisão para correções de rumos necessárias.

Parágrafo único. A reunião que se refere o caput não dispensa reuniões dentro do semestre conforme a necessidade para discutir informações coletadas de ações de monitoramento contínuo e avaliação finalizadas que demandem decisões específicas e pontuais;

Art. 8º Os resultados das ações de monitoramento e avaliação devem ser transparentes e amplamente publicizados.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E CIDADANIA**

§ 1º A publicização será feita em todos os meios digitais da pró-reitoria.

§ 2º Após o fim do semestre letivo, devem ser publicados os resultados de acompanhamento dos indicadores de periodicidade semestral ou inferior, até o fim do semestre seguinte.

§ 3º Anualmente deve ser produzido relatório com os resultados das ações de monitoramento e avaliações, bem como das decisões tomadas e atitudes executadas através das informações produzidas, e publicado até o fim primeiro semestre do ano seguinte.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura.

Vitória-ES, XX de xxx de 2023.

[nome pró-reitor]

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Cidadania

APÊNDICE 4 – PTT – PRODUTO TÉCNICO/TECNOLÓGICO: CARACTERÍSTICAS RELEVANTES - CADASTRO PTT SUCUPIRA

Título da dissertação
Subsídios ao Desenvolvimento de Monitoramento e Avaliação (M&A) da Política Pública de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras

Título do PTT
Norma ou marco regulatório: proposta de normativa de monitoramento e avaliação do Proaes-Ufes

Palavras-chave do seu PTT?
Gestão pública
Assistência Estudantil
Assistência ao Estudante
Monitoramento e Avaliação
M&A
Monitoramento
Avaliação
Política Pública

1 – Qual a área do seu PTT?
Administração pública

2 – Qual o tipo da produção do seu PTT?

Técnica

3 – Qual o subtipo do seu produto técnico?

Serviços técnicos

4 – Natureza do produto técnico

Material elaborado como resultado da dissertação em forma de Relatório Técnico Conclusivo.

5 – Duração do desenvolvimento do produto técnico

6 meses

6 – Número de páginas do texto do produto técnico

3

7 – Disponibilidade do documento (PTT)

Restrita

Irrestrita

8 – Instituição financiadora

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

9 – Cidade do PPGGP

Vitória – ES

10 – País

Brasil

11 – Qual a forma de divulgação do seu PTT?

- | | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Meio digital – disponibilização do texto em um repositório ou site de acesso público, via internet. |
| <input type="checkbox"/> | Vários – disponibilização em uma combinação de, pelo menos, duas modalidades anteriores. |

12 – Idioma no qual foi redigido o texto original para divulgação

Português

13 – Título do seu PTT em inglês (Todas as iniciais de palavras em maiúsculas, exceto as conjunções)

Norm or regulatory framework: Proaes-Ufes monitoring and evaluation regulation proposal

14– Número do DOI (se houver)

-

15 – URL do DOI (se houver)

-

16 – Correspondência com os novos tipos de PTT

Norma ou marco regulatório – Elaboração de anteprojeto de normas ou de modificações de marco regulatório

17– Finalidade do seu PTT

Apoiar programas de assistência estudantil com normativa embasada em subsídios das ações e ferramentas necessárias para avaliação e monitoramento desses programas.

18 – Qual o nível de impacto do seu PTT?

	Alto
X	Médio
	Baixo

19 – Qual o tipo de demanda do seu PTT?

X	Espontânea (Identificou o problema e desenvolveu a pesquisa e o PTT)
	Por concorrência (Venceu a concorrência)
	Contratada (Solicitação da instituição, sendo ou não remunerado)

20 – Qual o impacto do objetivo do seu PTT?	
	Experimental
X	Solução de um problema previamente identificado
	Sem um foco de aplicação previamente definido

21 – Qual a área impactada pelo seu PTT?	
	Econômica
	Saúde
X	Ensino
	Social
	Cultural
	Ambiental
	Científica
	Aprendizagem

22 – Qual o tipo de impacto do seu PTT neste momento?	
X	Potencial (Quando ainda não foi implementado/ adotado pela instituição)
	Real (Quando já foi implementado/ adotado pela instituição)

23 – Descreva o tipo de impacto do seu PTT

Impacto potencial ao apoiar construção de ações de avaliação e monitoramento da assistência estudantil que podem aperfeiçoar a política por meio com a produção de informação que balizem os rumos tomados, potencializando os resultados dos programas.

24 – Seu PTT é passível de replicabilidade?

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM (Quando o O PTT apresenta características encontradas em outras instituições, podendo ser replicado e/ou a metodologia está descrita de forma clara, podendo ser utilizada facilmente por outro pesquisador).
	NÃO (Quando o PTT apresenta características tão específicas, que não permite ser realizado por outro pesquisador, em outra instituições/ou a metodologia é complexa e sua descrição no texto não é suficiente para que outro pesquisador replique a pesquisa).

25 – Qual a abrangência territorial do seu PTT?

	Local (Só pode ser aplicado/utilizado na instituição estudada e em outras na mesma localidade).
	Regional (Pode ser aplicado/utilizado em instituições semelhantes em nível regional dentro do estado).
<input checked="" type="checkbox"/>	Nacional (Pode ser aplicado/utilizado em qualquer instituição semelhante, em todo o território nacional)
	Internacional (Pode ser aplicado/utilizado por qualquer instituição semelhante em outros países).

26 – Qual o grau de complexidade do seu PTT?	
Complexidade é o grau de interação dos atores, relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento de produtos técnico-tecnológicos.	
	Alta (Quando o PTT contemplou a associação de diferentes novos conhecimentos e atores -laboratórios, empresas, etc.-para a solução de problemas)
	Média (Quando o PTT contemplou a alteração/adaptação de conhecimentos pré-estabelecidos por atores diferentes -laboratórios, empresas, etc.- para a solução de problemas)
X	Baixa (Quando o PTT utilizou a combinação de conhecimentos pré-estabelecidos por atores diferentes ou não).

27 – Qual o grau de inovação do seu PTT? Marque apenas uma opção	
Intensidade do conhecimento inédito na criação e desenvolvimento do produto.	
	Alto teor inovativo– Inovação radical, mudança de paradigma
	Médio teor inovativo – Inovação incremental, com a modificação de conhecimentos pré-estabelecidos
X	Baixo teor inovativo – Inovação adaptativa, com a utilização de conhecimento pré-existente.
	Sem inovação aparente – Quando o PTT é uma replicação de outro trabalho já existente, desenvolvido para instituições diferentes, usando a mesma metodologia, tecnologia, autores, etc.

28 – Qual o setor da sociedade beneficiado por seu PTT? Marque apenas uma opção	
	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
	Indústria da transformação
	Água, esgoto, atividade de gestão de resíduos e descontaminação
	Construção
	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
	Transporte, armazenagem e correio
	Alojamento e alimentação
	Informação e comunicação
	Atividades imobiliárias
	Atividades profissionais, científicas e técnicas
	Atividades administrativas e serviços complementares
	Administração pública, Defesa e seguridade social
X	Educação
	Saúde humana e serviços sociais
	Artes, cultura, esporte e recreação
	Outras atividades de serviços
	Serviços domésticos
	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
	Indústrias extrativas
	Eletricidade e gás

29 – Há declaração de vínculo do seu PTT com o PDI da instituição na qual foi desenvolvido?	
<input checked="" type="checkbox"/>	SIM
<input type="checkbox"/>	NÃO
<p>Descrição do Vínculo: Este PTT encontra respaldo no PDI tendo em vista que a Assistência Estudantil foi uma das áreas estratégicas incluída no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015 / 2019 da UFES (https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_-_2015-2019_1.88mb_.pdf), e continua sendo no atual PDI 2021-2030 (https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_2021-2030.pdf), expressando dessa forma a sua importância estratégica e central da assistência estudantil para a Universidade, e por conseguinte, deste PTT.</p>	

30 – Houve fomento para o desenvolvimento do seu PTT?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Financiamento
<input type="checkbox"/>	Cooperação
<input type="checkbox"/>	Não houve

31 – Há registro de propriedade intelectual do seu PTT?	
<input type="checkbox"/>	SIM
<input checked="" type="checkbox"/>	NÃO

32 – Qual o estágio atual da tecnologia do seu PTT?	
	Piloto ou protótipo
X	Finalizado ou implantado
	Em teste

33– Há transferência de tecnologia ou conhecimento no seu PTT?	
X	SIM
	NÃO

34 – URL do seu PTT	
https://gestaopublica.ufes.br/pt-br/produto-tecnico-tecnologico-oriundo-dissertacao	
https://gestaopublica.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGGP/disserta%C3%A7%C3%B5es-defendidas	

35 – Observação	
<p>Este PTT encontra respaldo no PDI da Ufes tendo em vista que a Assistência Estudantil foi uma das áreas estratégicas incluída no Plano 2015/2019 e continua sendo no atual PDI 2021-2030.</p> <p>https://abre.ai/pdiufes21-30</p>	

36 – Linha de Pesquisa e projeto estruturante com os quais seu PTT está alinhado	
Política, planejamento e governança pública (Linha 1)	
X	Linha 1 - Projeto Estruturante 1 – Governo, políticas públicas e planejamento
	Linha 1 - Projeto Estruturante 2 – Governo e gestão no setor público
Tecnologia, inovação e operações no setor público (Linha 2)	
	Linha 2 - Projeto Estruturante 3 – Ações e programas finalísticos de apoio/suporte ao governo
	Linha 2 - Projeto Estruturante 4 – Transformação e inovação organizacional

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO/TECNOLÓGICO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL**

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR

Autor: Arthur Schneider Almeida	
CPF: 129.166.317-71	RG: 1.943.886
Telefone: 27 9 9913 6540	E-mail: arthur.s.almeida@ufes.br
Vínculo na Ufes: Técnico em Assuntos Educacionais	
Lotação: DAE/Propaes/Ufes	
Título: PTT: Proposta de normativa de monitoramento e avaliação do Proaes-Ufes Dissertação: Subsídios ao desenvolvimento de monitoramento e Avaliação (M&A) da política pública de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras	

LICENÇA DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

Ao assinar e entregar esta licença, o/a Sr./Sra. (autor ou detentor dos direitos de autor):

a) Concede à Universidade Federal do Espírito Santo o direito não exclusivo de reproduzir, converter (como definido abaixo), comunicar e/ou distribuir o documento entregue (incluindo o resumo/abstract) em formato digital ou impresso e em qualquer meio.

b) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

c) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Espírito Santo os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Espírito Santo, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

A Universidade Federal do Espírito Santo identificará claramente o(s) seu (s) nome (s) como o (s) autor (es) ou detentor (es) dos direitos do documento entregue, e não fará qualquer alteração, para além das permitidas por esta licença.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo a disponibilizar a obra, para livre acesso, no Repositório Institucional, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra?

Sim

Não

Permitir modificações em sua obra?

Sim

Sim, contanto que outros compartilhem pela mesma licença

Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Vitória / ES, 19 de dezembro, 2023



Documento assinado digitalmente
ARTHUR SCHNEIDER ALMEIDA
Data: 19/12/2023 15:22:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO/TECNOLÓGICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR

Autor: Marison Luiz Soares
E-mail: marison.soares@ufes.br
Vínculo na Ufes: Docente
Lotação: Departamento de Administração – DAd/CCJE
Título: Doutor

LICENÇA DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

Ao assinar e entregar esta licença, o Senhor (autor ou detentor dos direitos de autor):

a) Concede à Universidade Federal do Espírito Santo o direito não exclusivo de reproduzir, converter (como definido abaixo), comunicar e/ou distribuir o documento entregue (incluindo o resumo/abstract) em formato digital ou impresso e em qualquer meio.

b) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

c) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Espírito Santo os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Espírito Santo, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

A Universidade Federal do Espírito Santo identificará claramente o seu nome como o autor ou detentor dos direitos do documento entregue, e não fará qualquer alteração, para além das permitidas por esta licença.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo a disponibilizar a obra, para livre acesso, no Repositório Institucional, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra?

Sim

Não

Permitir modificações em sua obra?


Sim

Sim, contanto que outros compartilhem pela mesma licença

Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Vitória - ES 12 de dezembro de 2023

Documento assinado digitalmente
 **MARISON LUIZ SOARES**
Data: 12/12/2023 23:18:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do autor